



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

# 120ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama.

Brasília/DF.  
11 de novembro de 2015.

*(Transcrição ipso verbo)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

1  
2 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
3 Pessoal, vamos dando início ao nosso trabalho de hoje, nós já estamos com o  
4 quórum praticamente assegurado, temos o número de pessoas suficiente para  
5 começar. Eu queria então declarar aberta a 120ª Reunião Ordinária do Conama.  
6 Peço a todos que ocupem seus lugares para nós podermos então começar os  
7 trabalhos. Por sugestão das ONGs apresentadas ontem na nossa reunião  
8 preliminar, eu queria solicitar a todos que ficassem de pé para nós fazermos um  
9 minuto de silêncio em homenagem às vítimas de enchentes de Minas Gerais.  
10 Como bom mineiro, mas também como brasileiro preocupado para que essas  
11 coisas não se repitam. Obrigado.

12  
13  
14 *(Um minuto de silêncio)*  
15  
16

17 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
18 Pronto. Vamos começar os nossos trabalhos aqui. Bom pessoal, a Ministra, nós  
19 não estamos com informação segura se ela comparecerá ou não em função dos  
20 compromissos dela agora pela manhã, a princípio ela deve comparecer e quando  
21 ela chegar vamos fazer como temos feito em outras reuniões, vamos interromper  
22 os trabalhos e passar a palavra para a própria Ministra. Nesse meio tempo nós  
23 vamos começando a nossa reunião. Nós já alcançamos um quórum de 48, mas  
24 tem mais gente chegando, a CNI, a Petrobrás, o Ministério de Minas e Energia,  
25 Furpa, tem uma turma chegando aí. Enfim, vamos lá. Eu prometo falar baixinho,  
26 pedir para diminuir as luzes, de modo que todo mundo possa cochilar um pouco.  
27 Parece que a Ministra está efetivamente chegando, então, nós vamos aguardá-la  
28 para dar início aos trabalhos com a fala dela. Queria antes perguntar se podemos  
29 considerar aprovada a transcrição *Ipsis Verbis* da 119ª Reunião Ordinária de 12  
30 de agosto de 2015. Os que estiverem de acordo ergam seus crachás. Os que  
31 estiverem contrários, por favor, ergam seus crachás. Abstenções? Bom, então  
32 consideramos aprovada a transcrição da 119ª Reunião Ordinária de 12 de agosto  
33 de 2015. Nós vamos passar à apresentação rápida dos nossos Conselheiros, vou  
34 pedir para a Ana ler os nomes e pedir para os estiverem presentes se levantem  
35 para que nós possamos, enfim, conhecê-los ou reconhecê-los. Tudo bem,  
36 Geraldinho?

37  
38  
39 **A SRª. ANA LUCIA DOLABELLA (DCONAMA/MMA) –** Adauto Modesto Júnior,  
40 da Casa Civil; Dermeval da Silva Júnior, Casa Civil; Pedro Bruzzi Lion, Ministério  
41 do Desenvolvimento Agrário; Francisco Fujita de Castro Mello, Ministério da  
42 Agricultura; Jailson Bittencourt de Andrade, MCTI; Ministério da Ciência  
43 Tecnologia e Inovação; Bruno Monteiro Portela, MCTI; Vanessa dos Santos,  
44 Vanessa dos Santos Teruya, Ministério da Justiça; Roseli Teixeira Alves,  
45 Secretaria da Micro e Pequena Empresa; Natalie Lavez, Secretaria da Micro e  
46 Pequena Empresa; Francinete Pereira da Cruz, Secretaria de Políticas de  
47 Integração da Presidência da República; Leonardo Passinato e Silva, também da

48 Secretaria da Presidência da República; Raul Silva Telles Valle, Governo do  
49 Distrito Federal. Você pode levantar, por favor? Seja bem-vindo. Luiz Fernandes  
50 Rocha, Governo do Pará; Thales Samuel Matos Belo, Governo do Pará; Sérgio  
51 Luiz de Carvalho Xavier, Governo de Pernambuco; Carlos André Wanderley  
52 Cavalcante, Governo de Pernambuco; Simone Nascimento de Souza; Governo de  
53 Pernambuco; Priscila Bernardes Álvares, CNM; Confederação Nacional dos  
54 Municípios; Johnny Amorim Liberato, CNM; Rogério Menezes de Mello, Anamma  
55 nacional; Coronel PM Rogério Xavier, CNCG; Major João Soares da Costa Vieira,  
56 CNCG; Capitão Olivaldi Azevedo CNCG; e Alexandre Camanho de Assis,  
57 Ministério Público Federal.

58  
59

60 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
61 Então, nós estamos aqui entre a cruz e a caldeirinha porque a Ministra está  
62 chegando, eu vou aproveitar, então, e fazer um breve introito em relação a um  
63 assunto que nós gostaríamos de compartilhar com vocês. Nós trouxemos para  
64 todos os Conselheiros do Conama uma síntese do relatório publicado pela OCDE  
65 sobre o Brasil, a política ambiental brasileira, uma que eles chamam de *Perview*,  
66 uma avaliação por pares. A OCDE é uma organização dos países desenvolvidos  
67 que vem se abrindo para as países emergentes, já há alguns anos e hoje  
68 constitui um hub de conhecimento de políticas públicas e é hoje talvez um dos  
69 maiores think tanks de conteúdo das políticas públicas globais. Nós há dois anos  
70 atrás iniciamos uma aproximação com eles no sentido deles produzirem um  
71 relatório sobre política ambiental brasileira, um olhar externo, de modo que nós  
72 pudéssemos ter um pouco um *feedback* do mundo, de alguns países do mundo,  
73 como que nós somos percebidos. Muitas vezes nós achamos que nós somos  
74 muito diferentes de todos os demais países do mundo, nós somos originais,  
75 somos únicos, mas muitas coisas que nós vivemos aqui outros países também  
76 compartilham. Então, nós tivemos ao longo desses últimos tempos, durante três  
77 ocasiões e missões da OCDE visitando o Brasil, algumas unidades de  
78 conservação, alguns Governos Estaduais e foi produzido, foi lançado há duas  
79 semanas atrás este relatório. Nós temos já nas versões em inglês totalmente  
80 disponíveis e temos uma síntese do relatório em português, nós estamos trazendo  
81 hoje para todos os membros do Conama um exemplar, e quando tivermos com a  
82 tradução da versão completa disponível todos os senhores também receberão um  
83 relatório. A ênfase foi nas temáticas de biodiversidade e preservação, de modo  
84 que, assim, não é um relatório, ele tem uma certa assimetria uma problemática  
85 ambiental ainda mais que o Brasil tem 300 coisas para serem abordadas e nós  
86 não temos como trabalhar todas simultaneamente. Então, durante a sessão  
87 provavelmente agora na parte da manhã vocês vão todos receber uma cópia dele,  
88 embora isso seja vendido e custeado na OCDE, nós estamos todos distribuindo  
89 para os membros do Conama e autoridades do Governo gratuitamente, repito,  
90 essa é a síntese em português, o relatório completo para quem estiver interessado  
91 na versão em inglês já se encontra disponível, e para os que estiveram  
92 interessados na versão em português peço apenas para aguardar mais umas  
93 semanas porque a Sepal está concluindo a tradução para que seja disponibilizado

94 para toda a nossa comunidade relacionada às políticas ambientais. Então, esse é  
95 o primeiro informe que eu queria dizer para vocês, todas as pessoas que tomaram  
96 conhecimento desse relatório elogiaram bastante a atitude do Governo Brasileiro  
97 de ter coragem de se expor e convidar especialistas do mundo inteiro para dar  
98 uma, para conversar sobre o que estão fazendo. E faz parte desse esforço nosso  
99 também de ampliar o diálogo do que o Ministério tem feito com ambiente  
100 internacional, com o setor privado, com o setor acadêmico e com os movimentos  
101 sociais, e as organizações não governamentais. Bom, a ideia nossa hoje era  
102 fazermos a exemplo do que nós começamos na reunião passada aquela inversão,  
103 de modo que possamos começar a trabalhar e deixar o momento de discussão  
104 mais solto, com mais tempo para nós explorarmos. Ontem alguns de vocês já  
105 antecipadamente conversaram comigo sobre a necessidade de termos um pouco  
106 mais de flexibilidade na tribuna livre em função dos acontecimentos recentes e de  
107 acontecimentos próximo. Nós temos tanto as calamidades que aconteceram em  
108 função dos eventos extremos recentes como temos a proximidade da COP 21, a  
109 Conferência das Partes de Paris e uma série de ações que estamos processando  
110 no âmbito do Congresso, e que envolve a agenda ambiental, particularmente um  
111 série de relacionadas com Decreto Legislativos. Nesse sentido eu queria propor  
112 para vocês que nós primeiro tentássemos avançar o nosso trabalho mais formal e  
113 institucional antes de começarmos as discussões, até para termos oportunidade  
114 também de incorporarmos a Ministra na nossa programação. Há uma questão, um  
115 pedido de urgência relacionado ao ICMBio, estou vendo, o Cláudio Maretti estava  
116 por aqui, o Sérgio Brant também está aqui, se vocês quiserem levantar de uma  
117 vez o problema seria eu acho que oportuno. Por favor.

118  
119

120 **O SR. SÉRGIO BRANT (ICMBio)** – Bom dia a todos. O que nós temos a  
121 apresentar aqui hoje, vou deixar o nosso presidente com a prerrogativa do voto lá  
122 e vou expor em nome dele e dos outros órgãos ambientais uma iniciativa conjunta  
123 do ICMBio com o Ministério do Meio Ambiente porque a Resolução 428 que o  
124 Conama aprovou em 2010 ela tratou da questão da regulação, da questão de  
125 autorização para licenciamento pelos órgão ambientais que administram unidade  
126 de conservação. Essa Resolução ela é permanente, mas quando vocês  
127 aprovaram essa Resolução aqui acharam por bem incluir uma condição  
128 extremamente útil para a gestão das unidades de conservação e para o processo  
129 de licenciamento que foi incluir nessa Resolução dois itens que faziam ter efeito  
130 também para unidades de conservação que ainda não tinham zona de  
131 amortecimento estabelecida. Então, no § 2º do art. 1º os efeitos de Resolução 428  
132 também valiam por um prazo de 5 anos para unidades que não tinham zonas de  
133 amortecimento estabelecido. E no Inciso III do § 5º a Resolução também  
134 estabeleceu que aqueles empreendimentos que não tinham necessidade, não  
135 eram de auto grau impacto e não tinha necessidade de licenciamento por EIA-  
136 Rima, também existia uma necessidade de comunicação ao Órgão Gestor da  
137 Unidade de Conservação pela Ciência. Essa Resolução estabeleceu inclusive as  
138 faixas para que que valesse os efeitos dela, então, para o caso de unidade de  
139 conservação que havia projetos com licenciamento de auto impacto e que

140 necessitava EIA/Rima, uma faixa que a Resolução tinha efeito era sobre 3000  
141 metros no entorno e para comunicação dos efeitos do licenciamento que não tinha  
142 Eia/Rima, 2000 metros. Essa Resolução foi extremamente útil nesse processo  
143 porque apenas da zona de amortecimento está na lei desde o ano 2000, ainda  
144 não se avançou muito nem em nível federal, nem no nível dos Estados e  
145 Municípios na definição dos limites dessas áreas para todas as unidades de  
146 conservação. Então, eu acredito que em 2010 se imaginou que esse problema  
147 estaria resolvido, em pese ter havido avanço nós estamos longe de solucionar o  
148 problema. Acontece que os efeitos da Resolução para estas áreas está se  
149 extinguindo agora em dezembro. Então, a nossa preocupação é de ficasse um  
150 vazio legislativo que acaba sendo mais nocivo para todos os interesses, quer  
151 dizer, tanto para proteção das unidades de conservação quanto para a questão do  
152 licenciamento ambiental, para os interesses empresariais porque a Resolução  
153 criava os parâmetros para análise, o que facilita a vida de todos, tanto da unidade  
154 de conservação que sabe qual área ela deve considerar para sua análise, quando  
155 do setor empresarial e do licenciamento que sabe quais as regras que vão influir  
156 no seu processo. A ausência de regra só cria uma situação mais complicada que é  
157 a possibilidade de todo e qualquer caso ser judicializado. Então, o que nós  
158 estamos propondo a vocês é uma coisa bastante simples que é simplesmente  
159 prorrogar por mais 5 anos os efeitos da Resolução 428 para essas áreas que  
160 estão, que tinham essa legislação provisória estabelecida em 2000.

161

162

163 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –** Só  
164 para esclarecer trata-se de um pedido de prorrogação por mais 5 anos, é um  
165 pedido com urgência porque esse prazo vence agora. Se houver concordância em  
166 relação ao pedido o ICMBio apresentará formalmente a proposta, provavelmente  
167 ainda nessa plenária para que tenhamos condição eventualmente de aprova-la  
168 ainda nessa reunião. Então, se alguém tiver algum esclarecimento, peço, que, por  
169 favor, levante e coloque a questão no microfone para que possamos discutir.

170

171

172 **O SR. SÉRGIO BRANT (ICMBio) –** Talvez só lembrar que a proposição vai ser  
173 colocada de forma que ela seja apresentada e votada nessa.

174

175

176 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
177 Mas eu preciso saber se o pessoal concorda com o pedido de urgência nossa.  
178 Considerando que eu prometo que não foi um diversionismo, nós distribuimos  
179 agora o negócio da OCDE. Então, eu estou vendo que está todo mundo um pouco  
180 distraído, mas eu pergunto se podemos deliberar em cata de urgência sobre esse  
181 assunto nessa reunião. Os que estiveram de acordo, por favor, levantem seus  
182 crachás. Os que forem contrários, por favor, levante seus crachás. Nenhum.  
183 Abstenções. Nenhuma. Bom, então nós vamos deliberar em regime de urgência  
184 sobre esse assunto, peço que ao longo da reunião, em outro momento vocês  
185 tragam a proposta formalmente para que nós possamos submetê-la à votação que

186 é quando formos tratar das Resoluções, nós já tratamos delas e já apresenta o  
187 texto formal para que nós possamos ter a prorrogação aprovada  
188 institucionalmente. Você está com ela pronta? É grande? Vamos deliberar sobre  
189 isso imediatamente, por favor, leia.

190

191

192 **O SR. SÉRGIO BRANT (ICMBio)** – A Resolução é: prorroga os prazos previstos  
193 nos, §... A ementa: prorroga os prazos previstos no § 2º do art. 1º e Inciso 3º do  
194 art. 5º os dois que eu citei, da Resolução número 428, de 17 de dezembro 2010,  
195 que dispõe no âmbito do licenciamento ambiental sobre autorização do órgão  
196 responsável pela administração da unidade de conservação, de que trata o § 3º do  
197 art. 36 da Lei 9985, de 18 de julho de 2000, bem como a ciência do órgão  
198 responsável pela administração da OC no caso de licenciamento ambiental de  
199 empreendimentos não sujeitos a EIA/Rima e dá outras providências. O Conselho  
200 Nacional do Meio Ambiente-Conama, no uso de suas competências previstos no  
201 art. 8º inciso VII, da Lei 6938 de 31 de agosto de 1981, resolve: at. 1º: prorrogar  
202 por 5 anos os prazos previstos no § 2º do art. 1º e inciso III do art. 5ª da  
203 Resolução Conama número 428 de 17 de dezembro de 2010. Essa Resolução  
204 entra em vigor na data de sua publicação. Isabella Teixeira, Presidente do  
205 Conselho.

206

207

208 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA)** –  
209 Bom, então os que estiverem de acordo com a Resolução nos termos  
210 apresentados pelo Sérgio Brant, por favor, ergam seus crachás. Pois não. Na  
211 votação?

212

213

214 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

215

216

217 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA)** –  
218 Desculpe. Estamos em pleno regime de votação, esse é o tipo de questão  
219 relacionado basicamente ao pedido de prazo, nós deliberamos sobre  
220 votação.

221

222

223 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

224

225

226 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA)** – Nós  
227 vamos votar então a sugestão do senhor, perfeito. Os que estiverem de acordo  
228 com a prorrogação de 5 anos, por favor, levante seus crachás. Os que forem a  
229 favor da proposta apresentada pelo nosso representante, de prorrogação por 1  
230 ano, por favor, levante seus crachás. Os que forem a favor de abstenção, por  
231 favor, levante seus crachás 1. Então, está aprovada a proposta de prorrogação,

232 fica a recomendação só para procurar equacionar esse assunto com maior a  
233 rapidez possível porque os 5 anos não deve ser considerado como um prazo  
234 estipulado, mas como um prazo para que se procure o mais rapidamente possível  
235 equacionar o assunto. Obrigado. A Ministra chegou e vai nos brindar com a sua  
236 exposição inaugural. Bom, peço um pouquinho mais de paciência, a Ministra está  
237 dando uma entrevista, ela está aqui fora, enquanto ela não chega vamos dando  
238 avisos relacionados à matérias admitidas pelo Cipam. Bem, como os admitidos,  
239 conforme o art. 5º do nosso Regimento Interno. Ana, por favor.

240

241

242 **A SRª. ANA LUCIA DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – No Cipam foram  
243 admitidas cinco matérias e rejeitada uma matéria. Dessas cinco, duas estavam  
244 sendo objeto de deliberação nessa plenária, que são alteração da Resolução 411  
245 relativa a inspeção de indústrias madeireiras, e a substituição da Resolução 269,  
246 relativa a uso de dispersantes químicos de óleo no mar. Além dessas propostas foi  
247 aprovada uma proposta que estabelece critérios para utilização de fósforo na  
248 formulação de detergente em pós, e essa matéria foi encaminhada e está em  
249 análise na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental. Foi aprovada uma Resolução  
250 relativa a criadouros e estabelecimentos de critérios gerais para autorização de  
251 empreendimentos de uso e manejo de fauna, que está também em análise na  
252 CTBio. E outra sobre padrões de marcação de animais de fauna, silvestre, nativas  
253 em razão do uso e manejo em cativeiro, também na CTNBio em análise. E a  
254 matéria que não foi admitida foi relativa a vedação do uso de imagens alusivas à  
255 caça em estabelecimentos comerciais, em função de não ser uma atribuição do  
256 Conama a esse tipo de matéria. Então é isso.

257

258

259 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA)** –  
260 Bom, obrigado Ana. Complementando algumas informações relacionadas ao  
261 relatório da OCDE ele está disponível no site da OCDE já. Aqueles de vocês que  
262 tiverem interesse basta procurar a OCDE ou oecd.org, que vocês terão versões  
263 em inglês e português da síntese do relatório e posteriormente vão ter acesso à  
264 versão em português também por escrito. Eu queria mencionar também, na  
265 reunião de ontem nós conversamos um pouco sobre a necessidade de  
266 explorarmos com um pouco mais de prazo algumas discussões que vão parecer  
267 hoje e houve uma concordância da coordenação dos trabalhos em relação a nós  
268 procurarmos as conversas, em especial no que se refere ao relacionamento nosso  
269 com os Legislativo e os acontecimentos ligados à questão ambientais em Minas  
270 Gerais. Bom, enquanto a Ministra não chega vou dar início então à leitura das  
271 Resoluções que nós temos para hoje, nós estamos com três Resoluções,  
272 basicamente a que altera, a 411 que trata de inspeção da indústria madeireira, o  
273 Marcílio Caron deve ser o relator. Temos uma Resolução relacionada a uso de  
274 dispersantes de óleo no mar, que é uma velha conhecida nossa. Vamos ter  
275 também a discussão proposta pelo próprio Ministério, e uma Resolução que  
276 instituiu o nosso calendário ano que vem, houve uma sugestão ontem de alteração  
277 de uma segunda data. Eu acho que essa nós podemos deliberar rapidamente

278 porque não acredito que vá gerar maiores transtornos. Todos vocês receberam o  
279 cronograma, houve uma sugestão de alguns representantes nossos da Sociedade  
280 Civil para que a segunda reunião fosse postergada, de modo a evitar coincidência  
281 com a Semana Mata Atlântica e de modo que todos pudessem participar com  
282 maior efetividade. Então, eu pediria autorização do plenário para em relação à  
283 segunda reunião já promover uma alteração, de modo que fosse empurrada para  
284 frente, e fosse não nos primeiros dias da junho, mas a partir da segunda dezena  
285 de junho, sempre na quarta e quinta, na semana seguinte. Eu queria submeter à  
286 votação de vocês, se vocês concordam, para que possamos então produzir essa  
287 alteração. Os que estiverem de acordo, por favor, levantem seus crachás. Os que  
288 forem contrários, por favor, ergam seus crachás. Abstenção? Então, nós vamos  
289 promover, então, essa segunda alteração como nos foi solicitado ontem pelos  
290 nossos representantes da Sociedade Civil. Bom, apenas para recuperar um pouco  
291 a conclusão do que nós vamos ter ainda hoje, nós vamos ter o informe do  
292 Ministério de Minas e Energia sobre o Programa Nacional de Minas e Energia, a  
293 apresentação do relatório de pneumáticos, uma apresentação sobre reciclagem e  
294 logística reversa, tanto no caso do plano Nacional de Energia quanto sobre a  
295 demanda de reciclagem reversa foram demandas desse plenário. E vamos ter  
296 também uma breve comunicação sobre a posição brasileira a ser levada na  
297 Conferência de Paris. Foi anunciada pela presidenta Dilma quando estava em  
298 Nova Iorque, a chamada INDC, *Intended Nationally Determined Contributions*,  
299 quer dizer, as metas que o Brasil estabelece para si próprio em relação à questão  
300 da mudança do clima, esse processo, acho que mais de 150 países apresentaram  
301 também as suas contribuições e o ponto de partida para as negociações  
302 relacionadas ao acordo global de mudança climática foram exatamente essas  
303 contribuições nacionais. Vocês vão receber na parte da tarde também o texto das  
304 contribuições, já receberam, então, vamos ter oportunidade rápida de uma breve  
305 discussão com o pessoal nosso da Secretaria Nacional de Mudança Climática  
306 para que possam começar um pouco e termos um pouco de clareza como estão  
307 evoluindo as negociações. Eu retornei ontem de Paris, estive no domingo,  
308 segunda e ontem continuou, mas eu não participei do último dia da última Pré  
309 Conferência dos Ministros e Negociadores. Há uma expectativa positiva em  
310 relação à possibilidade de um acordo, embora uma série de itens permaneçam  
311 pendentes. Alguns deles relacionados aos meios de implementação, outras  
312 relacionadas à proporção das ambições e aqui é importante destacar, mesmo no  
313 debate nacional, nós sempre observamos um debate, assim, bom as contribuições  
314 são importantes, mas é preciso ter algo mais ambicioso, mais audacioso. Eu me  
315 lembro um artigo que foi publicado por um Prêmio Nobel de Economia, no  
316 relatório, no global de 1997 do Banco Mundial, que ele falava um pouco sobre as  
317 ambições e capacidades. É muito importante que haja uma relação, que as  
318 ambições guardem uma relação com as capacidades, possibilidades e interesses  
319 de um País. Por que? Porque se nós somos ambiciosos e não somos capazes de  
320 honrar as nossas ambições isso gera frustração, desgaste, perda de credibilidade,  
321 a recepção, a contribuição brasileira foi muito grande, houve uma avaliação muito  
322 positiva, uma perspectiva de que o Brasil realmente ousou, mas que nós mesmo  
323 com esse reconhecimento de todo nós precisamos conversar mais sobre isso, em

324 especial porque no fundo no fundo há uma dimensão global desse processo, mas  
325 há o que nós realmente, queremos, podemos e somos capazes de agir, de fazer.  
326 Todas as metas elas têm uma dimensão de desafio. Uma meta que é facilmente  
327 atingível, não cumpre seu papel. Uma aspiracional também ela não guarda  
328 relação com a realidade. Então, a calibragem dessa meta é uma calibragem que  
329 foi pilotada pessoalmente pela Ministra e que eu chamaria a atenção, junto  
330 naturalmente com a Presidente da República, que o Brasil ao contrário de outras  
331 nações, em especial os países desenvolvidos, esse é um debate que ainda é  
332 muito fragmentado, se vocês observarem a discussão de mudança climática é  
333 uma discussão que envolve, por exemplo, a Casa Civil da Presidência da  
334 República, envolve o Ministério da Indústria e Comércio, envolve o Ministério de  
335 Minas e Energia, envolve o Ministério da Agricultura, envolve o Ministério da  
336 Ciência e Tecnologia e envolve o Ministério do Meio Ambiente, por outro lado se  
337 nós ainda temos dificuldades do Governo de exercer essa coordenação, perdão, e  
338 o Ministério da Fazenda, naturalmente, hoje mudança climática no mundo inteiro é  
339 uma agenda de desenvolvimento. Nos os países desenvolvidos o que nós  
340 observamos? Que essa é uma agendas profundamente integrada, há uma grande  
341 coordenação no esforço de Governo para que essa agenda seja perseguida  
342 nacionalmente. Nós ainda enfrentamos no Brasil as dificuldades de um País  
343 grande, complexo, federalista, heterogêneo para termos uma discussão mais  
344 afinada, mais sintonizada, mais articulada. Houve uma contribuição grande do  
345 Ministério do Meio Ambiente e em particular nas negociações com o Setor  
346 Florestal, houve uma constituição significativa do Ministério da Agricultura, assim  
347 como do Ministérios das Minas e Energia, mas nós observamos que nós ainda  
348 temos um grande caminho a percorrer no que diz respeito a integrar essa  
349 discussão e produzir uma proposta nacional de desenvolvimento relacionada a  
350 uma reestruturação produtiva rumo a uma economia de baixo carbono. Nós temos  
351 iniciativas, temos programas importantes nas nossas parcerias, em particular com  
352 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, isso hoje  
353 está no centro da nossa relação com o BNDES, mas se observarmos do ponto de  
354 vista do País nós temos ainda muito a fazer. Essa é uma agenda ainda, digamos  
355 assim, com uma forte dimensão ambiental. E não é apenas uma dimensão  
356 ambiental, essa é uma agenda de desenvolvimento nacional, uma agenda global,  
357 é uma agenda que afeta praticamente todo o País, toda a sociedade brasileira,  
358 toda a estrutura produtiva, e todo o processo de construção e infraestrutura.  
359 Então, nós estamos com alguns avanços em curso, alguns Ministérios, como  
360 Transporte começa a prestar cada vez mais atenção no agenda ambiental, o  
361 Ministério do Desenvolvimento Agrário costuma cada vez mais levar em  
362 consideração as discussões relacionadas às suas ações, há necessidade de  
363 trabalhar interação com o Ministério do Meio Ambiente também, mas essa é uma  
364 agenda que perpassa toda a administração pública federal. É uma agenda que  
365 veio para ficar e o que se discute não é se é como e com que velocidade, quer  
366 dizer, nós estamos falando aqui dos trilhos para discutir depois a carga e a  
367 velocidade, mas praticamente todos os países estão nesses trilhos já, vocês  
368 tiveram uma exposição do Adriano na reunião passada, essa questão dos ciclos  
369 concêntricos, onde cada País de acordo com suas possibilidades, duas dinâmicas

370 política, econômica e social vai entrar nessa trajetória e nós não somos exceção,  
371 nós somos um País líder nessa negociação, temos características diferentes de  
372 muitos outros países desenvolvidos em relação a esse debate, a nossa matriz  
373 enérgica, como vocês sabem, é uma matriz onde hidroeletricidade tem um peso  
374 muito grande, não temos a dependência do carvão das países europeus ou do  
375 gás, temos um potencial hídrico ainda significativo para ser explorado. Mas essa  
376 concatenação esse processo de orquestração desse debate ele ainda tem  
377 potencial para aprimoramento no Centro do Governo, no diálogo com os  
378 movimento sociais, no diálogo com o setor privado, no diálogo com a academia  
379 para que possamos entrar com mais efetividade esse processo. Então, nós  
380 estamos... Hoje é 11, nós estamos há 20 dias do início da Conferência, a  
381 Conferência tem uma programação prevista para realização de duas semanas,  
382 alguns de vocês acredito que talvez estejam lá, a delegação brasileira é uma  
383 delegação enorme, é uma delegação que hoje já conta com mais de 600 pessoas,  
384 não é um delegação financiada pelo Governo, mas é uma delegação  
385 recepcionada pelo Governo Brasileiro e nós acreditamos que é um momento  
386 especial de inflexão da agenda global. E como como você sabe a nossa agenda  
387 aqui é uma agenda onde você tem um diálogo, uma interdependência do que se  
388 passa no País e fora do País. Muitas vezes nós temos a percepção de que a  
389 nossa agenda internacional é até mais fácil do que a agendas nacional, como  
390 muitos de vocês frequentemente expõem, denunciam, questionam, mas sem  
391 dúvida o que quer que vai acontecer lá, vai repercutir, vai ter um desdobramento  
392 aqui, assim como o que nós estamos fazendo aqui tem repercussão lá, tem  
393 impacto lá. O esforço que nós estamos desenvolvendo em relação ao uso do solo,  
394 em particular na implementação do Cadastro Ambiental Rural, no contexto do  
395 Código Florestal, é uma iniciativa que já encontra ressonância mundial e vem se  
396 somar à redução da expansão do desmatamento na Amazônia. Obviamente essas  
397 iniciativas não são suficientes, mas são traços da contribuição brasileira a esse  
398 processo, assim como a preocupação em inverter o sinal, partir para uma agenda  
399 de restauração florestal, recuperação florestal, revegetação, reflorestamento, para  
400 que possamos também atuar de forma significativamente no mercado de  
401 desenvolvimento florestal e sequestro de carbono. Quer dizer, não se trata apenas  
402 de reduzir as emissões, mas procurar também encontrar formas que possamos ao  
403 invés de liberar carbono, algumas atividades econômicas é captura-lo de forma a  
404 poder proporcionar um equilíbrio maior na posição nacional. Nós temos indústrias  
405 que são emissoras, temos segmentos que são emissores, alguns desses  
406 segmentos são fundamentais para o crescimento do País e não estão em  
407 condições de serem substituídos por tecnologias alternativas. Então, a forma de  
408 lidarmos com isso é procurarmos compensar as emissões de alguns desses  
409 segmentos, com uma política de desenvolvimento florestal ativo e agressivo. Bom,  
410 vou encerrar por aqui, a Ministra está chegando e deve fazer a sua fala inaugural  
411 agora. Obrigado.

412

413

414 *(Chegada da Ministra)*

415

416

417 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra de Estado do Meio**  
418 **Ambiente)** – Bom dia a todos. Peço desculpas porque demorei um pouco, estava  
419 dando entrevista ali fora e como tinha a questão de imagem, tinha que entrar ao  
420 vivo e obviamente o assunto da entrevista é a catástrofe ambiental em Minas  
421 Gerais. E eu quero saudar os Conselheiros do Conselho Nacional do Meio  
422 Ambiente, sei que tem uma pauta importante hoje em debate, espero que haja  
423 consenso para a votação das Resoluções, e também sei que os senhores  
424 receberam a INDC do Governo Brasileiro sobre a questão da Conferência de Paris  
425 e Mudança do Clima. O Secretário-Executivo do Ministério que acabou de chegar  
426 da Pré-COP informou que fez uma avaliação breve da COP e obviamente nós  
427 estamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos. O resultado de  
428 Paris, nessa conferência preparatória é exatamente o resultado que sinaliza, na  
429 linguagem de negociação, que nós não teremos um *back slider*, ou seja, não  
430 teremos volta atrás dos compromissos assumidos pelos países em relação à  
431 redução de emissão de gases de efeito estufa. No conjunto de compromissos  
432 assumidos pelos países o Brasil apresentou uma INDC baseada em *economy*  
433 *wise*, que é um jargão, ou seja, obrigação de redução absoluta em todos os  
434 segmentos da economia brasileira, o primeiro Brasil em desenvolvimento que o  
435 faz e também o País mais ambicioso, com a meta de redução de 43% de suas  
436 emissões em 2030. Isso é um exercício feito durante nove meses, que algumas  
437 instituições que estão aqui no Conama, que participaram do processo de  
438 construção e de consulta, obviamente nós teremos muito trabalho pela frente nos  
439 próximo 4 anos para preparar o Brasil para o cumprimento daquilo que são as  
440 nossas intenções oferecidas formalmente junto à Convenção de Mudanças do  
441 Clima, Convenção que chamamos de UNFCCC. Essas questões globais e  
442 obviamente a discussão de Paris mostram a necessidade de entendimento que as  
443 questões ambientais elas estão estritamente relacionadas com as questões de  
444 desenvolvimento não só no Brasil, mas no mundo. Ou as pessoas perdem o  
445 preconceito em relação a discutir meio ambiente, perdem a ideia de minimizar a  
446 importância das questões ambientais, ou então nós vamos continuar fazendo de  
447 conta que estamos lidando com os desafios reais de desenvolvimento desse  
448 século, onde você tem a questão ambiental como um tema estratégico para os  
449 caminhos e opções de desenvolvimento que cada País pode tomar, não só no  
450 ameaça da mudança do clima, mas chamado combate ao enfrentamento das  
451 mudanças do clima, mas também naquilo que é a conservação de biodiversidade  
452 e dos recursos mundiais e tudo que a agenda ambiental tem mostrado do amplo  
453 retrocesso ou degradação que nos últimos 20 anos o mundo tem enfrentado. Os  
454 indicadores ambientais não são indicadores que mostram avanços significativos  
455 embora individualmente em vários países isso vem acontecendo. Por outro lado  
456 também é importante observar o desafio que nós temos não só do aprimoramento  
457 da legislação ambiental em um País feito o Brasil, e seus instrumentos e etc., mas  
458 também na governança e na gestão pública ambiental no Brasil. E aqui eu vou  
459 fazer uma referência específica ao acidente em Minas, eu já fui informada que  
460 este Conselho já fez uma manifestação em relação ao acidente e às vítimas, mas  
461 efetivamente eu vou fazer aqui um traço, uma avaliação do que nós estamos

462 vivendo desde o dia 05/11 no âmbito do Governo Federal e a articulação com o  
463 Governo de Minas Gerais e com o Governo do Espírito Santo. No dia 05/11  
464 quando nós fomos informados pelo Governo de Minas do acidente, e fomos  
465 informados em duas situações distintas, pelo Sistema de Informação de  
466 Acidentes, ou seja, o Ibama recebe esse alerta aqui pelo seu Núcleo de  
467 Atendimento a Ações Emergenciais, que nós temos em todos os Estados, ou seja,  
468 o Governo de Minas comunicou e também a Agência Nacional de Águas recebeu  
469 o alerta do problema de segurança de barragem que nós tivemos efetivamente a  
470 ruptura de uma barragem de registro em Minas. Os dois, tanto o Ibama quanto o  
471 presidente da ANA me comunicaram imediatamente do acidente, eu telefonei no  
472 mesmo dia para o Governador colocando todo o aparato da área ambiental à  
473 disposição para o enfrentamento daquilo que hoje podemos sem sombra de  
474 dúvida afirmar que seja a maior catástrofe ambiental do Estado de Minas. Esse  
475 trabalho começou a ser feito no dia 05, no dia 06/11 as equipes do Ibama estava  
476 no local, inclusive com deslocamento de pessoas de outros Estados, e helicóptero  
477 para atender a Defesa Civil. E aí a primeira observação, todos os órgãos federais  
478 trabalham de maneira coordenada no âmbito federal com o Ministério da  
479 Integração, com a Defesa Civil Nacional que trabalha de maneira coordenada com  
480 os órgãos estaduais. Então, essa primeira, que nós chamamos, esse primeiro  
481 momento de ação é uma ação coordenada e nós estamos sobre o comando e  
482 orientação do General Adriano que é o Secretário de Defesa Nacional Federal e o  
483 Ministro da Integração, o Ministro Occhi tomou a frente com a condução de todas  
484 as medidas necessárias para lidar com os efeitos do desastre. E aí, do ponto de  
485 vista da ação imediata, obviamente, é preservar as pessoas que estão atingidas e  
486 procurar resgatar vítimas, essa é a ação que permanece até agora. Do ponto de  
487 vista ambiental duas ações estratégicas foram adotadas, uma, olhar a questão de  
488 abastecimento de água e a segunda abastecimento de água das populações que  
489 estão a jusante da barragem e a segunda uma preocupação também com a  
490 questão de resgate de fauna, e aqui venho publicamente o meu agradecimento ao  
491 trabalho que a instituição não governamental de Ouro Preto está fazendo em  
492 parceria com o Ibama para resgate de fauna junto com órgão o estadual de Minas.  
493 Estou vendo aqui o Subsecretário Geraldo que esteve comigo ontem fazendo um  
494 amplo relato do que está acontecendo em Minas. Enfim, esse trabalho todo está  
495 em curso e não é um trabalho trivial de ser feito, é um trabalho que a Agência  
496 Nacional de Águas acionou o DNPM porque a Lei de Segurança de Barragens de  
497 2010, barragem de rejeito, a fiscalização federal de institucionalidade do DNPM  
498 deslocou imediatamente uma equipe para trabalhar a avaliação de segurança de  
499 barragem de rejeito na região, nós temos três barragens Germano, Santarém, que  
500 na a água passou por cima, e Fundão que foi a que teve a ruptura. Também  
501 informamos imediatamente à Aneel e operadora nacional do sistema por conta  
502 das 4 barragens hidrelétricas que têm ao longo do Rio Doce quando toda a  
503 indicação e monitoramento dizer efetivamente que a onda, e são duas ondas, uma  
504 onda de água e uma onda de lama, vamos chamar assim, iriam atingir os  
505 barragens, as hidrelétricas. Então, isso requereu do operador nacional do sistema,  
506 da Cemig operações especiais para assegurar que isso passasse pelas  
507 hidrelétricas e obviamente você não tivesse ruptura e nem problemas nas

508 barragens de geração de energia elétrica. A mesma coisa nós fizemos no  
509 levantamento de todos os Municípios que captam água, todos os municípios que  
510 estão a jusante do rio e para identificar pontos de captação. Quem tem captação,  
511 por exemplo, em poço, municípios que têm tributários ou sistemas alternativos de  
512 abastecimento, captação de água e abastecimento e aqueles que são  
513 dependentes do Rio Doce, particularmente ressaltando uma situação de  
514 criticidade que o Rio Doce está por conta de seca com um nível de vazão muito  
515 baixo. Então, hoje Governador Valadares já tinha solicitado captação abaixo do  
516 ponto de captação e agora com a onda de lama, que chegou a 1900 m<sup>3</sup>, para  
517 vocês terem ideia, numa vazão média de 30 a 60 m<sup>3</sup> usualmente, para terem uma  
518 ideia da magnitude do acidente. Essas providências todas foram tomadas e mais  
519 do que isso, a ANA junto com IGAM, o IGAM tem uma grande capacidade  
520 instalada de monitoramento de qualidade de água, o que permite nas suas séries  
521 históricas nós podermos comparar depois a situação que está e a situação que  
522 era anterior, inclusive de contaminação. As informações disponíveis indicam que o  
523 rejeito é de baixa toxicidade, ou baixo risco, mas isso vai depender de  
524 monitoramento, já tem gente dizendo que não é isso e etc., e etc., nós estamos  
525 trabalhando de maneira articulada com o Governo de Minas Gerais. A ANA agora  
526 está junto com o IGAM fazendo o monitoramento de quantidade e qualidade de  
527 água, e olhando, fazendo cenários de redução de turbidez da água para saber  
528 quando que pode voltar a captar para abastecimento humano. A pedido da Defesa  
529 Civil Federal e Estadual essas simulações estão sendo feitas para poder definir o  
530 mecanismo de contingência, se nós vamos... Se tem água abastecida, reservada  
531 para assegurar abastecimento, ou se teremos que fazer uso de alternativas de  
532 abastecimento em função de ter as condições necessárias para voltar a captar  
533 nesses Municípios que captam direto do Rio Doce. É uma operação que está  
534 sendo feita, os primeiros resultados devo ter uma avaliação hoje no final do dia, o  
535 Presidente da Agência Nacional de Águas está desde ontem em reunião com  
536 governadores na sala de situação, o Ibama e a ANA estão na sala de crise desde  
537 sexta-feira. Eu falei ontem com o Governador do Espírito Santo, o Governador de  
538 Espírito Santo também está monitorando a chegada de onda de água e da onda  
539 de lama. A onda de lama ontem a diferença entre uma a outra era de 9 horas, ou  
540 seja, está mais lenta, ela está ficando ao longo do rio e das barragens, e ainda  
541 temos mais duas hidrelétricas que estão no caminho e, que, portanto, vão reter  
542 essa lama e isso tudo depende de monitoramento e de avaliação. O momento é  
543 que nós chamamos é de mitigar efeitos do acidente para assegurar abastecimento  
544 e condições de vida das pessoas que dependem do Rio Doce. A avaliação sobre  
545 as questões do desastre ambiental, impacto de fauna, instituição de área à  
546 preservação permanente e etc., contaminação, só poderemos fazê-lo segundo  
547 orientação da Defesa Civil, tenho falado com o General Adriano, depois que tiver  
548 uma estabilidade do acidente, ou seja, a lama precisa secar, têm áreas que  
549 sequer podemos acessar, os bombeiros estão trabalhando procurando vítimas e  
550 os órgãos, eu falei com o Secretário do Meio Ambiente do Estado e ele falou:  
551 Ministra, tem áreas que não acesso pela FEAM, nós temos que esperar a Defesa  
552 Civil liberar o acesso. Então, é um momento de trabalhar o apoio aos órgãos que  
553 estão viabilizando a mitigação dos efeitos e por outro lado assegurar o

554 abastecimento da água para as populações que estão atingidas por isso, além da  
555 segurança dessas populações. E além do que me foi explicado também, da  
556 segurança das duas barragens, uma que está avariada, que é a Santarém, e a  
557 outra, que é a grande barragem, que está sendo objeto, que é a Germana, que  
558 segundo informações tem mais quantidade de rejeito do que a Fundão. É a maior  
559 de todas, não é isso? Germano, perdão. Desculpe. Ela é mineira e exigente que  
560 só, mas enfim, Germano. Gênero, não acredito, Patrícia. Então é o seguinte, o  
561 momento, eu estou esperando, hoje o presidente da ANA, que tem especialistas  
562 de qualidade que foram deslocados para ajudar o pessoal do IGAM, nós estamos  
563 com equipes lá, temos um pessoal de cenários e o pessoal de segurança de  
564 barragens do Ibama que também foi deslocado para apoiar a Defesa Civil e apoiar  
565 o Governo de Minas. O trabalho, amanhã terei uma avaliação da presidenta do  
566 Ibama e do presidente da ANA, com diretores e etc. Sexta-feira teremos uma  
567 reunião geral de avaliação, de todo o quadro e eu já combinei com o Governador  
568 de Minas e Governador do Espírito Santo nós faremos uma reunião na próxima  
569 semana de todas as questões ambientais, do dano, da remediação e etc., a partir  
570 de dados apresentados pelos Governos Estaduais e obviamente também para  
571 instituições federais dos relatórios que estão sendo providenciados, tanto pela  
572 Agência Nacional de Águas como pelo Ibama. Então aqui no plenário o presidente  
573 interino do Ibama, o substituto, que é o responsável coordenador das áreas de  
574 emergência do Ibama, o Dr. Luciano, e também, cadê a menina da ANA? Não sei  
575 se chegou, está aqui, Flávia, que produziu um excelente relatório, ela está me  
576 comunicando com todas as informações que vêm da ponta porque nós estamos  
577 com gente espalhada na área do acidente e no Espírito Santo, ela está  
578 trabalhando e o presidente da ANA também segue hoje para o Espírito Santo.  
579 Então, combinado também com o Governo do Estado o problema de captação, de  
580 abastecimento e etc. Essa avaliação nós esperamos então ter para a reuniões  
581 com os governadores, e o foco da reunião dos governadores têm três aspectos, o  
582 aspecto de remediação, claro, o tamanho do desastre, o que nós temos que  
583 recuperar, como vai ser feito, qual a interlocução, a questão da gestão  
584 propriamente, se os instrumentos postos foram suficientes ou não, particularmente  
585 a questão do licenciamento, nós temos uma atividade de mineração que é  
586 competência, pela Lei Complementar 140, estadual, com um impacto que revelou  
587 se regional. Então, isso é uma discussão que eu acho que inclusive este  
588 Conselho, sugeriria que esse Conselho tivesse uma comissão, tirasse uma  
589 comissão e pudesse acompanhar o que está acontecendo e fazer um debate  
590 sobre quais são as necessidades de aperfeiçoamento, se houver, dos  
591 instrumentos existentes para fazer face aos desafios ambientais de uma atividade  
592 com alto impacto que é a mineração. Por que? Porque Minas está sendo objeto  
593 nos últimos anos de vários acidentes em barragens, e tem ainda obviamente a  
594 questão de prevenção, se os instrumentos de prevenção que foram tornados  
595 disponíveis existem na legislação, são suficientes ou estão sendo aplicados, se  
596 são bem colocados, ou se a aplicação é insuficiente, ou seja, teremos um grande  
597 caminho de trabalho pela frente de avaliação, de revisão e de aprimoramento. E  
598 obviamente ainda têm as questões legais, as questões de punição e de  
599 responsabilidade da empresa. Isso tudo são várias frentes que vão ter que ser

600 avaliadas e trabalhadas depois daquilo que nós chamamos de encerramento da  
601 “fase” da defesa civil, que é a fase de atendimento crítico à população e de  
602 estabilidade das barragens, que eles estão trabalhando com contenção de  
603 barragens, nós temos que aguardar os relatórios de engenharia para saber o  
604 tamanho das consequências, o que nós temos ali e etc. Então, desde o primeiro  
605 momento o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Integração e por  
606 intermédio do Ministério do Meio Ambiente se colocou diretamente trabalhando  
607 com o Governo de Minas Gerais e com o Governo do Espírito Santo. É o maior  
608 desastre não só de Minas, mas não se fala mais de desastre, fala-se catástrofe. A  
609 avaliação das questões ambientais ainda requer que nós tenhamos muita  
610 pesquisa de campo, o eu pode acontecer, porque ainda não está estabilizado.  
611 Então, a lama está passando, os rios antes da barragem, mas as imagens de  
612 satélite mostram todo o dano fora do leito do rio, depois da hidrelétrica isso  
613 começa a convergir para dentro do leito do rio. A hidrelétrica inclusive tem draga  
614 sendo deslocada por causa do reservatório, embora seja fio d’água, conteve  
615 aquela quantidade imensa da lama, de árvore, de rejeito, que desceu em função  
616 da ruptura da barragem. Sinais de alerta também nas outras hidrelétricas para  
617 fazer as operações e conseguir que a lama passe sem prejudicar a geração de  
618 energia no País ou naquela região, e operador nacional do sistema está alertado  
619 junto com a Aneel e trabalhando em cooperação com a Agência Nacional de  
620 Águas. Então, isso é uma avaliação, a primeira avaliação do momento do  
621 acidente, esses relatórios à medida que forem ficando disponíveis estarão no site  
622 para informação, para transparência efetivamente, o relatório de segurança de  
623 barragens que a Lei Nacional, a Política Nacional de Segurança de Barragem, a  
624 Lei de 2010 o último está publicado, que é de 2014, no site da ANA, tem lá todas  
625 as informações que todo mundo providencia e etc., junto e articuladamente com o  
626 sistema de formação na área ambiental, o Ibama é, por exemplo, o provedor de  
627 informações que ele tem sobre barragens de resíduos industriais, em função do  
628 que os órgão ambientais, outros órgãos oferecem informações, e isso é  
629 sistematizado na ANA e nos relatórios do Sistema de Informação de Segurança de  
630 Barragens. Então, nós vamos obviamente, só poderei divulgar efetivamente novas  
631 medidas depois que passar essa fase e tivermos um balanço, a segurança está  
632 mantida nas barragens e têm sistemas de alerta acontecendo e nós vamos,  
633 enquanto a Defesa Civil não falar agora está tudo estabilizado não poderemos  
634 fazer, por exemplo, as vistorias de campo necessárias, completas para saber a  
635 dimensão do dano ambiental. Tem muito trabalho pela frente e acho que nós  
636 teremos não só o trabalho de ajudar Minas e Espírito Santo, mas teremos também  
637 um trabalho de uma discussão aberta sobre a suficiência ou não dos instrumentos  
638 legais que nós dispomos no Brasil para fazer frente à prevenção, à contingência e  
639 à remediação. São três fases do problema e nós estamos enfrentando exatamente  
640 a fase de contingência, há indicações pela imprensa da insuficiência dos  
641 instrumentos de contingência, lembro que no licenciamentos ambiental as  
642 informações o Governo de Minas faz uso de cenários inclusive da análise de risco  
643 de ruptura de barragem. Então, também podemos ter situações de que o  
644 licenciamento determinou e o empreendedor não cumpriu de forma suficiente. Eu  
645 não sei, eu não posso falar de coisas que não tenho informações ainda, estou,

646 efetivamente, nessa reunião com os governadores eu pedi que nos trouxesse uma  
647 avaliação geral de todos os aspectos para que nós possamos saber qual é a  
648 estratégia que nós vamos trabalhar conjuntamente para entrar a questão de  
649 remediação, para aperfeiçoar, se couber, a questão de contingência, que tem que  
650 avaliar e também se os instrumentos de prevenção colocados são suficientes, se o  
651 licenciamento ambiental tem os requisitos suficientes, e aproveitar o que  
652 Congresso Nacional debate o Código de Mineração e lembrando que no debate  
653 do Novo Código de Mineração o Congresso não se debruçou sobre as questão de  
654 proteção ambiental, e de sustentabilidade da atividade. Então, talvez fique aí uma  
655 mensagem clara de que não dá para subestimar as questões ambientais, pelo  
656 contrário, é melhor gastar prevenindo do que ter que lidar com remediação e com  
657 contingência, depois fora o valor das vida das pessoas que isso não tem como  
658 remunerar. O depoimento da mãe que perdeu a filha é um depoimento  
659 emocionante, do tio que fala. Então assim, dos filhos das pessoas impactadas, as  
660 pessoas sem casa, as pessoas sem nada da noite para o dia. Então, esse tipo de  
661 discussão não podemos valorar e etc., nós temos que efetivamente trabalhar para  
662 que isso não volte a acontecer e sinalizando que vários acidentes que  
663 aconteceram nos últimos anos em Minas, segundo informações e cálculos feitos,  
664 não chegam, assim, representam, se somar tudo não chegam à magnitude do que  
665 aconteceu aqui com a ruptura dessa barragem. Então, esse é o informe que  
666 gostaria de passar para os senhores, fiquei ontem até 2h30 da manhã no telefone,  
667 monitorando as ações, recebendo os informes da Defesa Civil, do que estava  
668 acontecendo, o Diretor da ANA, Doutor Ney reportando detalhes sobre como  
669 seriam as vistorias hoje e detalhes técnicos que eu pedi para saber como a  
670 agência estaria fazendo, ele é engenheiro de segurança de barragem também.  
671 Então, nós colocamos os melhores especialistas que nós temos nas nossas  
672 instituições, os especialistas no tema para trabalharmos com Minas. Eu deverei ir  
673 à Minas tão logo eu seja autorizada a ir pela Defesa Civil, e obviamente espero até  
674 sexta-feira ter uma posição sobre isso. Farei toda a avaliação conjunta com o  
675 Ibama e com a ANA, com os governadores, para na semana que vem nós teremos  
676 uma reunião de trabalho a pedido do Ministério do Meio Ambiente com os dois  
677 governos do Estado, os dois governadores presentes para adotarmos as medidas,  
678 uma avaliação e as medidas serão colocadas em prática para remediação,  
679 avaliação do dano e remediação do que aconteceu. Então, essa é a avaliação  
680 mais atual que eu posso dar para os senhores, vamos aguardar os boletins hoje  
681 de segurança de barragem para saber se teremos uma situação de estabilidade e  
682 quais são as providências institucionais que podem ser tomadas, e vou aguardar  
683 também o relatório do presidente da ANA que se dirige depois de Valadares para  
684 o Espírito Santo, que terá um encontro com o governador e as equipes técnicas  
685 para saber a questão de quantidade de água. Essa é a situação hoje. Aproveito  
686 para dizer aos senhores da importância das Resoluções do Conama e a  
687 importância de fazer cumprir aquilo que os órgãos ambientais e que todos nós  
688 aprovamos em plenário, e a importância de sinergia entre o que o Conama aprova  
689 e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova. Nos últimos 5 anos tenho  
690 feito disso quase um mantra aqui dentro, a Resolução de segurança de barragens  
691 que trata da Política Nacional de Barragens é do Conselho Nacional de Recursos

692 Hídricos, então, vou avaliar, em função dos desdobramentos, proximamente nós  
693 teremos um debate do Conselho Nacional de Meio Ambiente e Conselho Nacional  
694 de Segurança de Barragens e Gestão Ambiental. Isso é aprimoramento, os  
695 regulamentos são postos, as Resoluções são estabelecidas, os instrumentos  
696 estão aí, mas não necessariamente nós asseguramos que todo mundo tenha  
697 domínio de tudo que está sendo colocados e aquilo que nós precisamos  
698 aperfeiçoar em Resoluções do próprio Conselho Nacional de Meio Ambiente, falo  
699 isso porque nós temos no Congresso Nacional também vários instrumentos legais  
700 sendo aprovados, como foi o Código Florestal e Resoluções desse Conselho que  
701 ficaram “vencidas”, “superadas” por uma Lei Ordinária, ou parte de Resoluções, ou  
702 necessidade de regulamentação de leis, como novos regulamentos associados à  
703 a leis aprovadas que o Conama tem competência. Então, eu tenho insistido que  
704 vocês me gerem pautas mais atuais, nós fizemos o esforço de limpar o que  
705 chamei aqui em algum momento passivo de grupos de trabalhos, de pendência de  
706 regulamentação e etc., coisas que se acumulavam há 8 anos ou mais de 8 anos  
707 aqui dentro. Agora, é absolutamente necessário que se aprimore, que se avance  
708 nas discussões que, na realidade, dotando o País de normas ambientais mais  
709 efetivas do ponto de vista da gestão ambiental e do ponto de vista de assegurar o  
710 trabalho também de transparência e de segurança jurídica para normas  
711 ambientais. Há uma tendência do Congresso Nacional de votar Decretos  
712 Legislativos para anular as Resoluções e atos do Executivo. Nós temos que evitar  
713 esses tipo de questão e muitos dos argumentos é que têm normas  
714 extemporâneas, normas que não são cumpridas, e etc., os argumentos políticos,  
715 não estou dizendo aqui que não são corretos, eu não faço juízo de valor. Este  
716 conselho terá que discutir temas que são estratégicos, que demandam  
717 regulamentação de normas ambientais, de padrões de qualidade ambiental,  
718 chamo a atenção aqui ao padrão de qualidade do ar, tem 5 anos que eu cobro e  
719 há uma inércia de avançar, por exemplo, na revisão do Programa de Qualidade do  
720 Ar, que é de 1990. Então, é óbvio que essas discussões precisam vir para a mesa  
721 e espero que isso seja, o Ministério vai pautar alguns desses temas para o ano  
722 que vem, para a agenda de trabalho do ano que vem do Conama, mas eu gostaria  
723 muito que esse plenário sugerisse temas formalmente para que possamos  
724 organizar e ter uma pauta de resultados para 2016, objetivando os temas que são  
725 estratégicos que são de regulamentação ambiental, daquilo que particularmente  
726 favorece a gestão ambiental dos Estados, em função também da Lei  
727 Complementar 140. Então, essas são as informações, nós temos duas  
728 Resoluções, não é isso? Para serem votadas, uma trata da questão de  
729 dispersantes na área de petróleo, atenção, isso tem a ver com a questão de  
730 acidentes e de combates à questão de derramamento a petróleo, técnicas que são  
731 adotadas mundialmente e que o Brasil na hora de acidente tem às vezes a  
732 dificuldade, tem que autorizar excepcionalmente a aplicação disso, foi um debate,  
733 pelo que fui informada, intenso, muito longo, bem robusto e aqui tem uma  
734 proposta de Resolução para disciplinar o uso de dispersantes químicos, e tem  
735 também uma proposta de Resolução que altera a 411/2009 tratando exatamente  
736 da questão de dispersão de indústrias consumidoras de produtos e subprodutos  
737 florestais madeireiros com a preocupação do Ibama de eventualmente está se

738 favorecendo ou permitindo com isso que usando a Resolução aqueles que querem  
739 cometer crime ambiental driblem e possam esquentar a madeira em um tema,  
740 usando a expressão mais específica que a fiscalização usa. Obviamente isso  
741 requer muito debate e obviamente eu espero que as Resoluções possam ser  
742 aprovadas, se houver pedido de vista que seja justificado, como sempre, o  
743 requerimento, e que possamos voltar para aprovação do texto aperfeiçoando  
744 aquilo que a Câmara Técnica e que os grupos técnicos não foram suficientes para  
745 fazer e a Câmara de Assuntos Jurídicos também. Então, não tenho avaliação de  
746 todas as tendências dos debates e das suficiências, mas a diretoria do Conama e  
747 o Secretário-Executivo me informam de que são assuntos são assuntos  
748 importantes e que foram assuntos largamente discutidos no âmbito das Câmaras  
749 Técnicas. Eu não sei quais os membros do Conama que pelas suas instituições  
750 vão a Paris, à COP 21, sinalizo que nós seremos um sistema de muita segurança  
751 em Paris, e obviamente é uma Conferência que vai mobilizar muita gente em torno  
752 do mundo, espera-se a maior Conferência de Clima, essa é indicação que nós  
753 temos de mobilização até porque nós temos hoje INDCs apresentadas muito mais  
754 de países do que países engajados no Protocolo de Kioto e redução de emissões.  
755 De qualquer maneira nós faremos realizar em Paris uma semana Brasil de  
756 implementação da INDC do Brasil com debates com especialistas, faremos  
757 inclusive com a vice-presidente do IPCC, Doutora Thelma, com cientistas do IPCC  
758 sobre taxas de restauração florestal no Brasil, sobre a questão de degradação de  
759 florestas que é um problema que nós temos no mundo inteiro, como mensurar isso  
760 e sobre o desafio do Brasil de restaurar 12 milhões de hectares. Como também  
761 teremos na área de energia, teremos na área de agricultura, teremos na área da  
762 diplomacia, na área de instrumentos econômicos, nós vamos receber em parceria  
763 alguns eventos, como teremos o evento em parceria com a coalizão clima, floresta  
764 e agricultura e outros eventos pelo próprio Governo Brasileiro, o Ministério do Meio  
765 Ambiente, Ministério da Agricultura, enfim, com os interlocutores parceiros dos  
766 setores que lá estarão, vão debater etanol, enfim, biocombustíveis e etc., as novas  
767 perspectivas em frente de um novo acordo de mudança do clima. Aqueles que  
768 estiverem, que forem a Paris espero, então, serão informados de toda a  
769 programação, estará disponível e sejam bem-vindos aos debates e as  
770 interlocuções envolvendo países, cientistas, investidores e, enfim, de fazer o  
771 Amazon Day, em Londres, que foi extremamente bem sucedido e obviamente a  
772 ideia, nossa ideia do Ministério do Meio Ambiente é ampliar esse debate daquilo  
773 que foi o processo de construção da INDC brasileira, que envolveu todos os  
774 segmentos e todas as interlocuções inclusive da natureza dos partidos políticos.  
775 Nós fizemos um trabalho de envergadura imensa para viabilizar um compromisso  
776 do Brasil a partir de 2020. Óbvio que o Brasil tem os desafios além de 2020, o  
777 desafio de chegar até 2020, e com isso nós temos a Política Nacional de Mudança  
778 do Clima em implementação, na sua primeira fase, e temos a necessidade de  
779 combater e acabar com o desmatamento na Amazônia. Aqui cabe um  
780 esclarecimento, eu vi muitas questões colocadas na imprensa com má  
781 compreensão. A INDC do Brasil oferece até 2030, quem leu o jornal hoje, para  
782 acabar o desmatamento ilegal vê que a decisão de Paris dessa Pré-COP é não ter  
783 retrocessos, significa que o País tem que entregar o resultado, o País não pode

784 voltar atrás, as condições para que nós asseguremos o fim do desmatamento  
785 ilegal, não só na Amazônia, mas em todos os biomas determinam e requerem  
786 que os Estados, os Governos Estaduais sejam parceiros, e na transparência, no  
787 compromisso de entregar a supressão de vegetação e aquilo que eles autorizam  
788 legalmente. Nos últimos 4 anos eu tenho me dedicado a viabilizar isso e confesso  
789 com um insucesso ou com um sucesso muito aquém do que eu desejo. Então,  
790 obviamente nós vamos fazer agora um novo movimento, já anunciei isso em  
791 Londres, anunciei para a imprensa, nós iremos lançar em Paris um projeto do  
792 Estado do Mato Grosso e Estado do Acre, para viabilizar o fim do desmatamento  
793 nesses Estados até 2020, é um novo modelo, os governadores se  
794 comprometeram em fazê-lo, tem apoio da Sociedade Civil para tal e dos  
795 empresários para assegurar que tenhamos transparência no fim do  
796 desmatamento. Paralelamente estaremos trabalhando até 2020 com o  
797 monitoramento de todos os biomas, a taxa de desmatamento todos os biomas  
798 com o INPE, os recursos estão assegurados e também o desenvolvimento da taxa  
799 de restauração florestal, porque se o Brasil vai plantar floresta ele tem que medir  
800 isso do ponto de vista de carbono, e é o INPE também que vai fazê-lo. Os  
801 recursos também já estão assegurados, essas parcerias todas estão se  
802 assegurando, já asseguramos recursos financeiros, já asseguramos tudo que  
803 pode ser feito para que as instituições desenvolvam cientificamente esses novos  
804 instrumentos como também a cooperação com o INPE e com a nova família de  
805 satélites de monitoramento de cobertura florestal. Então, tem todo um trabalho que  
806 está em implantação e deve estar, deverá ser implementado até 2020 para  
807 preparar o Brasil para fazer frente ao cumprimento da sua INDC. Espera-se se  
808 formos bem sucedidos nos próximos 2 anos que possamos ampliar o  
809 compromisso do fim de desmatamento para todos os Estados da Amazônia até  
810 2020, e isso associado também à consolidação do Cadastro Ambiental Rural cujo  
811 o prazo é maio de 2016. As coisas estão combinadas, agora, eu não posso ter  
812 Estado que não regulamenta nem o Código Florestal naquilo que a lei determina  
813 que ele regulamente, e vários Estados não fizeram. Eu não posso ter Estado que  
814 autoriza mais supressão de vegetação do que o estoque de floresta que ele tem  
815 em território. Se você cruzar os dados é isso que você encontra. Eu não posso ter  
816 Estado que não separa aquilo que é desmatamento, o que é ilegal, o que é  
817 irregular, é irregular porque o cara desmata sem autorização, mas é ilegal frente à  
818 fiscalização, e aquele que autoriza o que é legal, o proprietário tem direito de  
819 suprimir, que não é APP, é reserva legal e etc. por outro lado nós temos mais de  
820 150 milhões de hectares pelo Cadastro Ambiental Rural identificados de  
821 vegetação nativa em propriedades privadas no Brasil, sem ter nenhum grau de  
822 proteção. Como também temos na Amazônia cerca de 22% da área desmatada na  
823 Amazônia em restauração florestal e obviamente capturando carbono. Isso tudo  
824 são coisas que temos que juntar, arrumar, calcular e etc., para oferecer  
825 compromissos formais do Brasil. O Brasil foi o único País que apresentou a sua  
826 INCD além de GWP, que é a linguagem que os países usam de radiação, mas  
827 também em GTP, que é a linguagem da temperatura, se o mundo se compromete  
828 em só ter o aumento de temperatura de até 12 graus, que é a decisão de Cancun,  
829 ninguém apresentou suas INDCs em relação ao aumento de temperatura, e o

830 Brasil apresentou, como também apresentamos intensidade de carbono por  
831 unidade de PIB, todas as medidas recomendadas, o IPCC recomenda, GTP nós  
832 apresentamos com toda transparência e seguimos todas as metodologias do IPCC  
833 e da Convenção. Inclusive em relação a abatimento, as Áreas de Preservação  
834 Permanente, as terras indígenas foram contabilizadas porque se eu cortar esse  
835 carbono ele sobe, não interessa se vem de área de APP, se vem de reserva legal  
836 e etc. isso é contabilizado pelo País e agora aprovado acordo de Paris todo  
837 mundo terá que prestar contas, estamos também concluindo o processo de  
838 avaliação científica das contribuições históricas do Brasil desde a revolução  
839 industrial, espero que isso fique pronto até o início do ano que vem para dizer  
840 efetivamente da revolução industrial até hoje, que alguns falam economia  
841 emergente, qual é a contribuição efetiva do Brasil para as mudanças climáticas  
842 globais? É muito menos do que muita gente fala por aí, estamos fazendo um  
843 modelo no Brasil e um modelo na Alemanha combinado com a Áustria, com  
844 cientistas e vamos anunciar isso brevemente. Então, está havendo todo um  
845 trabalho e o que determinará o Brasil, em minha expectativa, é pós Paris uma  
846 discussão de mudança do modelo de governança de clima no Brasil, teremos que  
847 rever isso tendo em vista a amplitude e a diversidade de compromissos e de  
848 ações, o que os compromissos brasileiros determinaram. E a necessidade cada  
849 vez maior de transparência. Então, a agricultura de baixo carbono que antes não  
850 tinha no Cadastro Ambiental Rural, vai poder ter a métrica com base no Cadastro  
851 Ambiental Rural e em um CAR-Carbono que estamos procurando desenvolver,  
852 para saber a quantidade de carbono em cada propriedade rural. Isso é  
853 sofisticação de um País, e vários países do mundo estão vindo aqui para saber o  
854 que é isso, como isso funciona pegando o cadastro, isso vai fazer também que o  
855 setor de silvicultura no Brasil tenha um novo patamar de desenvolvimento  
856 econômico, o que também não é trivial de ser feito, também não é uma coisa  
857 menor de ser feita em função da necessidade de concebermos uma arquitetura  
858 econômica para o setor no Brasil. Lembrando que o Código Florestal não fala só  
859 de restauração florestal, ele fala de recuperação de vegetação nativa, então, parte  
860 do passivo associado ao Código Florestal não é de florestas, é de vegetação  
861 nativa não florestal. Então, o Brasil terá desafios imensos que nós estamos  
862 discutindo com todos os segmentos implementar dependendo fortemente da  
863 parceria com os Governos Estaduais, com a Abema, porque lei cabe aos Estados  
864 definir os programas de recuperação ambiental, definirem. E obviamente os  
865 mecanismos de compensação daquilo com a cota de reserva ambiental que o  
866 regulamento final deve estar, espero eu que possa anunciar até o final do ano.  
867 Meu último comentário para que vocês possam efetivamente retomar a reunião e  
868 dar continuidade à reunião do Conama diz respeito a reforçar o que eu comentei  
869 aqui sobre o Congresso Nacional, a respeito dos Decretos Legislativos, e há  
870 nessa semana uma pauta da votar o fim da 303/2002, da 302/2002 para o Decreto  
871 Legislativo da Câmara dos Deputados. Além das questões ambientais e aí eu  
872 destaco aqui a questão das restingas, tem o problema grave, chamo a atenção  
873 dos Governos Estaduais aqui presentes, de indenização por conta das áreas que  
874 estão sobre proteção ambiental, se diminui a área, se tiram a proteção ambiental,  
875 a indenização para vários empreendimentos e etc., eu estou pegando uma fala de

876 juízes, passam a ser espetaculares porque uma parte é você diminuir o ônus e  
877 dizer que é área é de preservação ambiental. Então, o Congresso muitas vezes  
878 toma medidas com um viés sem necessariamente avaliar todas as questões que  
879 estão envolvidas nisso, por isso o Conselho deve se debruçar na necessidade de  
880 reavaliar ou rever as suas Resoluções, aquelas que perderam aplicação outras  
881 vezes, aquelas que parcialmente perderam, aquelas que as leis determinam novos  
882 regulamentos e cumprir o seu papel de definir regulamentos de padrões e de  
883 parâmetros de qualidade ambiental e de gestão ambiental nesse País, para  
884 orientar os órgãos ambientais. Então, tem uma pauta enorme, espero eu em 2016,  
885 essa ação do Congresso de hoje, eu fiz ação política ontem com a Frente  
886 Parlamentar da Agricultura e obviamente vamos ver se conseguimos adiar ou se  
887 conseguimos ter um novo encaminhamento em função da decisão do Conselho  
888 Nacional de Meio Ambiente, de obviamente aprimorar as suas normas e não ter as  
889 suas Resoluções anuladas por Decreto Legislativo, algo do ponto de vista  
890 impensável e inaceitável. Vou pedir licença, estou sendo chamada, recebi uma  
891 informação aqui, o Luciano já saiu, para questões de Minas, eu vou seguir  
892 acompanhando o acidente, destacando que nós também lançamos na semana  
893 passada o primeiro relatório de avaliação de desempenho ambiental feito em  
894 parceria com a OCDE do Brasil, foi um trabalho de 2 anos, em setembro ou  
895 agosto lançamos o de recursos hídricos e lançamos de avaliação ambiental,  
896 primeira vez que o Brasil se dedica que tem a sistematização de informações na  
897 área ambiental desde 2000. Um trabalho muito bem feito, em parceria com o  
898 Ministério do Meio Ambiente, com órgãos ambientais, enfim, e isso está, esse aqui  
899 é o sumário executivo, está em português o sumário executivo e está em inglês o  
900 relatório completo no site do Ministério e no site da OCDE. A partir daqui isso  
901 orientará as cooperações com os países da OCDE que são importantes parceiros  
902 de doação de recurso ao Brasil na área de conservação ambiental. O último  
903 comentário nós também aprovamos no *Global Environment Facility*, no GEF,  
904 agora nós estamos em novembro, então outubro, o maior programa de  
905 investimento na área de conservação de biodiversidade do GEF, foram 113  
906 milhões de dólares para o Brasil, 65 milhões de dólares, Peru e Colômbia para  
907 proteção da Amazônia. Isso foi também um trabalho imenso feito diretamente com  
908 o GEF numa articulação extremamente bem sucedida, e aqui parabeno a  
909 Diretora-Geral do GEF e o trabalho que a equipe do Chico Gaetani fez de  
910 mobilização de projetos e do Itamaraty de cooperação com esses países. É uma  
911 ampliação do status de conservação da Amazônia, e seguimos agora no  
912 detalhamento do GEF que já está aprovado, o GEF Marinho, esperamos no início  
913 do ano anunciar as unidades de conservação, os novos caminhos de conservação  
914 das áreas protegidas, ecossistemas marinhos e costeiros. Também é um recurso  
915 de mais de 100 milhões de reais, em parceria com o Banco Mundial. E as reuniões  
916 seguem, os recursos já aprovados. Eu pretendo, essa é a última reunião do  
917 Conama do ano, voltando de Paris devemos ter um balanço no site do Ministério,  
918 os Conselheiros vão receber, de todos os recursos, de tudo que foi regimentado  
919 porque eu espero ter boas notícias até o final do ano em relação a isso, mas não  
920 vou me antecipar porque nem todas as condições ainda estão preenchidas, mas  
921 se der tudo certo nós vamos ter novos recursos para a área ambiental em

922 cooperação e possibilitando com isso avanços, e aí até antecipação de algumas  
923 metas e algumas políticas setoriais. Mas aguardem os próximos capítulos, como diz  
924 o Jô Soares, daqui a pouco nós voltamos. Muito obrigada a todos e espero que  
925 tenham uma reunião. Geraldinho, eu preciso falar com você sobre Minas e Doutor  
926 Gaetani conduzirá a reunião. Com licença todos e um bom dia. E se não vir um  
927 bom Natal, quem for a Paris prepare para o frio e para o trabalho e espero que  
928 estejamos todos juntos ano que vem com uma nova pauta e fortalecendo cada vez  
929 mais esse Conselho. Peço a vocês propostas de uma pauta mais estratégica ao  
930 Conselho Nacional do Meio Ambiente para 2016. Muito obrigado e um bom dia.

931

932

933 *(Palmas!).*

934

935

936 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**

937 Pessoal, eu queria tomar a liberdade de fazer uma sugestão, nós temos duas  
938 Resoluções e a tribuna livre, e temos a oportunidade de ou agora ou não vamos  
939 ter de ouvir a exposição rápida do Adriano sobre a contribuição brasileira em  
940 clima. Então, eu queria submeter a vocês a possibilidade de fazermos a exposição  
941 do Adriano agora, que a Ministra indicou que vai ser a posição brasileira  
942 apresentada na Conferência de Paris, e depois damos sequência normal aos  
943 trabalhos. Podemos prosseguir dessa maneira? Que ele não vai poder estar à  
944 tarde é a única chance que nós temos. Tudo bem? então, vamos lá Adriano, por  
945 favor.

946

947

948 **O SR. ADRIANO SANTHIAGO (SMCQ/MMA) –** Bom dia secretário. Bom dia a

949 todos. Eu acho que essa deve ser a terceira reunião que tenho oportunidade de  
950 participar no Conama, gostaria de lembrar... Mas eu acho que isso demonstra a  
951 consulta ampla que a Ministra acabou de falar que fez e esse Conselho aqui  
952 também foi bastante importante para a construção da nossa proposta para Paris,  
953 eu acho que a ministra já deu elementos importantes da contribuição  
954 nacionalmente determinada, a INDC e essa é mais uma oportunidade de trazer  
955 alguns pontos sobre a proposta que o Brasil leva para Paris e obviamente  
956 pegando o gancho que a Ministra deixou aqui no final, ela vai ser um começo e  
957 esperamos que a partir do ano que vem nós possamos já ter a implementação da  
958 INDC visando o período pós 2030 na Convenção sobre Mudança do Clima e mais  
959 uma vez a importância de ter esse diálogo aqui com o Conselho. Como eu  
960 mencionei, ao longo de ano nós tivemos muitos elementos da INDC apresentados  
961 e discutidos aqui no Conselho, muito em função das visitas que nós tivemos aqui  
962 no Brasil do primeiro-ministro Chinês, em maio, a própria visita da Presidente  
963 Dilma aos Estados Unidos em junho e, por fim, a visita da chanceler Merkel ao  
964 Brasil e alguns elementos da INDC estavam lá e nós podemos compartilhar com  
965 vocês. O que nós temos agora de fato, diferente das conversas que nós tivemos  
966 anteriormente, os senhores vão se lembrar, nós tínhamos que definir ao longo de  
967 ano qual seria a modalidade que o Brasil apresentaria de redução de emissões

968 para Paris e os senhores lembram que nós tínhamos duas fortes propostas, uma  
969 da Sociedade Civil de que nós apresentássemos uma meta em termos absolutos  
970 de emissão. Tendo o ano-base e fizéssemos essa redução em termos absolutos e  
971 a outra proposta era de termos uma redução em intensidade de emissões que  
972 seria emissão por PIB. Por fim, o Governo Brasileiro decidiu adotar a proposta  
973 mais ambiciosa, acho que a Ministra mencionou isso aqui na sua fala inicial,  
974 quando o Brasil apresenta uma modalidade de redução de emissões em termos  
975 absolutos ele se equipara, de algum modo, claro que respeitando o princípio de  
976 responsabilidade comum, porém diferenciado, mas o Brasil se equipara à proposta  
977 de países desenvolvidos, porque os países desenvolvidos estão apresentando  
978 redução de emissões em termos absolutos, e o Brasil está fazendo isso, mas não  
979 deixou de fazer a informação também de intensidade de emissões, como a  
980 ministra mencionou e eu vou falar um pouco sobre isso. Mas o importante aqui é  
981 que o Brasil traz uma proposta extremamente ambiciosa. Então, nós definimos o  
982 ano de 2005 cinco como um ano base para comparação da redução de emissões  
983 e no ano de 2025 alcançamos uma redução de 37% em relação a esse ano-base.  
984 E 2030 nós fazemos uma contribuição indicativa de uma redução maior de 43%  
985 em relação a 2005, indicativo porque nós esperamos que nesse período todo de  
986 implementação das INDCs o mundo possa em algum momento, e estamos  
987 falando de 15 anos a partir de hoje, rever as suas propostas e nós esperamos que  
988 lá no futuro possamos rever até para baixo, se possível, que possamos reduzir  
989 ainda mais. Embora a proposta brasileira seja muito ambiciosa, ela é uma  
990 proposta que abarca todo o território nacional e todos os gases de efeito estufa do  
991 Protocolo de Kioto, com exceção de um gás específico que não entra na produção  
992 brasileira, mas ela é uma proposta que nós tratamos a redução de emissões de  
993 um maneira, usando o jargão da Convenção, *economy wide*, nós temos uma  
994 proposta para a integridade da economia brasileira, diferente do que nós  
995 apresentamos no passado, os senhores vão lembrar que para o período pré 2020  
996 a proposta do Brasil é fazer um desvio da curva tendencial de emissões e aqui eu  
997 destaco que alguns países em desenvolvimento continuam com essa proposta  
998 para o pós 2020, alguns países continuam promovendo desvio de tendência de  
999 emissões e comparando com o Brasil, o Brasil apresentou uma progressão em  
1000 relação a essa meta de Copenhague, o Brasil evoluiu e apresentou algo mais  
1001 ambicioso. E naquela época para Copenhague o importante a destacar aqui é que  
1002 era um compromisso voluntário e agora nós esperamos no que final do ano em  
1003 Paris tenhamos um compromisso juridicamente vinculante e é sempre bom  
1004 lembrar que foi a Ministra Izabella na COP de Durban em 2011 que defendeu que  
1005 o Brasil estaria preparado para um compromisso juridicamente vinculante  
1006 destravando a negociação naquela época. E agora em 2015 nós temos o  
1007 resultado importante desse destravamento da negociação. É uma proposta  
1008 ambiciosa em função de ser uma redução absoluta, é uma proposta ambiciosa se  
1009 nós compararmos o que estamos propondo de redução de emissão por PIB, que é  
1010 de 66% em 2025 com relação a 2005, e uma redução de 75% em 2030, também  
1011 com relação a 2005, isso com densidade de emissões. Em ordem de comparação  
1012 percentual a China apresentou uma proposta de intensidade de emissões e essa é  
1013 a proposta chinesa de modalidade entre 60 e 65% em relação a 2030. Então, em

1014 termos percentuais o Brasil está oferecendo uma redução de intensidade maior  
1015 por PIB do que a China. Se nós tomarmos como base emissão per capita, o Brasil  
1016 também tem uma proposta ambiciosa, porque em 2012 nós temos no Brasil uma  
1017 emissão per capita 6,2 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente por habitante. Essa é a  
1018 proposta que alguns países importantes estão apresentando como um ambição de  
1019 emissão per capita para 2030, ou seja, o Brasil em 2012 está apresentando uma  
1020 redução de emissão *per capita* maior que os países desenvolvidos estão  
1021 colocando para 2030 como ambição, e nós chegaremos ao chegaremos ao  
1022 patamar, desculpe, 6,5 em, 2012, nós chegaremos ao patamar de 6,2 toneladas  
1023 de CO<sub>2</sub> por habitantes em 2025 e 5,4 toneladas de CO<sub>2</sub> por habitante em 2030.  
1024 Isso tudo mostra a grande ambição brasileira. O outro elemento importante que eu  
1025 destacaria que a própria Ministra Izabella também chamou a atenção fato do Brasil  
1026 estar em linha com a melhor eficiência disponível, nós não apresentamos. A nossa  
1027 modalidade em GTP, que era a nossa intenção inicial, essa contribuição de gás  
1028 em termos de temperatura em função de facilitar a comparabilidade com outras  
1029 INDCs, quase todas as INDCs estão apresentadas em GWP, outra métrica de  
1030 emissões. Então, nós decidimos fazer isso por facilitar a comparabilidade, mas  
1031 não nos furtamos de incluir como elementos adicionais a informação em GTP  
1032 também, porque é a melhor ciência disponível. Por fim, caberia destacar alguns  
1033 elementos que colocamos na INDC como elementos adicionais e informativos, que  
1034 são importantes para os setores que estão em linha com o que o IPCC também  
1035 determina, o IPCC diz que para os cenários de manutenção do crescimento da  
1036 temperatura de 2°C até o final do século, nós temos que trabalhar forte com  
1037 bioenergia, temos que trabalhar forte com uma escala grande de mudança no uso  
1038 da terra e florestas, e promoção de energias renováveis e isso está refletido na  
1039 informação adicional da INDC. Aqui cabe um elemento importante, nós temos  
1040 ouvido da sociedade algumas interpretações de que na INDC, por exemplo, os  
1041 biomas cerrado, os biomas Mata Atlântica não estariam na INDC, ele não está na  
1042 informação adicional, o que o Brasil apresentou como informação adicional é  
1043 como o próprio nome já diz, indicando alguns caminhos para chegarmos a 2025 e  
1044 2030, não quer dizer que outros biomas não estejam considerados lá, todas as  
1045 contas que nós fizemos e baseados em modelos robustos, nós trabalhamos com o  
1046 INPE para a parte de mudança no uso da terra e florestas. Nós trabalhamos  
1047 Embrapa e MAPA para modelagem de agricultura, e trabalhamos com a EPE e  
1048 Ministério de Minas e Energia para modelagem de energia. Então, são modelos  
1049 robustos em que o planejamento de médio e longo prazo está incorporado nesse  
1050 modelo e as indicações que nós temos ali na INDC é como o próprio nome diz,  
1051 são indicações. Então, quando falamos que nós vamos nos comprometer com o  
1052 desmatamento ilegal da Amazônia até 2030, estamos colocando o que nós temos  
1053 de mais avançado de monitoramento de biomas no Brasil, não significa que não  
1054 faremos o mesmo para o cerrado, mata Atlântica e outros biomas, mas hoje não  
1055 temos o monitoramento apropriado como nós temos para a Amazônia. Então, ele  
1056 também está considerado na nossa INDC e para colocar isso em prática nós  
1057 vamos ter que trabalhar o monitoramento dos outros biomas nos próximo anos.  
1058 Com relação ao desmatamento, então, o importante é isso, nós estamos propondo  
1059 acabar com o desmatamento ilegal até 2030 e até 2030 não significa que nós

1060 devemos fazer somente até lá, nós estamos dizendo que é possível fazer antes,  
1061 mas preferimos ser conservadores e dizer que até 2030, comparando o fizemos  
1062 até hoje no período pré 2020, quando nós nos comprometemos a reduzir o  
1063 desmatamento na Amazônia em 80% em relação ao que era projetado para 2020,  
1064 e nós estamos nos comprometendo com a chegada em 2020 com pouco menos  
1065 de 4.000 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia que ainda é alto,  
1066 mas é a promessa que o Brasil fez no período pré 2020 e nós estamos chegando  
1067 perto disso, hoje nós temos pouco mais de 5000 km<sup>2</sup> em 2015 o que indica que  
1068 pode ser possível antecipar o que nos comprometemos para 2020 e o mesmo se  
1069 aplica para 2030, acho que dá para chegar também ao desmatamento ilegal zero  
1070 antes de 2030, mas sendo conservadores nós preferimos colocar até 2030. O  
1071 desmatamento ilegal até 2030, e essa foi uma crítica que também nós ouvimos de  
1072 algumas partes da sociedade, que nós estamos dizendo que vamos só cumprir a  
1073 lei, esse esforço é forte quando nos comprometemos a desmatamento ilegal zero  
1074 até 2030, porque a Lei de Crimes Ambientais, como a Ministra costuma dizer, é  
1075 uma lei estabelecida em 1998, isso não impediu que em 2004 nós tivéssemos o  
1076 pico de desmatamento na Amazônia. Então, implementar a lei é uma parte difícil  
1077 sim, estamos na casa do Ibama e os nossos fiscais, a Polícia Federal sabe bem  
1078 da dificuldade que nós temos para isso e nós não deixaremos de envidar esforços  
1079 para continuar esse combate ao desmatamento por meio do comando e controle e  
1080 também a promoção de uma economia florestal sustentável. Ao mesmo tempo nós  
1081 temos e discutimos isso aqui também no Conama, na elaboração da INDC, nós  
1082 temos um desmatamento que ainda é legal, que é o desmatamento autorizado  
1083 pelos Estados, a supressão legal de vegetação, então, o que o Brasil se propõe é  
1084 terminar com o desmatamento ilegal da Amazônia até 2030 e compensar as  
1085 emissões do desmatamento que é legal, da supressão legal de vegetação, e não  
1086 estamos falando de compensação de área, compensação de área se dá pelo  
1087 Código Florestal, mas a compensação das emissões que virão do desmatamento  
1088 autorizado, que virão da supressão legal da vegetação abarcam todo o território  
1089 nacional. Então, nós estamos falando de promover reflorestamento e restauração,  
1090 e aqui estamos falando de florestas comerciais, mas também de florestas nativas,  
1091 no território brasileiro como um todo promovendo reflorestamento e restauração  
1092 em todos os Biomas. Para a parte de energia a promessa é de alcançarmos 45%  
1093 de renováveis até 2030, lembrando que hoje estamos perto de 40%, a promessa é  
1094 chegar em 45 e para o Brasil é sempre um esforço maior que para Países que já  
1095 têm a matriz suja, nós temos a matriz limpa hoje, e estamos nos comprometendo  
1096 a mantê-la mais limpa no futuro e para isso o papel dos biocombustíveis será  
1097 muito importante dentro dessa matriz energética para 2030, o que nós estamos é  
1098 nos comprometendo a chegar a 18% de biosustentáveis até 2030 e na matriz  
1099 elétrica chegarmos de 23% da geração de energia por meio de solar, eólica e  
1100 biomassa, não considerando hidrelétrica e chegar a 23% de renováveis além de  
1101 hidrelétrica até 2030 na matriz elétrica significa mais que dobrar, nós estamos  
1102 falando de promover uma geração de energia renovável 2,5 vezes maior do que  
1103 temos hoje. Então, essas são as indicações que nós temos para chegar ao  
1104 caminho, as indicações de atividades para alcançar os objetivos da INDC nós  
1105 entendemos que não é um compromisso específico do Governo, a implementação

1106 do acordo de Paris, a implementação da nossa INDC conta obviamente com a  
1107 participação do setor privado, uma participação forte, uma participação da  
1108 academia e participação das organizações não governamentais para nós  
1109 conseguirmos alcançar o objetivo colocado para 2030. Eu acho que com isso,  
1110 Secretário, é a continuação diálogo que tivemos durante todo esse e de novo,  
1111 reforçando que agora para partimos para a implementação dessas atividades que  
1112 vai ser um desafio grande.

1113

1114

1115 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1116 Obrigado, Adriano, parabéns pelo trabalho. Perguntas? Tadeu, por favor.

1117

1118

1119 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza) –** Poderia falar sobre as  
1120 consultas regionais?

1121

1122

1123 **O SR. ADRIANO SANTHIAGO (SMCQ/MMA) –** Nós fizemos várias consultas ao  
1124 longo do ano, Tadeu, nós tivemos, primeiro, a consulta do Itamarati via eletrônica  
1125 e via participação, e tivemos consultas da Ministra em todos os Estados, em todos  
1126 os setores. Então, nós consideramos que as consultas foram amplas e  
1127 contemplou o aspecto regional. Nós nos circunscrevemos a regiões específicas,  
1128 nós conversamos com vários setores no Brasil inteiro. Então, nós consideramos  
1129 que essa consulta não só formal do Itamaraty, mas também a consulta da  
1130 Ministra, mas de todos os eventos que Secretário Klink participou, o Secretário  
1131 Gaetani, e eu e toda a equipe, foi uma consulta bastante ampla em relação à  
1132 elaboração da INDC.

1133

1134

1135 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza) –** Nós tínhamos entendido  
1136 que as consultas seriam para a Sociedade Civil e nós como representantes da  
1137 Sociedade Civil de Santa Catarina não tomamos conhecimento, não participamos.  
1138 Então, as decisões, Secretário, que eu quero registrar é que essa questão da  
1139 mudança climática no País está sendo levada, pesquisada, mas a Sociedade Civil  
1140 não está tendo a oportunidade de se manifestar. Eu sou de uma região onde  
1141 aconteceu o único furacão do Atlântico Sul, Furacão Catarina e até hoje nós não  
1142 fomos consultados sobre essa questão, isso tem muito... Na nossa região tem  
1143 uma usina termoelétrica que é a maior da América Latina e também nas suas  
1144 considerações pouco vocês falam sobre a questão de combustíveis fósseis. Só  
1145 isso.

1146

1147

1148 **O SR. ADRIANO SANTHIAGO (SMCQ/MMA) –** Só um comentário, não quero  
1149 monopolizar o debate, mas você como Conselheiro do Conama, nós entendemos  
1150 que só longo de todo ano quando nós tivemos essa conversa aqui você como  
1151 Conselheiro também tem o papel importante de disseminação no seu Estado. De

1152 qualquer maneira nós ficamos dispostos a colaborar, sempre abertos a dialogar,  
1153 nós conversamos bastante, mas acho que o que eu proponho é que o Conama  
1154 como Conselho, os Conselheiros que representam seus Estados e organizações  
1155 também levem a discussão adiante e contamos com isso também para a  
1156 implementação da INDC. Em relação a combustíveis fósseis eu lembro que na  
1157 declaração com a Chanceler Merkel o Brasil é o único País fora do G7 que fala em  
1158 descarbonização da economia até o final do século e nós colocamos isso na  
1159 informação adicional da nossa INDC também. Então, nós temos o compromisso  
1160 forte de descarbonização a longo prazo, dentro do contexto de erradicação da  
1161 pobreza, dentro do contexto de desenvolvimento sustentável, mas ela está  
1162 colocada lá de maneira forte sim.

1163  
1164

1165 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Gostaria só de um  
1166 esclarecimento. Esse desafio dos 12 milhões de restauração e de reflorestamento  
1167 é considerado ponto zero 2015 a 2030 ou considera-se o que já existe?

1168  
1169

1170 **O SR. ADRIANO SANTHIAGO (SMCQ/MMA)** – Hoje nós temos de floresta  
1171 plantada mais ou menos, se pegar o corte atual, são 600.000 hectares por ano.  
1172 Então, nós estamos considerando esses 20.000.000 como o *floor*, acho que é  
1173 importante destacar isso, nós podemos e conversamos bastante com o setor de  
1174 representativos de florestas plantadas, havia até a indicação de que seria possível  
1175 chegar a 20.000.000 de hectares, colocamos 12 de novo sendo conservadores e  
1176 pé no chão, mas a conta toda que nós fazemos é a partir de hoje até 2030. Então,  
1177 a implementação já começa, embora aí tenha uma interface com o pré 2020  
1178 também, mas a partir de hoje até 2030 estamos nos comprometendo a 12.000.000  
1179 e aí você colocou bem, de reflorestamento e restauração.

1180  
1181

1182 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1183 **Pessoal...**

1184  
1185

1186 **O SR. (NÃO IDENTIFICADO)** – só uma pergunta em relação àquela primeira  
1187 medida adicional que vocês colocaram sobre bioenergia sustentável, que é como  
1188 está o termo na versão em português, mas está biocombustível na versão inglês,  
1189 afinal de contas a biomassa está dentro daquilo, a biomassa não está, é só  
1190 biodiesel e etanol?

1191  
1192

1193 **O SR. ADRIANO SANTHIAGO (SMCQ/MMA)** – Na verdade consideramos OS  
1194 biocombustíveis, então seria a parte de etanol e biodiesel e etanol de segunda  
1195 geração.

1196  
1197

1198 **O SR. (NÃO IDENTIFICADO)** – Então, 18% é para isso, ano é?

1199

1200

1201 **O SR. ADRIANO SANTHIAGO (SMCQ/MMA)** – 18% é biocombustível.

1202

1203

1204 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy SOS Rio das**  
1205 **Velhas)** – Eu queria entender o seguinte, primeiro eu acho que a medida é  
1206 audaciosa, e até fazer um lógico em relação ao plano de metas, queria primeiro  
1207 entender se tem meta intermediárias, que é muito fácil empurrar para 2030 e  
1208 vamos ver o que deu em 2030, se nós temos um plano de metas intermediárias a  
1209 serem alcançados dentro desse planejamento. E a segunda questão é exatamente  
1210 quanto a questão do reflorestamento, se isso aí nós não estamos embutindo o  
1211 plantio de eucalipto, monocultura de eucalipto não é reflorestamento. Então, é  
1212 preciso nós considerarmos se vamos recuperar bioma. Então, é uma diferença  
1213 crucial, se este plano não é um plano de agronegócio voltado para monocultura de  
1214 eucalipto e outros similares.

1215

1216

1217 **O SR. ADRIANO SANTHIAGO (SMCQ/MMA)** – Obrigado pelas perguntas. Em  
1218 relação ao planejamento nós estamos falando de uma INDC e de um acordo que  
1219 vai ser finalizado agora em 2015, mas ele vai entrar em implementação, ou  
1220 melhor, sendo mais específico, depois de 2020. Então, é claro que nós fizemos  
1221 dentro de todas essas modelagens que eu mencionei, da EPE, do MME, do  
1222 MAPA, da Embrapa, do INPE, nós temos números intermediários sendo  
1223 considerados, mas o planejamento vai ser constituído a partir de agora. Nós temos  
1224 os caminhos, mas como o acordo é uma acordo de implementação depois de  
1225 2020 a construção entre 2015 e 2020 vai ser importante o diálogo com a  
1226 sociedade, o diálogo com o setor privado, com a Academia, é um caminho a ser  
1227 construído. Em relação a eucalipto nós não estamos discriminando nenhum tipo  
1228 de plantio, mas eu reforço mais uma vez que quando nós falamos em 12.000.000  
1229 de hectares, são 12.000.000 de hectares de restauração, onde entra a parte  
1230 importante inclusive do Planaveg, e nós promovermos plantio de floresta nativa,  
1231 mas também reflorestamento e dentro do reflorestamento nós não fazemos  
1232 nenhum aparte em relação a nenhum tipo de cultura. Então, eucalipto, pinos e  
1233 outros estão considerados, mas lembrando que nós estamos falando de  
1234 restauração e reflorestamento, não só reflorestamento.

1235

1236

1237 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**  
1238 **Velhas)** – Só queria reforçar que isso tem que ficar claro, porque senão vamos  
1239 desmatar cerrado para plantar eucalipto e não é por aí.

1240

1241

1242 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA)** – Só  
1243 dois esclarecimentos aqui em socorro ao Adriano, a questão das metas

1244 intermediárias, no acordo global está previsto nas discussões monitoramento  
1245 permanente com tomadas de ponto ao longo do processo. Então, o  
1246 monitoramento e a transparência fazem parte, são itens da negociação. Em  
1247 relação à questão do reflorestamento o que nós estamos trabalhando e isso foi  
1248 discutido com o próprio IBA algumas metas, nós estamos trabalhando a  
1249 perspectiva ampla, onde tem vários processos juntos, restauração, recuperação,  
1250 revegetação, simplesmente colocar a cerca e não acontecer nada, reflorestamento  
1251 também, claro que dependendo das áreas com áreas especificadas para isso,  
1252 mas essas definições nós estamos remetendo para um outro momento porque  
1253 isso está condicionado também a biomas, a segmentos, a disponibilidade de  
1254 mudas, enfim, faz parte do processo de construção da negociação com os nossos  
1255 interlocutores. Mais alguma pergunta? Bom Adriano, como é boa sorte em  
1256 francês? *Bonne chance. Bonne chance* em Paris, muito obrigado, vamos em  
1257 frente. Bom, pessoal vamos então, nós temos duas opções, ou nós começamos a  
1258 tribuna livre agora e vamos interromper e depois retomamos na parte da tarde, eu  
1259 acho que não vai se esgotar na antes do almoço, ou tentamos votar as nossas  
1260 duas Resoluções agora e depois vamos para as discussões dos informes da  
1261 tribuna livre na parte da tarde. Vocês preferem a primeira opção ou segunda  
1262 opção?

1263

1264

1265 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

1266

1267

1268 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –** A  
1269 posição do Polignano então é nós começarmos com a tribuna livre e depois  
1270 faríamos interrupção para o almoço. Alguém defende a posição de votar as  
1271 Resoluções agora? Não, não estou votando ainda não. Estou vendo que tem  
1272 gente interessado em privilegiar as Resoluções. Bom, nós vamos então colocar  
1273 em votação, de qualquer forma eu queria dizer o seguinte, nessa reunião do  
1274 Conama nós vamos dedicar um tempo maior nas discussões da tribuna livre para  
1275 tratar com mais amplitude alguns temas que queremos conversar com mais  
1276 profundidade. Bom, os que são a favor de mantermos a programação original e  
1277 darmos agora início à tribuna livre, por favor ergam seus crachás: 14. É isso. O  
1278 seu deu 14 também? 14. Então, são 16. Os que são a favor de votarmos as  
1279 Resoluções agora e depois retomarmos, na sequência, a tribuna livre, por favor,  
1280 ergam seus crachás. Vamos dar início então às votações das Resoluções agora e  
1281 depois na parte da tarde vamos às discussões mais amplas.

1282

1283

1284 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**  
1285 **Velhas) –** Se toda vez, então, se criarmos uma ordem do dia e essa ordem  
1286 definitivamente for sistematicamente derrubada, sinceramente, isso não é  
1287 democrático, isso não é de direito.

1288

1289

1290 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –** Isso  
1291 significa que temos que propor na programação a inversão.

1292

1293

1294 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**  
1295 **Velhas) –** Sim. Tudo bem, eu estou e protestando em nome, tivemos a maior  
1296 paciência, ouvimos a Ministra, em nenhum momento pudemos...

1297

1298

1299 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1300 Vocês preferiam não ter ouvido a Ministra? Isso é uma concessão?

1301

1302

1303 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**  
1304 **Velhas) –** Não disso.

1305

1306

1307 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1308 Você está insinuando isso.

1309

1310

1311 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy SOS Rio das**  
1312 **Velhas) –** Não, estou dizendo que tivemos e gostaríamos que ela tivesse nos  
1313 ouvido também. Eu acho que é um direito nosso também.

1314

1315

1316 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –** A  
1317 inversão de pauta está prevista no regimento e foi votada, está registrado o  
1318 protesto. Vamos início às Resoluções. Outra questão e ordem? Pois não.

1319

1320

1321 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa) –** Questão de ordem.  
1322 Sempre foi à tribuna livre exercida antes de se discutir a matéria, nós estamos  
1323 mudando, por isso está esvaziando o Conama. Outra, gostamos que a Ministra  
1324 falou, mas também está esvaziando, a Ministra nunca tem tempo para ouvir esse  
1325 plenário, a Ministra tem que colocar, são de 3 em 3 meses que nós nos  
1326 encontramos, ela tem que prestigiar esse Colegiado, senão ele está esvaziando.  
1327 Diga à Ministra que os Conselheiros pedem que depois que ela fale, ela falou mas  
1328 ela não ouviu, no momento que o Brasil, Minas Gerais teve o maior acidente,  
1329 catástrofe ambiental do País, a Ministra não ficou nem para ouvir os  
1330 ambientalistas e nem a carta dos ambientalistas.

1331

1332

1333 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1334 Será transmitido a ela o recado. Vamos proposta de Resolução Conama, a  
1335 primeira que nós temos é a inspeção de indústrias madeiras, de madeira nativa.

1336 Os proponentes são Ibama e Serviço Florestal. Marcílio vai fazer a exposição da  
1337 proposta.

1338  
1339

1340 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – A proposta de Resolução do  
1341 Conama que altera a Resolução 411/2009, que trata sobre a inspeção de  
1342 indústrias madeireiras ela foi tratada no Cipam, sua admissibilidade, no dia  
1343 01/10/2015, foi discutida e votada na Câmara Técnica de Florestas e demais  
1344 formações vegetais no dia 08/10 e analisada e votada na Comissão Técnica de  
1345 Assuntos Jurídicos no dia 19/10/2015, e hoje está para ser discutida em Plenário.  
1346 Vou solicitar ao Ibama que faça a apresentação técnica da alteração, para que daí  
1347 possamos prosseguir na discussão. Obrigado.

1348  
1349

1350 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1351 Quem vai falar pelo Ibama?

1352  
1353

1354 **O SR. PAULO FONTES (Ibama)** – Secretário, o Ibama vai fazer a apresentação,  
1355 nosso técnico, Sandro, em nome do Ibama e do Serviço Florestal Brasileiro, que é  
1356 a apresentação da proposta.

1357  
1358

1359 **O SR. SANDRO FREIRE (Ibama)** – Perdão, Presidente, tivemos uma alteração de  
1360 última hora para condensar e ficar mais ágil a apresentação. Bom dia senhoras e  
1361 senhores. Eu sou Sandro Freire, represento a Diretoria de Biodiversidade e  
1362 Florestas do Ibama, apresentamos essa proposta em conjunto com o Serviço  
1363 Florestal Brasileiro. É importante aqui brevemente só dar uma noção... Não, esse  
1364 slide pode passar, que isso era outra uma apresentação. Sim. Para a aí. A  
1365 Resolução 411 está calcada no contexto da descentralização da gestão florestal  
1366 ocorrida em 2006, com a alteração do então vigente Código Florestal da Lei 4771,  
1367 que concedeu aos Estados a autonomia do exercício da gestão florestal  
1368 governamental dentro de suas jurisdições territoriais. E na esteira disso o Conama  
1369 fez publicar a Resolução 379 que estabelecia parâmetros de padronização das  
1370 informações da gestão florestal e alguns ditames importantes, dentre eles o uso  
1371 Internet, quer dizer, a instrumentalização do controle florestal por meio de sistema  
1372 eletrônico acessível via internet, isso ficou uma determinação a partir daquele ano.  
1373 A incumbência ao Ibama de disponibilizar um sistema de abrangência nacional e a  
1374 prerrogativa aos Estados para que eles desenvolvessem soluções tecnológicas  
1375 próprias para operacionalizar esse controle. Então, temos dois pontos aí, o Ibama  
1376 com o Sistema Nacional que pode ou não ser adotado pelos Estados, mas que  
1377 promove a integração entre os sistemas por ventura desenvolvidos no âmbito de  
1378 cada Estado da Federação. Sistemas esses que deverão obedecer esses  
1379 parâmetros mínimos de organização de informações e coleta de dados. Então, já  
1380 naquele ano tivemos aí alguns Estados na dianteira lançando sistemas próprios,  
1381 hoje subsistem existem só 3 Estados nessa situação, Pará, Mato Grosso e Minas

1382 Gerais. Em 2012 veio a atualização do Código Florestal, pela Lei 12651 que  
1383 sedimentou esse conceito do controle da origem dos produtos florestais, mediante  
1384 um sistema eletrônico e também calcado na LC 140, reafirmando a autonomia dos  
1385 Estados nisso. Então, daí decorre a importância da Resolução 411. Isso aqui é  
1386 importante só dar uma breve explicação, como estamos falando de sistema  
1387 eletrônico nós estamos falando de um sistema que acompanha o produto florestal  
1388 da sua origem ao destino final na cadeia produtiva, então, nós trouxemos esse  
1389 quadrinho só para fazer esse pareamento, para ficar bem ilustrado para todos que  
1390 a cada etapa do fluxo físico do produto florestal na cadeia produtiva corresponde o  
1391 equivalente das informações e do registro dessas operações no sistema eletrônico  
1392 de controle. E no âmbito federal, eu acho que falou mencionar aqui, talvez a  
1393 maioria já saiba, é o DOF, o Documentos de Origem Florestal. Em Mato Grosso e  
1394 Pará temos o Sisflora, em Minas Gerais temos o SIAM, que nesses três Estados,  
1395 é bom que se frise, para todos os efeitos os documentos emitidos no âmbito  
1396 desses Estados têm validade em todo o território nacional, e quem os empodera  
1397 nesse sentido é justamente a Resolução Conama 379 que reconhece essa  
1398 validade. E agora muito mais sedimentado esse conceito pela Lei Federal do  
1399 Código Florestal. Então, chegando ao ponto da discussão, a Resolução 411,  
1400 passados 3 anos de toda essa, digamos, essa divisão de águas aí na gestão  
1401 florestal, a descentralização, a maior autonomia dos Estados, a informatização do  
1402 controle florestal detectou-se a necessidade de trabalhar outros quesitos de  
1403 integração que haviam ainda ficado em aberto, por isso essa Resolução 411 teve  
1404 e permanece tendo uma importância central no contexto da gestão governamental  
1405 e na relação do Governo com os administrados. Então, ela veio estabelecer  
1406 procedimento para inspeção de indústrias. Agora, esse ponto não foi objeto da  
1407 análise, já deixo aqui de princípio, não avaliamos o mérito ainda disso, é o início  
1408 da norma, os três pontos subsequentes que estão aí exibidos sim, que eu passo a  
1409 abordar agora. Então, em cima daqueles três pontos a importância principal é  
1410 primeiro harmonizar o atual regramento infralegal, as Instruções Normativas e  
1411 Portaria do Ibama e Estados. Por que? Porque estamos tratando de mercado e  
1412 sistemas correspondentes que possuem um dinamismo inerente, eles evoluem  
1413 com o tempo e estão sempre sujeitos a críticas e revisões dos mecanismos  
1414 implementados. Então, é natural que de tempos em tempos se faça a revisão da  
1415 norma no sentido de aprimorá-la de atualizá-la aos atuais mecanismos de  
1416 controle. Houve um pequeno lapso também no que tange ao glossário de produtos  
1417 florestais onde se dispõe nessa norma, no anexo II, se não me engano, a tipologia  
1418 de produtos de madeira serrada em razão das dimensões de largura e espessura.  
1419 É isso que caracteriza as diversas denominações que temos aí, a nomenclatura  
1420 prancha, tábuas, viga e etc. Só que essa tabela que está lá, que o eu exibir aí aqui  
1421 há pouco, possui algumas lacunas de classificação e algumas sobreposições  
1422 também. Então, dependendo das dimensões do produto ele admite ser  
1423 classificado como 2 ou 3 nomes diferentes, simultâneos, ou pior, ele não se insere  
1424 em nenhuma das classificações hoje disponíveis. Então, nesses dois quesitos que  
1425 eu acabei de falar, na verdade, a legislação tanto INs do Ibama quanto Portarias  
1426 dos Estados já se conformaram, já fizeram os devidos ajustes, então, é tempo de  
1427 promovermos essa harmonização das normas no sentido de melhorar mesmo a

1428 nossa Resolução que está em tema hoje. E, por fim, temos ali no caput do art. 35  
1429 da Lei 12.651 a menção ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos  
1430 Florestais, é um sistema de escopo bem maior, que abrange desde o processo  
1431 autorizativo, passando pelo controle de responsáveis técnicos, emissão de licença  
1432 de operação e tudo mais, culminando no último módulo dele que é de transporte e  
1433 armazenamento, que se refere ao DOF. Então, o Novo Código Florestal trouxe à  
1434 baila esse conceito e a oportunidade também de nós nos sedimentarmos na nossa  
1435 Resolução, porque agora o Sistema de Controle de Transporte e Armazenamento,  
1436 que no caso Federal é o DOF passa a ser parte integrante desse sistema maior  
1437 que o Sinaflor que está aí disposto. Entrando nos itens e com isso já passamos da  
1438 metade da minha apresentação, em primeiro lugar, pleiteia-se que a inclusão da  
1439 nomenclatura desses produtos, não todos eles acabados, alguns não madeireiros,  
1440 nós distinguimos, até palmito são produtos que classicamente já vêm sendo  
1441 controlados desde a Aurora dos sistemas eletrônicos lá em 2006, mas por alguma  
1442 razão eles não tinham a previsão de controle na norma supralegal que é a  
1443 Resolução Conama. Então, o que não causa estranheza, isso já está muito bem  
1444 sedimentado no controle aí tanto dos óleos essenciais, palmitos, etc., entra xaxim  
1445 também. Produtos não madeireiros é bom que esclareça, eles estão sujeitos ao  
1446 controle quando pertencentes à Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção, hoje  
1447 atualizada via Portaria 443, publicada em dezembro do ano passado pelo MMA,  
1448 ou quando pertencentes aos anexos da CITES, Convenção Internacional Sobre o  
1449 Controle do Comércio Exterior de Espécie Ameaçadas de Extinção. Já outros  
1450 produtos e cito eles, o Decking, o forro lambril, a porta lisa maciça, portal, tabua  
1451 plainada, etc., são aqueles produtos que por suas características já são  
1452 destinados ao uso final e também classicamente no âmbito federal não se exerce  
1453 o controle sobre os produtos ditos acabados, justamente porque eles já estão na  
1454 etapa do varejo, já estão direcionados ao uso final, mas no caso desses a questão  
1455 é um pouco mais crítica, porque por sua própria apresentação visual eles se  
1456 confundem muito com peça de madeira serrada que essas sim são submetidas ao  
1457 controle. No intuito de promover a redução desses conflitos, principalmente entre  
1458 empresariado e a fiscalização, sendo que o empresariado entendo que ele tem um  
1459 produto acabado e está isento de controle e a fiscalização enxerga aquele produto  
1460 como uma madeira serrada sujeita ao controle é que optou por incluir essas  
1461 designações ao controle dos sistemas eletrônicos de transporte. O outro ponto  
1462 também que foi pleiteado 2009, desde a publicação da própria Resolução 411, foi  
1463 a diferenciação dos resíduos gerados na indústria porque até então na operação  
1464 da serraria obviamente se geram as peças de madeira ali que não entram na  
1465 cadeia produtiva como produto principal. Só que tanto os sistemas quanto  
1466 legislações disponíveis não permitiam o aproveitamento desse resíduo, que em  
1467 muitos casos geram boas peças de madeira e têm aplicações muito nobres.  
1468 Então, a ideia foi separar o resíduo em duas categorias, mas é bom que se  
1469 esclareça aqui, o resíduo que dá entrada de princípio no sistema, para todos os  
1470 efeitos é o resíduo como fonte de energia, porque é o uso majoritário desse4s  
1471 resíduos mesmo. Na maior parte das vezes é um resíduo que vai ser carvoejado,  
1472 que vai ser cavaqueado, que vai ser ele mesmo colocado numa caldeira como  
1473 lenha, mas abre-se a possibilidade de reclassificar esse resíduo com aquela

1474 nomenclatura de resíduo da indústria madeireira, que permite ao usuário do  
1475 sistema, ao empresário fazer uso dele e registrar essa operação de modo  
1476 fidedigno no sistema. Então, se por um lado ele obtém o resíduo para fins  
1477 energéticos, e dele o sistema está pré configurado para disponibilizar como  
1478 produtos de conversão carvão e cavaco, por outro lado o empresário hoje tem a  
1479 prerrogativa de solicitar ao órgão ambiental que disponibilize para ele essa  
1480 possibilidade de conversão do resíduo em peças de madeira serrada, reinserindo  
1481 esse produto na cadeia produtiva e doravante ajudando a reduzir os desperdício  
1482 nas indústrias. Outro ponto nevrálgico dessa norma também é que ela estabelece  
1483 coeficientes de rendimento volumétricos para transformações de madeira. Então,  
1484 de lenha para carvão você tem o percentual de rendimento, de tora para madeira  
1485 serrada, de tora para madeira laminada e por aí vai. Agora, esses índices foram  
1486 estabelecidos como patamares fixos e o caso talvez mais gritante da coisa é o da  
1487 transformação da tora para madeira serrada, mas é crítico, na verdade de fraudes,  
1488 esquentamento de madeira, de utilização de crédito do sistema para  
1489 acobertamento de madeira de origem ilegal e por aí vai. Então, e esse índice fixo  
1490 ele acabava por promover, por facilitar esse excedente de créditos que em última  
1491 instância ia ser utilizado para acobertar madeira ilegal. Então, a proposta aqui é  
1492 tornar esses índices não como fixos, mas como patamares máximos a serem  
1493 atingidos, e isso, repetindo, é algo que já está incorporado nas outras normativas  
1494 do próprio sistema do Ibama, já trabalha assim, então, nós precisamos atualizar e  
1495 aperfeiçoar essa norma nesse sentido. E um outro ponto é implicar também 10%  
1496 de perda nas conversões de matéria-prima, porque não faz sentido um  
1497 aproveitamento de 100%, concordam? Você sempre tem uma perda na forma de  
1498 serragem, pela espessura da serra, costaneira, casca e etc. E aqui para finalizar a  
1499 apresentação o gancho que eu deixei anteriormente, que é o ajuste de limites de  
1500 dimensão de peças de madeira serrada, que geravam sobreposições e lacunas. A  
1501 tabela que nós temos hoje é essa, então, vocês veem que elas estabelecem  
1502 parâmetros de espessura e largura pelos quais se classifica a madeira nesse ou  
1503 aquele nome de peça de serrada. E a proposta é fazer algumas alterações muito  
1504 sutis em sinais gráficos, em alguns limites e dessa maneira, como já  
1505 comprovamos na prática inclusive, já implementado no sistema desde o início de  
1506 2014, nós reduzimos a zero todas as sobreposições e lacunas de classificação.  
1507 Então, e um ponto importante também que veio posteriormente na discussão, isso  
1508 entrou na Câmara Técnica Florestal, foi a permissão e uma margem de tolerância  
1509 de 10% sobre essas medidas. Por que? Porque o setor se viu muito penalizado ao  
1510 longo do tempo com as diferença às vezes milimétricas que a madeira apresenta  
1511 entre a origem e o destino, porque a madeira adquire ou perde umidade com isso,  
1512 ela se expande ou se contrai. Então, a dimensão dela varia no espaço de tempo, e  
1513 uma variação tal que às vezes era suficiente para motivar uma re categorização  
1514 dessa madeira, só que saiu um designação, quando chegou na barreira de  
1515 fiscalização o fiscal constata que ela teria uma outra classificação, isso gerou  
1516 muitos imbróglios e nós chegamos à conclusão que 10% de tolerância seria uma  
1517 margem bastante razoável. Nós temos ainda uma outra proposta, da minha parte  
1518 era o que eu tinha a apresentar, e queria abrir a palavra. Deixo os contatos  
1519 também.

1520

1521

1522 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –** Isso  
1523 é uma proposta de Resolução.

1524

1525

1526 **O SR. SANDRO FREIRE (Ibama) –** Sim, mas faz alterações pontuais na  
1527 Resolução 411.

1528

1529

1530 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –** Eu  
1531 sei, mas você diz que tem uma outra proposta? Não. Está bom. Em relação à  
1532 Resolução, algum pedido de esclarecimento ou questão que queiram colocar?

1533

1534

1535 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI) –** Só gostaria de saber  
1536 se aquela proposta de emenda vai ser colocada agora. Como vai ser tratado isso?  
1537 Porque é com base nela que vamos solicitar pedido de vistas ou não.

1538

1539

1540 **O SR. PAULO FONTES (Ibama) –** Sim, Presidente, nós temos uma proposta de  
1541 uma emenda num ponto específico desta normativa, dessa Resolução referente  
1542 ao anexo II, o quadro do anexo II, um índice de conversão específico, nós  
1543 estamos propondo a redução desse índice. Ser quiser posso fazer uma breve  
1544 apresentação agora. Estávamos aguardando o momento das emendas.

1545

1546

1547 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1548 Espera lá. Nós juntamos uma proposta de emenda à nossa proposta.

1549

1550

1551 **O SR. PAULO FONTES (Ibama) –** É.

1552

1553

1554 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1555 Vocês vão pedir vistas? Então, é o seguinte, você encaminha a proposta a todos  
1556 os Conselheiros, a CNI está fazendo pedido de vista e o assunto fica para ser  
1557 apreciado posteriormente e você anexa já para todos os Conselheiros fazerem,  
1558 incorporarem essa discussão. Pois não Zilda. O Ministério pede vistas também.  
1559 Entendo. Muito bem. O Ibama também pede, todo mundo pede vista na proposta.  
1560 Gente, nós precisamos coordenar melhor, para o futuro fica o registro. Sim. Setor  
1561 Florestal pede vista. Todo mundo quer ver, eu entendo, eu sei que cada um  
1562 precisa pedir vistas por razões particulares, vocês não querem ver ou não? Muito  
1563 bem, então, a proposta foi retirada para pedido de vistas. Não. Eu acho o  
1564 seguinte, veja bem, esse assunto do jeito que está sendo conduzido, assim, vocês  
1565 tinham que ter feito essa apresentação antes, aberto à discussão. Até agora nós

1566 estamos com a proposta com o pedido de vistas e com emendas, mas para o  
1567 futuro vamos fazer a coisa de um jeito mais arrumado até porque o tempo dos  
1568 Conselheiros também é precioso. Ok? Obrigado, Paulo. Então, a proposta está  
1569 retirada a pedido de vista às instituições que se pronunciaram aqui. Vamos para  
1570 os dispersantes. Vamos lá.

1571

1572

1573 **O SR MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Bom dia a todos.  
1574 Márcio Freitas, membro da Câmara Técnica de Qualidade e Resíduos e  
1575 representante do Ibama na Câmara. Eu só queria rapidamente apresentar. Essa  
1576 Resolução visa então rever a Resolução 269/2000, que é uma Resolução que  
1577 trata do uso de dispersantes em incidentes de derramamento de óleo no mar. Eu  
1578 vou solicitar a apresentação de proposta técnica pelo senhor Robson Calixto, do  
1579 Ministério do Meio Ambiente, que é o proponente da proposta, só lembrando que  
1580 essa Resolução teve um trabalho, ela chegou bastante madura na Câmara  
1581 técnica, ela teve um bom trabalho anterior de confecção dessa proposta de  
1582 revisão e, portanto, a tramitação de Cipam, na Câmara Técnica de Qualidade e na  
1583 Câmara Jurídica foi bastante célere e acredito que nós não teremos dificuldades  
1584 em aprová-la aqui porque ela está bastante, traz uma melhoria significativa na  
1585 norma de 2000, 15 anos após a sua vigência e já veio com bastante consolidação  
1586 das dúvida técnicas sobre ela. Doutor Robson, por favor.

1587

1588

1589 **O SR. ROBSON CALIXTO (MMA)** – Bom dia a todos. Prazer rever muitas  
1590 pessoas aqui que compartilhei um período muito interessante na minha vida  
1591 profissional.

1592

1593

1594 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA)** –  
1595 Campanha aqui não, Robson. Amaciar o pessoal para votação também não.

1596

1597

1598 *(Risos!)*

1599

1600

1601 **O SR. ROBSON CALIXTO (MMA)** – Vou fazer uma apresentação breve. Bem,  
1602 quando você tem um acidente com derramamento de óleo, entre as opções que  
1603 existem é a aplicação de dispersante químico para quebrar a mancha de óleo e  
1604 facilitar com essa mancha, essa cadeia de óleo seja biodegradada pelo próprio  
1605 meio ambiente. O Secretário quase que acertou no nome, o dispersante não é  
1606 próximo ao amaciante, mas é muito próximo ao detergente, é muito próximo do  
1607 detergente que usamos em casa, ele quebra, é um produto tensoativo que  
1608 trabalha, quebra, digamos assim, a gota do óleo, uma parte que gosta de óleo, a  
1609 outra parte gosta mais de água, então, ele quebra, o dispersante funciona assim,  
1610 para facilitar a biodegradação. Já existem alguns dispersantes registrados pelo  
1611 Ibama, pelo menos três. E vocês também devem lembrar de um acidente muito

1612 grave que aconteceu no mundo que foi em 2010 no Golfo do México com a  
1613 plataforma semi-submersível de *Deepwater Horizon*, que ficou, o posto ficou  
1614 vazando por alguns meses até se conseguir fechar a boca do poço em  
1615 profundidade, de forma subaquática. E pela primeira vez no mundo foi utilizado  
1616 dispersante químico para facilitar esse fechamento do poço. Essa aí são as cenas,  
1617 foi um acidente muito grave, ali embaixo mostra a aplicação do dispersante em  
1618 profundidade para colocar o catén na boca do poço, para fechar esse poço. E o  
1619 que nós tivemos nesse acidente de Golfo do México? Pela primeira vez nós  
1620 tivemos então uma grande mancha de óleo superficial e um grande mancha de  
1621 óleo em profundidade, então, foi a primeira vez que utilizou-se de forma  
1622 subaquática esse, digamos assim, esse tipo de resposta, aplicação de dispersante  
1623 numa quantidade para facilitar a vedação do poço. Então, a figura mostra que a  
1624 aplicação de dispersante, então, nós temos agora uma cadeia de óleo em  
1625 superfície sendo quebrada, mas também em profundidade uma outra cadeia de  
1626 óleo também sendo dispersada. Posteriormente em 2011 nós tivemos um acidente  
1627 também muito significativo no Brasil com o Campo de Frade, onde também houve  
1628 um vazamento, não foi aplicado dispersante químico nessa ocasião, mas esses  
1629 acidentes guardam similaridades com o de Macondo. E um cenário bem próximo.  
1630 E no pré-sal, o Campo de Frade está no pré-sal. Bem, essas preocupações com o  
1631 dispersantes químico, a aplicação de forma subaquática ela foi trazida então para  
1632 discussão no momento que foi feito, foi definido o Decreto 8.127 que em seu art.  
1633 29 pedia que as principais figuras no Plano Nacional de Contingência, que sempre  
1634 está atenta a um acidente, que a Marinha do Brasil, Ibama e ANP apresentassem  
1635 ao Conama uma nova proposta, digamos assim, uma nova proposta de resolução  
1636 sobre dispersante químico atualizando a anterior. E exatamente foi feito isso, o  
1637 Ministério do Meio Ambiente coordenou um grupo de trabalho para com essas  
1638 principais figuras, vou detalhar um pouco mais rápido, de forma rápida quem  
1639 trabalhou para apresentar ao Conama essa nova Resolução que é praticamente  
1640 substitutiva. Esse grupo de trabalho foi coordenado pelo Ministério do Meio  
1641 Ambiente, participou Ibama tanto aqui a Coordenação Geral de Emergências  
1642 Ambientais, o próprio CGPEG, no Rio de Janeiro, a Marinha do Brasil, tanto a  
1643 DPC quanto o estado maior da Armada, a Agência Nacional de Petróleo, o  
1644 Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Águas, o IBP, Petrobrás,  
1645 também a Cetesb fez uma contribuição junto ao Ibama, e também uma consultoria  
1646 facilitada pela UERJ. E esse grupo também guardou, digamos assim, relações  
1647 com a iniciativa do Prominp, Programa da Mobilização da Indústria do Petróleo.  
1648 Então, foram atividades coordenadas e em sintonia. Ademais já existe uma  
1649 Resolução sobre dispersante que é a 269/2000, só que passados 14 anos, 15  
1650 anos verificou-se, fez-se uma avaliação do que funcionou, o que deu certo, o que  
1651 não deu certo, o que poderia melhorar, o que estava em anexo se poderia se  
1652 tornar compulsório. Então, essa história da aplicação depois de 14, 15 anos foi  
1653 trazida também à discussão. E também dentro dessa Resolução, além desse  
1654 histórico que foi dado sucesso, o que não funcionou, o que poderia ser melhorado,  
1655 também foi atendido um pleito da própria área de emergência tanto das empresa,  
1656 que fosse especializados com alguma clareza onde era proibida a aplicação de  
1657 petróleo, onde seria necessário um pedido excepcional para a utilização de

1658 dispersantes químicos. E aí no caso foi designado bastante claro com as  
1659 coordenadas geográficas, abrolhos e também o Parque Estadual de Manoel Luiz  
1660 que fica muito mais há 6070 quilômetros de distância da Costa, que ali não  
1661 poderia ser aplicado. E também foi resultado o papel do Ibama para, digamos  
1662 assim, elaborar Instruções Normativas em relação a principalmente a questão do  
1663 monitoramento ambiental, o monitoramento bienal não estava muito claro, ou não  
1664 estava sendo dado a ênfase na primeira Resolução. E também, como já falei, não  
1665 existia a previsão de aplicação subaquática de dispersante químico na Resolução  
1666 2000. Eu acho que pode passar. Então, basicamente é isso. Então, o que essa  
1667 Resolução nova tem? Ela utiliza o histórico de 14, 15 anos da aplicação da sua  
1668 aplicação, da 269, o que funcionou, o que não funcionou, o que poderia ser  
1669 melhorado, o que poderia ser incorporado como compulsório. Nós fizemos uma  
1670 revisão bibliográfica muito profunda do que era mais atual em termos de respostas  
1671 e aplicação e dispersantes, as abordagens, as informações que têm que ser  
1672 pedidas para monitoramento para se dar uma autorização pelo órgão ambiental, e  
1673 também a previsão de que a aplicação subaquática que não existia anteriormente.  
1674 Basicamente é isso. Obrigado.

1675

1676

1677 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1678 Alguma solicitação de esclarecimento? Bom, então vamos colocar em votação a  
1679 Resolução apresentada.

1680

1681

1682 **O SR. ROBSON CALIXTO (MMA) – Secretaria, só um pontinho.** No dia de hoje  
1683 nós verificamos a necessidade de no fluxograma para fazer apenas um ajuste de  
1684 texto assim, onde está com, para ou. Só isso. Ou volume relevante. É só isso.

1685

1686

1687 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1688 Vamos colocar em votação com essa observação apresentada pelo Robson,  
1689 gostaria de saber se alguém tem alguma questão a ser colocada antes da  
1690 votação? Bom, os que estiveram em acordo com a proposta de Resolução  
1691 apresentada pelo Ministério, por favor, ergam seus crachás. Os que forem contra,  
1692 por favor, ergam seus crachás. Abstenções. Está aprovada a Resolução. Temos  
1693 mais um tempo, eu queria então... Vamos dar início então à tribuna livre, nós  
1694 temos 40 minutos antes no almoço. Vamos começar então, Polignano, você. Cadê  
1695 ele?

1696

1697

1698 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**  
1699 **Velhas) –** Bom, nós queríamos em nome do Movimento Ambientalista que aqui se  
1700 assenta no Conama e demais 100 entidades ambientalistas do Estado de Minas  
1701 Gerais, colocar a questão da gravidade do que aconteceu e fazer aqui  
1702 publicamente uma manifestação. As entidades ambientalistas aqui do Conama e,  
1703 como eu falei, as mais 100 entidades de Minas vêm a público primeiro manifestar

1704 primeiro a solidariedade com as vítimas do grave acidente envolvendo rompimento  
1705 das barreiras interligadas de Fundão e Santarém, da Empresa Samarco  
1706 Mineração, que, na verdade, é controlada pela Vale IBHP, no Município de  
1707 Mariana, ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, como já mencionado aqui,  
1708 sendo considerado o pior acidente da história ambiental do Estado de Minas  
1709 Gerais e quiçá do Brasil. Eu estive em Mariana no sábado, as imagens que temos  
1710 da televisão não dizem nada do que foi esse processo de devastação, porque foi  
1711 uma devastação, o rompimento ele provocou a liberação de 62 milhões de metros  
1712 cúbicos de rejeito, que formaram tipo uma onda que até hoje está circulando, em  
1713 alguns lugares atingiu uma altura de quase 10 a 15 metros de altura e por onde  
1714 passou ela foi provocando uma... Porque ela funciona quase como um larva  
1715 vulcânica, é lenta, é densa e ela vai ocupando, na verdade, todos os espaços ali  
1716 provocando destruição e morte. Nós temos pelo menos duas dezenas de  
1717 desaparecidos, alguns que com certeza nunca vão ser achados porque  
1718 literalmente estão soterrados, e é bom que se diga que esse não foi só um  
1719 acidente ambiental, foi também um acidente de trabalho, 13 treze trabalhadores  
1720 pelo menos estavam na base da barragem quando ela se rompeu, nós tivemos  
1721 destruição de comunidades rurais, invasão e destruição de terras que eram férteis  
1722 com vários agricultores familiares sendo atingidos e a contaminação do curso  
1723 d'água que agora já chega há uma extensão de quase 500 quilômetros ao longo  
1724 da Bacia do Rio Doze. Quer dizer, uma extensão para além daquele ponto  
1725 específico, o que caracteriza esse dano como um dano sistêmico, um dano que  
1726 vai para além do ponto onde houve esse rompimento. Pode-se afirmar que grande  
1727 parte desses danos são irreparáveis e permanentes, existe sempre a ideia de que  
1728 podemos amenizar, que podemos diminuir. Não. Existem danos ali, por exemplo,  
1729 das perdas de vidas que são irreparáveis, a perda do ecossistema é irreparável.  
1730 Então, nós estamos dizendo não é de coisas que podem ser mitigadas, mas de  
1731 coisas que já foram consolidadas e que nós vamos ter que conviver com as  
1732 perdas. Não é uma situação isolada, isso que é o mais grave, esse é mais um  
1733 capítulo da história, infelizmente, dos últimos pelo menos 14 anos, foi assim com a  
1734 Mineração Rio Verde em Nova Lima, em 2001, com a Mineração Rio Pomba em  
1735 Cataguases, em 2007, a Herculano em 2014 e agora nós tivemos mais esse fato.  
1736 Portanto, nós não podemos considerar e aqui quero chamar a atenção de todos  
1737 porque a minha indignação é no sentido de que isso poderia ser evitado, não foi  
1738 uma fatalidade, até porque se considerarmos que rompimento de barragem é  
1739 fatalidade, há que não se fazer, porque se fatalidade for consequência não tem  
1740 sentido. As empresa ao construírem grandes barragens, altamentos sucessivos  
1741 dentro dos limites máximos que são permitidos, ela assume o grau de risco e todo  
1742 mundo sabe que é um empreendimento de alto risco do ponto de vista ambiental.  
1743 E o que é mais grave, na hora do desastre não havia nenhum plano de  
1744 contingência, nenhum, nem sirene havia nesse território e aí o resultado foi que as  
1745 perdas de vida só não foram maiores por heróis absolutamente anônimos da  
1746 sociedade que lá se manifestaram saíram correndo de moto, de telefone, para  
1747 tentar fazer a evacuação do local. Então, para que se estabeleça a verdade  
1748 histórica e é preciso que se registre aqui, fique registrado no Conama, reafirmar  
1749 que vítimas foram todos os que morreram, os que perderam seus patrimônios,

1750 sofreram as consequências dos danos, porque infelizmente tivemos até uma  
1751 declaração que eu reputo infeliz de um Secretário afirmando que a empresa era  
1752 vítima, nunca foi nunca e nunca será, é até um desrespeito para com aqueles que  
1753 perderam a vida. Esse desastre demonstra a insustentabilidade da nossa gestão  
1754 ambiental, o resultado o resultado diz da nossa ineficiência, falhas no processo de  
1755 gestão, licenciamento, fiscalização, monitoramento e sistemas de contingência ou  
1756 de emergência. Todos esses processos foram absolutamente incapazes para  
1757 garantir a segurança do empreendimento e, portanto, prevenir evitar que não  
1758 houvesse um evento dessa magnitude. E outra coisa que é importante esclarecer,  
1759 nós não temos que buscar uma causa porque nós ficamos tentando achar uma  
1760 falha geológica, um tremor, alguma coisa que justifique, um desastre dessa  
1761 magnitude não tem uma causa específica, é uma cadeia de eventos, e aqui eu  
1762 quero chamar a responsabilidades de todos, sociedade e empresa que nós temos  
1763 que encarar, na verdade, entender toda a cadeia de eventos que levaram a  
1764 catástrofe dessa dimensão para aprendermos e construirmos um novo horizonte.  
1765 Eu fico pensando, é igual acidente aéreo, tive curiosidade de ver alguns acidentes  
1766 aéreos, os peritos investe até 60 milhões de dólares para reconstruir todo aquele  
1767 cenário para descobrir o que levou aquele avião a cair e aquilo não é tido como  
1768 uma fatalidade, aquilo é tido como acidente e mais do que dar justificativa para as  
1769 pessoas do porquê o avião caiu, o mais importante é que ele gera diretrizes para  
1770 um avião não cair nunca mais, e nós estamos rompendo barragens e barragens  
1771 sem criar novas diretrizes que nos tire desse impasse absoluto. Então, além de  
1772 respostas, como falei, a todos que perdas de vidas humanas e ambientais é  
1773 fundamental que as investigações produzam como um dos resultados e aqui  
1774 quero respaldar a Ministra, que haja essa Comissão, novas diretrizes em relação  
1775 aos barramentos, porque as que temos com certeza não estão dando conta de  
1776 resolver os nossos impasses, os nossos problemas ou evitar catástrofe como aqui  
1777 nós estamos vivendo. E outra coisa que sinalizar, no momento em que assistimos  
1778 para todos os lados movimento de entidades empresariais visando a flexibilização  
1779 dos licenciamentos ambientais é importante alertar que isso não pode ser motivo  
1780 para atropelar as avaliações adequadas do processo e que isso o licenciamento  
1781 não é um mero instrumento cartorial. Em Minas mesmo nós estamos com um PL  
1782 2946 em que se faz, na verdade, profundas alterações tentando restringir a  
1783 participação da Sociedade Civil e na discussão do processo de licenciamento, e  
1784 isso é importante que se diga que além de nos levar cada vez mais para os  
1785 conflitos e impasses, isso não vai resolver as nossas questões fundamentais. Ou  
1786 nós sentamos para tentarmos estabelecer um diálogo em que possamos construir  
1787 verdadeiramente uma gestão ambiental comprometida com a vida e com o  
1788 ambiente, ou nós vamos estar patinando ao longo desse processo. Então, já  
1789 concluindo aqui, um evento que ocorreu em Mariana alerta para as consequências  
1790 ambientais e humanas que podem ser geradas por uma gestão ambiental  
1791 inadequada de todos os pontos de vista. Portanto, as entidades ambientalistas se  
1792 solidarizam primeiro com todos aqueles que sofreram as consequências dessa  
1793 tragédia, assim como cobram a completa investigação e punição dos responsáveis  
1794 na esfera cível, penal, administrativa e solicitam que o Ministério se posicione  
1795 sobre o fato, como a Ministra fez aqui no primeiro momento, inclusive reforçamos

1796 que a ideia da criação da Comissão acho oportuna e acho que ela sendo paritária  
1797 seria importante para darmos também a nossa contribuição enquanto Conama. E  
1798 por fim eu quero afirmar que infelizmente Mariana será sempre uma lembrança do  
1799 que Minas Gerais não quer, ficará sempre como uma cicatriz aberta, uma ferida  
1800 aberta na história ambiental do Estado e um alerta constante de que temos que ter  
1801 uma gestão ambiental verdadeiramente comprometida com vida e com o  
1802 ambiente. Quero mais um vez, falo aqui sem nenhum, sem nenhuma dose de  
1803 fúria, mas com profunda tristeza porque vi e conversei com as pessoas do  
1804 sofrimento e do sofrimento nós sabemos o que significa, então, estou aqui  
1805 realmente e o sentimento de Minas hoje é de um padecimento, de um sofrimento,  
1806 de uma dor que com certeza vai demorar para cicatrizar até porque os efeitos  
1807 disso durarão muito para passar. Obrigado.

1808

1809

1810 *(Palmas!)*.

1811

1812

1813 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1814 Lisiane.

1815

1816

1817 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (Mira-Serra) –** Boa tarde a todos. Realmente são  
1818 informações contundentes que o conselheiro nos traz e essas acrescento o  
1819 prognóstico que não é nada melhor, nós temos uma possibilidade de  
1820 comprometimento, uma possibilidade muito forte de comprometimento de mais de  
1821 3.000 Km<sup>2</sup> no Litoral Norte, 7000 Km<sup>2</sup> no litoral sul, que incluem três unidades de  
1822 conservação Marinhas, uma delas de Vera Cruz, uma reserva de vida silvestre é  
1823 um dos mais importantes criadouros marinhos existentes no Oceano Atlântico.  
1824 Para vocês terem uma ideia do que é um criadouro, um hectare de criadouro  
1825 marinho equivale a 100 Km<sup>2</sup> de floresta nativa tropical. Então, se fizermos esse  
1826 cálculo nós vamos ter um impacto correspondente a 200.000 Km<sup>2</sup> de floresta  
1827 nativa em estágio primário, aquela mais conservada. O fluxo de nutrientes de toda  
1828 essa cadeia alimentar, pode ter pouca toxicidade, mas sabemos que esses  
1829 elementos tóxicos são cumulativos, então esse fluxo de nutrientes de toda a  
1830 cadeia alimentar, de um terço da Região Sudeste e o eixo de metade do Oceano  
1831 Atlântico está comprometido e pouco funcional por no mínimo 100 anos. Então, vai  
1832 haver uma concentração nessa cadeia, então, nos próximo 100 anos não vamos  
1833 ter ainda avaliado o total prejuízo que foi esse desastre. E mais ainda, nessa  
1834 esteira nós temos registro de devastação, como a própria Ministra falou, nós  
1835 temos os dados um pouco diferentes, 88% nas Amazônia, aumentou em relação  
1836 ao período do ano passado, houve um aumento de 64% de queimadas em relação  
1837 ao mesmo período de 2014, na Mata Atlântica os problemas pioraram, não só  
1838 continuaram os mesmos como pioraram, e nesse item eu gostaria de depois  
1839 entregar à mesa e que constasse em ata, um ofício encaminhado pela Rede de  
1840 ONGs da Mata Atlântica, da qual eu faço parte, a nossa entidade faz parte, onde  
1841 são mais de 300 entidades filiadas. Então, vou ler rapidamente a primeira parte.

1842 Então, Rede Mata Atlântica recentemente protocolou junto ao Governo do Estado  
1843 do paraná, na Casa Civil, Secretaria de estado, meio Ambiente e Recursos  
1844 Hídricos, assim como Polícia Federal que repassou  Delegacia Estadual do Meio  
1845 Ambiente e ao Ministério Público Estadual os ofícios 18 e 26, que estão em anexo,  
1846 alertando o poder público sobre a emissão indiscriminada de licenças para  
1847 supressão de espécies nativas da Mata Atlântica, algumas consideradas em risco  
1848 de extino, em confronto direto ao que se dispõe a lei 11.428 que  a Lei da Mata  
1849 Atlântica mostra-se altamente apreensiva com a situao exposta nos ofícios  
1850 encaminhados, entendendo que os fatos arrolados configuram mais uma série  
1851 ameaça  conservao do bioma no Estado do Paraná. Igualmente pelo fato de  
1852 que somente um dos 4 órgãos que receberam o ofício chegou a se manifestar. A  
1853 Rede Mata Atlântica solicita então, essa carta foi direcionada para o Ministério  
1854 Público Federal, promova a devida apurao e adoo dos procedimentos  
1855 cabíveis visando observância ao princípio legal e, sobretudo, a garantia da  
1856 proteo das espécie ameaçadas de extino. Bom, então nós temos aí um  
1857 cenário bastante ruim, com exemplos palpáveis porque eles apresentam inclusive  
1858 os relatórios emitidos pelo Serviço Ambiental Estadual, temos outros Estados que  
1859 estão fazendo convênios com os Municípios para a interveno dentro da Mata  
1860 Atlântica e nós estamos vendo o que o Conselheiro falou anteriormente, um  
1861 problema sequencial na gestão ambiental em todos os níveis, Federal, Estadual e  
1862 Municipal, agravados pela Lei Complementar 140 porque quem já estava em um  
1863 ritmo, que  o caso do Rio Grande do Sul, já tinha um ritmo, foi alterado totalmente  
1864 a lógica do processo de licenciamento. Então, como contraponto nós temos a falta  
1865 de vontade, parece, de criar duas unidades de conservao, falo agora pelas  
1866 ONGs do Rio Grande do Sul e pelo Conselho Estadual da Reserva da Biofesa da  
1867 Mata Atlântica do Estados, que  o pedido de ampliao da Estoo Ecológica  
1868 Federal do Taim, e a criao do Parque Nacional do Alberdo, todos os dois já  
1869 têm todo o processo pronto e todos os estudos feitos, só falta o ato escrito. Então,  
1870 nós vemos aqui, Conselheiros, que a situao está trágica no País, por mais que  
1871 tentemos ver os pontos positivos, os pontos negativos são aqueles que causam a  
1872 destruio, a morte, agora dezenas de anos, nesse caso, quantos outros nós  
1873 vamos precisar enfrentar e conviver, isso  um exemplo negativo para o planeta,  
1874 de que a nossa gestão ambiental não está tão bonita como nós queremos que  
1875 esteja, ela não está sendo eficiente e não está sendo eficaz, não está sendo  
1876 efetiva. Então, nós temos que tomar alguma atitude. No ano passado nós tivemos  
1877 a criao aqui de um grupo, não sei como ficou, não tivemos mais notícia, sobre  
1878 como nós vamos “agitar” a Lei Complementar 140, nós não sabemos como está  
1879 sendo encaminhado, eu mesma vim aqui pedir que a Sociedade Civil fosse  
1880 incluída nesse processo de discussão e eu acho extremamente importante,  
1881 pertinente que se a avance nessa proposta, porque do jeito que está sendo  
1882 tomada ao p da letra a Lei Complementar 140, nós vamos ter muito e muitos  
1883 mais desastres e tragédias ambientais. Era isso. Obrigada.

1884

1885

1886 **O SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministérios Públicos Estaduais) –**

1887 Agradeço a deferência da palavras. Senhores Conselheiros e Senhoras

1888 Conselheiras, nós recebemos essas reclamações referentes às licenças que  
1889 foram concedidas no Estado do Paraná, fizemos uma solicitação ao Ibama o  
1890 Ibama nos disse porque as licenças foram concedidas pelo Órgão Ambiental  
1891 Estadual, o Ibama nos disse alegando a Lei Complementar 140 que nada pode  
1892 fazer, e a resposta que eu disse verbal ao Ibama, então, continuaremos como  
1893 estamos, a degradação vai continuar, foi o que a Conselheira acabou de  
1894 mencionar aqui. Então, essa resposta do Ibama chegará aqui também ao  
1895 Conselho Nacional para que tenhamos também posições nossas a respeito do  
1896 tema, porque senão vamos ficar sempre nessa discussão de quem é o  
1897 competente, se aquela competência está certa, se aquilo está sendo feito  
1898 corretamente e estamos falando novamente do licenciamento ambiental. E esse  
1899 licenciamento está lá autorizando espécies ameaçadas de extinção para o corte. A  
1900 SOS Mata Atlântica tem dado sempre os dados referentes ao Estado do Paraná e  
1901 me parece que também vale isso para o País, que o desmatamento continua e  
1902 nós temos sempre ouvimos aqui que o desmatamento diminui. Então, essa  
1903 contradição aqui continua permanente e nós vimos aqui outras pessoas falando  
1904 que vamos ter que recuperar floresta, recuperar florestas e nós continuamos  
1905 sempre nessa dicotomia sem resolver os problemas. Eu gostaria, então, Senhor  
1906 Presidente, que fosse notificado o Estado do Paraná para que viesse dar  
1907 satisfação aqui e apresentar as respostas que sejam necessárias com as imagens  
1908 de satélite porque elas são bem esclarecedoras. Muito obrigado.

1909

1910

1911 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Obrigado Saint Clair. Nós  
1912 estamos ainda com um conjunto de 8 pessoas inscritas, peço um pouco de  
1913 paciência, vamos fazer uma interrupção, depois retomamos à tarde, a ideia foi que  
1914 tivéssemos uma tribuna livre mais ampla nessa sessão. Eu peço que todos, por  
1915 favor, tenham um pouco de calma, todo mundo vai falar, mas vai demorar um  
1916 pouco. Só um esclarecimento, Saint Clair, em relação ao desmatamento, em geral  
1917 quando nós falamos da taxa de redução de desmatamento a referência é em  
1918 relação à Amazônia. Em relação aos outros biomas a Ministra inclusive comentou,  
1919 nós não temos um grau de acompanhamento tão detalhado e tão sofisticado que  
1920 nos permita afirmar isso. O que nós temos é um retrato da Amazônia é mesmo  
1921 assim redução da taxa de expansão, não se trata de redução do desmatamento  
1922 propriamente dito, mas isso tem que ser qualificado por região como você está  
1923 alertado e esperamos num prazo de tempo razoável ter condições de ter um  
1924 monitoramento tão bom quanto temos da Amazônia para a Mata Atlântica, para o  
1925 semiárido e outros, e consolidar o do Cerrado. Tadeu.

1926

1927

1928 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Bom dia a todos. Tadeu  
1929 Santos, Região Sul. No início do ano nós propusemos ao Conama, ao DConama,  
1930 a realização do seminário objetivando intensificar o debate acerca da Lei 12.305,  
1931 no tocante à reciclagem e à logística reversa. Esses temas que foram amplamente  
1932 debatidos na Conferência Nacional do Meio Ambiente sobre resíduos sólidos, no  
1933 entanto, não foi possível viabilizar e nós vamos tentar esse debate, essa proposta

1934 de debate para o próximo ano. Da mesma forma que nós no próximo ano  
1935 tentaremos a realização do ENEA, que é o Encontro Nacional de Entidades  
1936 Ambientalistas. Talvez o fator mais impactante aos ecossistemas dos biomas  
1937 brasileiros seja o lixo, classificado como resíduo sólidos, ou líquidos, ou tudo  
1938 aquilo que não mais interessa ao consumo humano. Com todo respeito e  
1939 indignação, mas a eficiência da educação ambiental, que seria uma das soluções  
1940 em parte depende da cultura de uma nação. Como no nosso País os alertas sobre  
1941 danos ambientais demoram a sensibilizar os corações e mentes do povo e dos  
1942 órgãos fiscalizadores, tanto que as prefeituras ganharam novo prazo para  
1943 implantação dos aterros sanitários para 2018 e para 2021, e eu acredito  
1944 pessoalmente que vão pedir novamente uma outra prorrogação de prazo por  
1945 questão financeira e vão atribuir uma série de outros argumentos. Concluímos que  
1946 o caminho mais eficaz no momento, o caminho mais eficaz e viável para reduzir os  
1947 alarmantes índices de lixo no cotidiano das nossas vidas, no momento é através  
1948 da reciclagem e da logística reversa. Por acreditarmos nessa possibilidade que  
1949 estamos empenhados em apoiar as propostas que serão apresentadas agora na  
1950 sequência pelo engenheiro Francisco Mai, da Empresa Santa Luzia, de acordo  
1951 com a pauta estabelecida, não sei se fica antes do almoço ou depois do almoço.  
1952 Não apenas a necessidade dessa proposta de obter uma imunidade tributária pela  
1953 PEC que está no Senado ou por um processo de desoneração fiscal de acordo  
1954 com o estudo da LCA, encomendado CNI, para as empresas, indústria, e  
1955 cooperativas de reciclagem, mas de normatizar a legislação relativa ao setor de  
1956 modo simplificado e sensato, objetando a permanente busca pelo difícil,  
1957 complicado, mas necessário equilíbrio ecológico. Secretário e Conselheiros, como  
1958 a última reunião do ano eu quero reforçar a importância desse seminário, deste  
1959 debate sobre a Lei 12.305, sobre a questão das mudanças climáticas no País eu  
1960 confesso que não fiquei satisfeito com a resposta do representante, Adriano,  
1961 porque dá a impressão de que as emissões de gases estufa é só a questão da  
1962 Amazônia, a questão de gases de efeito estufa é da geração de térmicas a carvão,  
1963 a óleo, de carros, quer dizer, por que só a Amazônia? Dá a impressão de que o  
1964 Brasil quer agradar os países do norte falando em questão da Amazônia que é o  
1965 pulmão do mundo. E para concluir, Secretário, a proposta de rediscutir, de se  
1966 alertar sobre a questão do licenciamento ambiental. Temos tentado essa pauta,  
1967 que é uma agenda positiva para se dar credibilidade aos licenciamento  
1968 ambientais, não se concebe mais que a população deixe de acreditar numa  
1969 audiência pública, que não acredita mais em audiência pública, que não acredita  
1970 mais no EIA/Rima. Então, é preciso que o Ministério e o Conama puxe essa  
1971 discussão. O Congresso Nacional está lá fazendo coisas que nós não estamos  
1972 gostando, como nós comentamos ontem, e está interferindo de uma certa forma  
1973 na competência do Conama. Então, é preciso que essas agendas de proposta e a  
1974 Ministra falou no final duas vezes que se apresente propostas, agendas positivas  
1975 para o debate. Então, nós como Sociedade Civil estamos reforçando e vamos  
1976 apresentar até o final do ano essas proposta. Obrigado.  
1977  
1978

1979 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
1980 Ronaldo.

1981

1982

1983 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (ONG Ponto Terra) –** Ronaldo,  
1984 Organização Ponto Terra, Belo Horizonte, Minas Gerais. Boa tarde a todas e a  
1985 todos. Agradeço pela paciência de nos ouvir. Eu queria começar fazendo uma  
1986 lembrança àqueles que são estudiosos, que conhecem um pouco da história  
1987 política brasileira, voltando ao tempo da monarquia, nada tão parecido quanto  
1988 saquarema no Governo do que o Luzia no Governo, traduzindo para os dias de  
1989 hoje, pode ser o Governo Tucano que é ruim na área ambiental, pode ser o  
1990 Governo Petista, que ele é ruim na área ambiental, nada se parece tanto um com  
1991 o outro e o outro com um na área ambiental. Eu quero lidar com dados concretos,  
1992 as pessoas têm direito de divergir da nossa opinião. Veio aqui a Lisiane que é do  
1993 Rio Grande do Sul e falou da questão do Paraná, veio o promotor Saint Clair e  
1994 falou também da questão do Paraná, antes de mim falou o Polignano, de Minas  
1995 Gerais e eu falo agora de Minas Gerais. Eu quero lembrar os avisados e  
1996 desavisados que Paraná é governado por um Governador do PSDB, que Minas é  
1997 governado por um governador do PT para o qual eu trabalhei e pedi voto.  
1998 Deixando muito claro isso para que não faça a conotação política. A primeira  
1999 reunião deste ano do Conama, Secretário, o senhor deve lembrar disso, eu vim  
2000 aqui nessa tribuna e escancarei maldosamente o governo passado na área  
2001 ambiental, até porque o Secretário do Governo passado na área ambiental está  
2002 com um processo criminal andando na justiça, processo criminal andando, eu que  
2003 não sou nenhum santo, não tenho essa pretensão, não tenho nem processo  
2004 administrativo em 30 anos de vida pública. O Secretário que foi Secretário durante  
2005 3 anos e pouco tem processo criminal em Minas Gerais. Aí as coisas não andam  
2006 bem. Mas eu sou obrigado a vir agora na última reunião do Conama e falar mal do  
2007 governo do PT em Minas Gerais, não do Secretário Adjunto Geraldinho que está  
2008 ali e conhece o assunto, que tem sensibilidade, e nem do secretário Sávio Souza  
2009 Cruz, que é o Secretário de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais, que é uma  
2010 pessoa competente e que conhece o assunto, mas é do grupo central do governo,  
2011 é do núcleo central do governo que comete equívocos com o Projeto de Lei 2946,  
2012 para quem for estudioso da questão ambiental e da legislação, deve servir até de  
2013 estudo, estudo que nos meus vinte e tantos anos de participação legislativa talvez  
2014 tenha sido o pior Projeto de Lei que vi do ponto, não é do ponto de vista ambiental  
2015 embora fale da questão ambiental, do ponto de vista da quase que... Do  
2016 ordenamento ditatorial desse projeto, em rápidas pinceladas, o projeto de 3 folhas,  
2017 4 folhas, trinta e poucos artigos em 21 vezes são citadas a palavra Decreto, tal, tal  
2018 assim, por Decreto, tal, tal assim, por Decreto, 21 vezes. Polignano deve saber  
2019 bem disso. Outra coisa, nos meus vinte e tantos anos de vida pública, de vereador  
2020 de Belo Horizonte, de deputado estadual, deputado federal, vice-prefeito de Belo  
2021 Horizonte, coincidentemente do atual governador as questões são colocadas de  
2022 uma maneira democrática, no projeto é tudo por Decreto, por Decreto. É uma  
2023 inconcebível, nós nunca vimos isso, deve ter uma palavra chamada Decretização,  
2024 que eu não conheço, talvez seja o neologismo. Tira, tira Saint Clair o poder do

2025 Ministério Público de passar da reunião do Copam, que é Conselho Estadual de  
2026 Política Ambiental, não está escrito isso mas está subentendido isso. Então, o  
2027 Ministério Público Estadual não participaria mais da composição do Copam,  
2028 porque a composição do Copam é por Decreto. Então, por exemplo, o Ministério  
2029 Público votou contra, não entra na próxima composição, a Sociedade Civil  
2030 representada por nós da ONG votou contra, está fora da próxima reunião do  
2031 Copam, por Decreto, Decreto está tudo, é um cheque em branco, pode mudar a  
2032 composição a hora e o momento que quiser. Tira a política ambiental, tira polícia  
2033 militar ambiental, respeitadíssima, peço desculpas a todos os outros brasileiros  
2034 que estão aqui, brasileiras, talvez é a melhor Polícia Militar do Brasil, a Polícia  
2035 Militar de Minas Gerais está sendo retirada do Sisema, que é o Sistema Estadual  
2036 do Meio Ambiente, e a fiscalização que é quem faz a maior parte pela Polícia  
2037 Militar Ambiental não vai fazer mais pelo projeto do Governo. Alguém pode dizer:  
2038 mas os deputados vão melhorar. Os deputados podem melhorar, mas o governo  
2039 pode vetar. Essas aberrações todas estão colocadas, mas coloca a Secretaria  
2040 Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável subordinada, não é  
2041 nem vinculada, subordinada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento  
2042 Econômico. O senhor Polignano não quis falar, mas eu falo, com responsabilidade  
2043 qualquer, aquela frase infeliz dizendo que a Samarco foi vítima é do Secretário de  
2044 Estado de Desenvolvimento Econômico, que eu felizmente não sei o nome dele,  
2045 repito, eu felizmente não sei o nome dele, mas foi o Secretário de Estado e  
2046 Desenvolvimento Econômico que falou essa frase infeliz e agora depois procura  
2047 com consertar. Não estou falando com emoção, não estou falando politicamente,  
2048 eu estou dados concretos, quem não confiar procura isso aí. Acionamos numa  
2049 atitude isolada porque 100 entidades de Minas Gerais, Doutor Francisco Gaetani,  
2050 assinaram esse documento de repúdio a esse Projeto de Lei, nós não somos  
2051 unidos não, temos nossas brigas, temos nossas querelas, mas agora se nós não  
2052 estamos unidos no amor, estamos unidos na dor. Reuniu o movimento  
2053 ambientalista mineiro, mas nós, da Ponto Terra isoladamente já acionamos o  
2054 Ministério Público Federal, já acionamos o Ministério Público Federal por escrito,  
2055 já tivemos audiência com o Dr. José Adécio que foi procurador chefe daquele  
2056 Estado, serviu aqui em Brasília e voltou para lá. Nós vamos acompanhar esse  
2057 processo, se for preciso vamos judicializá-lo porque nós não podemos aceitar  
2058 tamanha provocação. Para terminar eu quero dar um exemplo concreto, e aí é  
2059 uma questão talvez de sorte, talvez do céu para os que creem, talvez dos  
2060 sentimento de *feeling*, quando foi votada essa licença de operação para o  
2061 altamento desta cava, desta barragem em Mariana duas entidades votaram  
2062 contra, o Ministério Público Estadual e a Ponto Terra, não votei por mérito porque  
2063 não conheço bem a questão, mas votei no sentimento, está registrado lá, outubro  
2064 de 2013, aliás, não sei se votamos contra ou abstenção, os outros demais votaram  
2065 daquela maneira que os que teve favorável permaneçam como estão, não vou  
2066 falar o nome do voto em respeito à essa casa, mas eu sei o nome desse voto, os  
2067 que estejam favoráveis permaneçam como estão, ficam ali sentados, tudo  
2068 certinho. Aqui pelo menos temos que ter o trabalho de levantar o crachá, dá mais  
2069 trabalho, é mais democrático nesse sentido. Eu quero chamar a atenção então, se  
2070 fosse agora na próxima reunião Ministério Público votou contra, tira ele da

2071 composição, Ponto Terra votou contra, tira ela da composição. Foi um fato  
2072 histórico que aconteceu, é difícil até explicar. Para terminar esse laser fera  
2073 ambiental que está em Minas Gerais eu confesso a todos os senhores e senhoras,  
2074 que a primeira figura que veio foi em 1972, o Presidente da República, Garrastazu  
2075 Médici, o representante do Brasil lá em Estocolmo em 1972, General Costa  
2076 Cavalcante, que falou aquela famosa frase: a poluição primeiro depois nós  
2077 consertamos. Esse é o pensamento do Núcleo Central do Governo de Minas  
2078 Gerais. Falo do núcleo central do Governo, não falo em nenhum instante da  
2079 Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável que está  
2080 bem entregue ao Secretário Sávio e ao Subsecretário Geraldinho. Deus proteja  
2081 Minas Gerais. Entenda essa minha frase, já foram 5 barragens.

2082

2083

2084 *(Palmas!).*

2085

2086

2087 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
2088 Obrigado, Ronaldo. Pessoal, nós vamos suspender os trabalhos e retomar às  
2089 14h30. Eu queria fazer um convite, a quem quiser conversar comigo sobre a  
2090 questão da inversão que é um ponto que o Polignano levantou, chega um pouco  
2091 antes para trocar umas ideias sobre o ‘parafrentemente’ aí, porque esse é um  
2092 problema real, tem a ver com quórum, tem a ver com a dinâmica da reunião.  
2093 Então, quem quiser trocar uma ideia informal, por favor, chega aqui um pouco  
2094 antes que vamos conversar um pouco. 14h30 retomamos na tribuna livre ainda.  
2095 Obrigado.

2096

2097

2098 *(Intervalo para almoço).*

2099

2100

2101 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário Executivo do Conama (MMA) –**  
2102 Pessoal, vamos lá. Depois do almoço, eu vou mandar apagar as luzes, tirar o  
2103 microfone. Fidelis. Cadê ele? Está aqui.

2104

2105

2106 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas) –** Senhor  
2107 presidente, senhores conselheiros, é um privilégio está de volta a este Conselho,  
2108 que eu fiz parte em 2003, represento a Sociedade Civil da Amazônia; eu sou  
2109 professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará. Eu queria, inicialmente  
2110 ainda sobre a questão da catástrofe ambiental de Minas Gerais, apresentar uma  
2111 proposta de moção que foi protocolada hoje aqui com a assinatura de 14  
2112 Conselheiros que subscrevem propondo que diante da dificuldade de acesso a  
2113 informações ambientais que a própria lei de acesso possibilita, tanto no Estado de  
2114 Minas Gerais, quanto nos Estados da Amazônia, e particularmente no Estado do  
2115 Pará, que é um dos estados com maior número de projetos de mineração de  
2116 grande porte no Brasil, propor que o Ibama seja convocado e as Secretarias

2117 Estaduais do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, do Estado do Pará e do  
2118 Estado do Amapá sejam convidadas a apresentar informações e dados com  
2119 relatórios circunstanciado acerca dos empreendimentos mineradores licenciados  
2120 em seus territórios, da fiscalização exercida e de situações identificadas como  
2121 irregulares, ou de risco, multas ou outras penalidades aplicadas, assim como das  
2122 condições gerais do controle ambiental exercido, inclusive do cumprimento das  
2123 condicionantes impostas e dos seus programas de gerenciamento de risco. Essas  
2124 informações não estão disponibilizadas particularmente no caso do Estado do  
2125 Pará. Diante disso e dessa possibilidade de risco é que eu apresentei a moção  
2126 que começa a tramitar a partir desta data no âmbito deste Conselho. A segunda  
2127 questão é relacionada a Política Nacional de Controle de Agrotóxico, todos nós  
2128 aqui já temos conhecimento do fato de que o Brasil é considerado o país campeão  
2129 no uso de agrotóxico no mundo, e o aumento do uso de agrotóxicos mais do que  
2130 dobrou entre os anos 2012, e 2012 segundo dados do IBGE. Além disso, ainda  
2131 segundo os dados do IBGE, os produtos mais usados são os considerados  
2132 perigosos ou muito perigosos com 64 e 27% do total de produtos em 2012. Os  
2133 herbicidas, por exemplo, foram os agrotóxicos mais comercializados no período  
2134 com 62% do total de vendas. Todos nós também somos conhecedores do fato de  
2135 que o Instituto Nacional do Câncer divulgou recentemente o documento em que se  
2136 posiciona contra as práticas de uso de agrotóxicos no Brasil e o Instituto Nacional  
2137 do Câncer apresenta vários dados a respeito das consequências desse tipo de  
2138 prática. A Organização Mundial da Saúde divulgou recentemente que para cada  
2139 caso notificado de intoxicação por uso de agrotóxico, ou de agroquímicos, 50  
2140 outros são não notificados segundo as estimativas e no Brasil somente em 2013  
2141 tivemos 5500 casos de notificação. Então, multiplica isso aí por 50 e vamos ter  
2142 uma dimensão do problema da intoxicação no nosso país. Mesmo assim  
2143 recentemente a Ministra Kátia Abreu deu uma infeliz entrevista com declarações  
2144 onde se propõe a desburocratizar o registro experimental temporário de  
2145 agroquímicos utilizados na lavoura, e reduzir o tempo do registro final dos  
2146 defensivos, as falhas graves na fiscalização da qualidade dos alimentos também  
2147 já é de conhecimento público, por exemplo, a Anvisa recentemente divulgou que  
2148 numa fiscalização feita no Estado de São Paulo 31% dos alimentos coletados  
2149 tinham agrotóxicos proibidos, ou quantidade acima da permitida, mas uma outra  
2150 pesquisa feita na Ceagesp, com dados do próprio Ministério da Agricultura, em  
2151 2014 somente duas amostras de banana foram coletadas para monitoramento e a  
2152 Ceagesp hoje é por onde passa 30% da produção de alimentos do nosso país.  
2153 Então, são falhas, no Sistema de Fiscalização e de Controle que este Conselho  
2154 precisa tomar pé da situação. Considerando que a presidenta Dilma Rousseff em  
2155 2012, através do Decreto 7794 instituiu a Política Nacional de Agroecologia e  
2156 Produção Orgânica e que nesse Decreto ela criou a Comissão Nacional de  
2157 Agroecologia e Produção Orgânica e essa Comissão em 2014 instituiu um Grupo  
2158 de Trabalho para formular o Pronara, Programa Nacional para Redução do Uso de  
2159 Agrotóxicos, esse programa foi formulado e aprovado por aquele Conselho que  
2160 está vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República e se encontra  
2161 aguardando a sua aprovação e publicação em formato de Decreto. Então,  
2162 apresentei uma moção a este Conselho, também subscrita por 14 Conselheiros,

2163 entre eles o Ministério Público, recomendando a Secretaria Geral da Presidência  
2164 da República e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, assim como o Ministério  
2165 da Agricultura e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, a  
2166 conclusão da tramitação e a implementação do Pronara, Programa Nacional para  
2167 Redução do Uso de Agrotóxicos, e requerer ao Ibama, a Anvisa e ao Ministério da  
2168 Agricultura que apresentem a este Conama um relatório circunstanciado com  
2169 dados sobre a fiscalização efetuado quanto a uso, a comercialização, a avaliação  
2170 e o controle dos produtos agroquímicos. Por último, senhor Presidente, eu gostaria  
2171 de pedir que as imagens fossem apresentadas aí no telão, eu quero fazer aqui  
2172 uma denúncia grave de um genocídio ambiental que está sendo cometido nesse  
2173 país, as imagens são autoexplicativas, eu vou apenas relatar o que está  
2174 acontecendo no Estado de Minas Gerais respaldados numa Instrução Normativa  
2175 execrável do Ibama, diversos grupos estão se organizando para promover a caça  
2176 de javalis, ora caça não é manejo, caça não é controle populacional. O que está  
2177 acontecendo ali naquele Estado, respaldado pelo Ibama, é decorrente de uma  
2178 visão absolutamente ultrapassada que precisa ser superada, assim como a nossa  
2179 sociedade tem lutado, tem se esforçado de todas as formas para superar o  
2180 preconceito racional, o preconceito étnico, o machismo, a homofobia, a nossa  
2181 sociedade também precisa se organizar e criar instrumentos para superar o  
2182 espessíssimo, que é outro tipo de preconceito baseado em uma relação de  
2183 dominação dos seres humanos sobre as demais espécies do planeta. Os javalis  
2184 por acaso não são animais, não são seres vivos, ou serão coisa nula, são  
2185 considerados sujeitos sem direito? Não existe mais no direito, na ciência jurídica  
2186 essa figura, ciência jurídica hoje já é pacífica em concordar que os animais que a  
2187 fauna, assim como a flora, são sujeitos de direito, mesmo não tendo personalidade  
2188 são sujeitos de direito, esses javalis que estão sendo caçados são sujeitos de  
2189 direito, e sobre autorização do Ibama, eles estão se promovendo verdadeiro  
2190 genocídio desrespeitando todas as técnicas de controle populacional. Este  
2191 Conselho não pode ficar inerte a este acontecimento. Eu estou solicitando ao  
2192 Ministério do Meio Ambiente que requeira ao Ibama explicações sobre esse fato,  
2193 que tipo de fiscalização, de controle está sendo feito e propondo a criação de um  
2194 Grupo de Trabalho mais específico vinculado à Câmara Técnica de Biodiversidade  
2195 ou a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, que trate dessa questão dos  
2196 direitos dos animais. Existem várias resoluções do Conama, inclusive uma delas  
2197 que está sendo questionada no Congresso Nacional, por um Decreto legislativo de  
2198 iniciativa do Deputado Ricardo Tripoli, de São Paulo, existem outras discussões  
2199 normativas e outros regulamentos todos formulados a partir dessa visão  
2200 absolutamente ultrapassada de que a fauna não é sujeito de direito. Então, nós  
2201 precisamos fazer uma revisão desse sistema normativo das próprias normas do  
2202 Conama e é para isso que estou sugerindo a criação de um Grupo de Trabalho  
2203 para estudar, analisar e propor as alterações necessárias. Muito obrigado.

2204

2205

2206 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário Executivo do Conama (MMA) –**  
2207 Eugênio está aí? Ainda não chegou. Patrícia.

2208

2209

2210 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Boa tarde a todos,  
2211 secretário. Patrícia Boson, CNT. Embora o tema não seja diretamente afetado a  
2212 Confederação que aqui represento, tomei emprestado o privilégio de ser membro  
2213 para poder falar de uma questão que afeta o meu Estado e o setor empresarial  
2214 que nós representamos aqui, que é o grave acidente Mariana, e eu uso da tribuna  
2215 aqui Secretário, para poder elogiar, se puder ajudar e compartilhar o discurso, a  
2216 fala do Conselheiro Polignano, uma fala equilibrada, uma fala cidadã, uma fala de  
2217 quem seriamente quer analisar o problema para propor solução. Eu resumiria a  
2218 fala do Polignano da seguinte forma, é hora de perguntas, não é hora de  
2219 respostas, respostas fáceis, casuísticas, apontando culpados que nada levam a  
2220 não ser a tirar de si próprio a responsabilidade na busca de uma solução e de uma  
2221 resposta. Eu quero destacar duas questões aqui, três na fala do Polignano. A  
2222 primeira delas é a questão de ser um tema complexo. Então, certamente uma  
2223 investigação não vai levar há uma única resposta como irresponsavelmente até  
2224 em cadeia nacional têm lideranças públicas apontando como falha de operação,  
2225 falha de monitoramento e etc. Então, é um tema complexo e certamente não  
2226 chegaríamos há uma única resposta e o fato de a necessidade de debruçar sobre  
2227 esse tema complexo é a única saída para termos uma solução definitiva para essa  
2228 questão lá em Minas Gerais. O segundo ponto que ele coloca, que é muito  
2229 interessante, foi o paralelo com o acidente de aviação em que separadamente de  
2230 qualquer questão de culpa criminal administrativa tense o Comitê que busca a  
2231 causa técnica do problema para que aquela causa não seja mais repetida nunca  
2232 mais, e com isso ele coloca o tema barragem de rejeito no foco, eu acho que esse  
2233 é o tema que temos que discutir, porque os outros acidentes nós sempre tínhamos  
2234 aquela questão de tratava-se de uma mineradora, não muito auditada, que não  
2235 obedeceu condicionantes e tudo mais, e hoje nós estamos falando de uma  
2236 empresa Idônea, uma empresa responsável, uma empresa que tinha auditorias,  
2237 inclusive externas internacionais sobre essas barragens. Então, o tema em foco é  
2238 a barragem. E o terceiro ponto que ele colocou, que é muito importante, é a  
2239 falência do nosso Sistema de Meio Ambiente. Eu por uma coincidência fui  
2240 Secretaria de Estado na época do Governo Itamar Franco, então, eu me lembro  
2241 muito bem que o orçamento para o meio ambiente, aquela época, era de 1,5% do  
2242 total, 1,5% ficava a cargo do meio ambiente. Passados esses anos todos, ele foi  
2243 decaindo gradativamente todo ano, não teve um ano nem no auge do preço do  
2244 minério, onde o orçamento mineiro era substancialmente maior, nem naquele  
2245 tempo houve gradativamente perda e hoje ele está em torno de 0,5%, e  
2246 contrariamente à Secretaria de Fazenda no Itamar que era na faixa de 3% hoje  
2247 está 7% do orçamento. Então, quer dizer, nós temos que colocar o dedo na ferida,  
2248 o Sistema de Meio Ambiente precisa ser levado a sério nesse país em todos os  
2249 sentidos, inclusive internamente Polignano, dentro do próprio setor que eu  
2250 represento. Então, eu quero deixar aqui claro que se é possível montar um Comitê  
2251 para conversarmos, eu falo aqui agora em nome da FIEMG e ela está à  
2252 disposição para que possamos fazer esse caminho. E só faço um porém, que é a  
2253 questão do PL, eu quero dizer que em nenhum, e podem pegar todas as  
2254 publicações, televisão, qualquer coisa, em nenhum momento o setor empresarial

2255 usou se quer a palavra flexibilização, nunca foi dito isso e mais quem quiser  
2256 debruçar sobre o PL não verá ali nenhum artigo, absolutamente nenhum, que fale  
2257 sobre flexibilização, e o PL tem o seguinte mérito, colocar o tema na pauta, porque  
2258 ele durante 12 anos, onde ele foi reformado por uma lei delegada, que se quer a  
2259 Assembleia Legislativa e, portanto o povo mineiro participou da discussão, nunca  
2260 se discutiu, embora ele já apresentasse flagrantes sinais de equívocos. Então, ele  
2261 tem o mérito Geraldinho, de colocar o tema na pauta e esse grave acidente  
2262 demonstra a necessidade desse tema está na pauta, e ele é urgente, ele não era  
2263 para ontem. A urgência para quem não conhece a tramitação em uma assembleia  
2264 não impede a audiência pública, não impede a discussão, não impede colocação  
2265 de emenda; só pede que a população seja célere e apresente logo as emendas, e  
2266 coloque logo o que tem que ser feito. A urgência não é para escamotear a  
2267 seriedade do problema não, a urgência é para colocar o tema no seu devido  
2268 posicionamento e o tema é urgente. Obrigado. *(Palmas!)*.

2269  
2270

2271 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário Executivo do Conama (MMA) –** Era  
2272 para ter passado no final da fila, mas ele chegou logo que a Patrícia começou,  
2273 então, vamos retomar a ordem.

2274  
2275

2276 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA) –** Obrigado Secretário, Conselheiros e  
2277 Conselheiras. Primeiro, eu gostaria aqui de me solidarizar com o povo mineiro e,  
2278 principalmente com aquelas comunidades afetadas por esse acidente, ninguém  
2279 deseja isso, mas também fazer uma reflexão aqui de que é normal e é importante  
2280 a consternação, a emoção, mas nós não podemos decidir sobre o clima da paixão,  
2281 porque senão é como um casamento, você tem um casamento, se apaixona por  
2282 alguém, desfaz o casamento e depois você vai descobrir que aquela paixão não é  
2283 aquilo que você imaginou. Então, tem que cuidar um pouco nos momentos de  
2284 paixão, porque parece que agora a solução é não discutir o que tem que ser  
2285 discutido. A questão de Minas Gerais aponta não uma questão de problema no  
2286 licenciamento, aponta uma discussão séria sobre contingenciamento, sobre pós-  
2287 licenciamento e sobre qualidade de projetos, que o licenciamento não resolve  
2288 caros colegas, sozinho ele não resolve; onde está o CREA que tem a obrigação  
2289 de fiscalizar obras de engenharia e de construção civil; onde está o DNPM, que  
2290 tem a obrigação de fiscalizar esse tipo de barragem de rejeito. Trazer toda essa  
2291 discussão para a responsabilidade e para o colo do setor ambiental me parece  
2292 indevido e inapropriado, se nós tivermos e temos responsabilidades vamos  
2293 assumi-la, e vamos ver o que precisamos fazer, mas vamos ter que trazer para a  
2294 Mesa todos os outros setores que direta ou indiretamente têm responsabilidade  
2295 maior ou igual a nossa. Eu não vi nessa história, embora eu não estive em Minas,  
2296 mas não vi nessa história toda uma manifestação do CREA de Minas, que não é  
2297 um CREA qualquer, e que tem responsabilidade de fiscalizar obras de construção  
2298 civil sim e de regulamentar a profissão. Então, eu acho que nós precisamos  
2299 baixar, refletir, nós não somos qualquer um nesse processo, nós temos  
2300 responsabilidade com o sistema e precisamos ter serenidade no meio da crise

2301 para não transformar um problema maior do que ele já é e ele é um problemão,  
2302 não tenho dúvida nenhuma. Só gostaria de fazer essa reflexão, porque ela é  
2303 importante nesse momento. A segunda questão que eu vi hoje de manhã e resolvi  
2304 me inscrever por causa disso gente, não é por causa de um acidente desse que  
2305 agora nós devemos achar que a concentração no órgão federal é a solução dos  
2306 problemas, o Ibama também tem problema, eu vi algumas colocações aqui  
2307 questionando a Lei Complementar 140, questionando a capacidade dos estados,  
2308 questionando a capacidade dos municípios e isso me preocupa, me preocupa por  
2309 uma questão primeira, extremamente objetiva e central no país que nós somos  
2310 uma república federativa, nós não somos um Estado monárquico com um único  
2311 ente federado, e se nós temos problemas, nós temos que buscar as verdadeiras  
2312 causas do problema e ver como que a solucionamos na melhor forma do modelo  
2313 de República, que nós temos uma república federativa, onde a responsabilidade  
2314 tem que ser compartilhada, dividida e concorrente entre os seus entes federados,  
2315 e não dá para imaginar que a simples federalização do licenciamento ambiental, a  
2316 simples federalização das questões todas da administração pública resolverão,  
2317 porque é mentira, é falácia, o tempo está aí para dizer e não vamos nos esquecer  
2318 que essa história de licenciamento ambiental, um dos principais instrumentos da  
2319 Política Nacional do Meio Ambiente não começou com órgão federal não, quem  
2320 inaugurou isso nos país foram os Estados, quem definiu metodologia de  
2321 licenciamento nesse país não foi o Ibama, o Ibama veio depois, foram os Estados  
2322 no final da década de 70 e 80, nem se falava em Órgão Federal de Meio Ambiente  
2323 nesse país, com caráter de regulação, com caráter de decisão em relação a  
2324 licenciamento e empreendimento. Então, nós não podemos esquecer um  
2325 pouquinho da nossa história também federativa e a importância que tem esse  
2326 sistema que não nasceu por acaso da imaginação de algum iluminado, ele nasceu  
2327 por um prática importante do final de década de 70, que se consolida na 6938,  
2328 de 1981, mas que já vinha sendo experimentado por alguns Estados. Então, eu  
2329 gostaria de trazer essa discussão à baila, porque nesse momento de comoção  
2330 parece que esquecemos algumas coisas e algumas premissas que são  
2331 fundamentais para estruturar o sistema, nós temos problemas sim no Sistema  
2332 Nacional do Meio Ambiente, temos problema de coordenação tanto nacional,  
2333 quanto Estadual, ou quanto Municipal, tem problema de capacidade, tem  
2334 problema sim de recursos financeiros, mas se não for o Sisnama será o que? O  
2335 que será? Para criticar o que está aí tem que propor alguma coisa no seu lugar,  
2336 para dizer que não serve, que não funciona tem que propor. Então, esse é o  
2337 primeiro ponto da minha reflexão aqui nessa tribuna. O segundo ponto é que nós  
2338 precisamos sim, mais do que nunca, fazer uma discussão séria, comprometida,  
2339 profunda sobre o modelo de licenciamento nesse país, está na hora inclusive por  
2340 causa dos problemas que nós viemos vivenciando nos últimos anos de vermes o  
2341 que tem que mudar no modelo de licenciamento. Eu, até pela função que ocupo  
2342 agora de Presidente da Abema, eu tenho percorrido bastante o país a convite para  
2343 falar sobre esse tema e sinceramente mesmo que alguns agora estão dizendo que  
2344 não é bem assim, eu não vejo ninguém no Brasil que acha que o modelo atual  
2345 funcione e que está bom, setor ambientalista crítica, o Ministério Público crítica,  
2346 setor da Sociedade Civil crítica, os órgãos ambientais criticam, os outros setores

2347 do Governo crítica, o setor econômico empresarial da agricultura acha que  
2348 atrapalha o desenvolvimento dos seus empreendimento, se é assim porque não  
2349 discutir? Qual é a dificuldade que nós temos, há muito tempo não vejo  
2350 unanimidade na área ambiental, entre todos os segmentos, eu estou encontrando  
2351 uma unanimidade agora, o licenciamento como está não funciona, e mesmo assim  
2352 nós vivemos com o freio de mão puxado, com as rodas travadas para fazer um  
2353 debate sério, profundo sobre esse sistema no país, que parte do princípio e aí eu  
2354 vou fazer uma reflexão bem profunda. Um dos princípios fundamentais do  
2355 fortalecimento da gestão ambiental é que as instituições do Sistema Nacional de  
2356 Meio Ambiente cumpram devidamente o seu papel. Quanto a confusão no  
2357 exercício da competência entre conselhos, órgãos gestores, órgãos formuladores,  
2358 você não fortalece ninguém, você não fortalece ninguém. Esse debate que Minas  
2359 vem vivendo hoje de licenciamento, não passar pelo Conselho, nós vivenciamos  
2360 em 2011 na Bahia. O órgão Colegiado é o órgão Colegiado que delibera, que  
2361 normatiza e não é um órgão técnico de análise de licenças ambientais. É  
2362 importante que se diga isso, o Ministério Público não tem que está aprovando  
2363 licença, até porque ele tem a função de fiscalizar, ele não tem que está aprovando  
2364 licença, com todo respeito que tenho ao Ministério Público Federal, Estadual e  
2365 importância deles, inclusive para o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio  
2366 Ambiente e para a consolidação da Política Nacional do Meio Ambiente, eu tenho  
2367 um respeito profundo, mas há um desvio de finalidade de função no exercício  
2368 daquilo que é competência originária de cada instituição, e nós não podemos nos  
2369 debruçar. Imaginem esse Conselho discutindo e aprovando licenças aprovadas e  
2370 analisadas pelo Ibama, imaginem o que seria, perde a função toda; a pauta vira  
2371 aprovação de projetos, leitura de relatórios, técnicos, no Colegiado que tem  
2372 múltiplas compreensões e formações. Então, é importante que façamos um  
2373 debate com racionalidade gente, senão nós vamos ficar eternamente perdidos  
2374 neste negócio. E por fim Secretário, a Abema vai continuar sim existindo, a Abema  
2375 foi talvez a única instituição que apresentou formalmente uma proposta de revisão  
2376 da 001 e 237 tem muitas ideias, o setor da CNI fez, CNA fez, as ONGs fizeram;  
2377 muitos setores fizeram a discussão. Mas formalmente uma proposta, colocando a  
2378 cara a tapas, foi Abema que fez e formalizou isso ao Ministério do Meio Ambiente  
2379 e ao Conama, está em análise do Ibama e deve voltar para o Conama, nós  
2380 esperamos que no ano que vem essa seja uma pauta central nesta casa, e que  
2381 possamos de fato resolver e aí eu quero fazer algumas reflexões, porque eu acho  
2382 que o momento é oportuno. Primeiro, em nenhum momento da proposta da  
2383 Abema vocês vão ouvir ou vou ler o termo flexibilização. Em nenhum momento na  
2384 fala de quem quer que seja da Abema, em nome da Abema, vocês vão ouvir o  
2385 termo flexibilização, o que nós queremos é modernizar o licenciamento, o que nós  
2386 queremos é fortalecer o licenciamento e isso se faz incluindo conhecimentos que  
2387 em 1986 não havia, que em 1987 não havia e isso se faz com a aplicação de  
2388 tecnologias que não existiam, ou que não estavam disponíveis há duas décadas  
2389 ou três décadas atrás, e que nós precisamos incorporar no processo de  
2390 licenciamento ambiental e no processo prévio de análise de tomada de decisão.  
2391 Então, nós estamos trabalhando uma proposta que leva em consideração o  
2392 caráter locacional a partir de estudos e da análise também da implementação dos

2393 outros instrumentos previstos na Política Nacional de Meio Ambiente e na Política  
2394 Nacional de Recursos Hídricos, os instrumentos de planejamento territorial, os  
2395 instrumentos associados a questão de padrões de qualidade, e padronização, nós  
2396 não discutimos há quantos anos, a Ministra mesmo traz essa pauta hoje de  
2397 manhã, há quanto tempo essa casa não se debruça para discutir padrões de  
2398 qualidade? No mínimo seis anos, no mínimo seis anos e quando se discute  
2399 padrão é de qualidade do ar, nós não discutimos qualidade da água, que é  
2400 diferente, o padrão que nós falamos do enquadramento de corpo hídrico, nós  
2401 nunca discutimos padrão de qualidade de solo, padrão de qualidade de  
2402 biodiversidade para tomada de decisão, que é fundamental para a tomada de  
2403 decisão de quem tem que decidir sobre a implementação ou não de um  
2404 empreendimento ou atividade. Então, nós precisamos focar esse Conselho naquilo  
2405 que é a sua função e não adianta criticar o parlamento, o parlamento é direito  
2406 dele, é atribuição dele também legislar, agora se nós não fizermos neste  
2407 Conselho, eles o farão lá e talvez não da melhor forma, e não adianta nós  
2408 reclamarmos, porque ficamos aqui com o freio de mão puxado, com tabus, com  
2409 preconceitos com relação as coisas e aí somos atropelados, e seremos  
2410 atropelados como nós fomos em outras questões que preferimos ser  
2411 conservadores e algumas vezes reacionários. Então, ou propomos esse debate de  
2412 modernização de aperfeiçoamento e aí tem uma questão que é fundamental na  
2413 proposta da Abema, nós temos que ser capazes de tratar o diferente de forma  
2414 diferente, no modelo atual nós tratamos o diferente de forma igual, não dá para  
2415 trabalhar um posto de combustível e uma refinaria de petróleo da mesma forma,  
2416 com os mesmos critérios, não dar para pensar na regularização de uma estação  
2417 de rádio base com a construção ou com o parcelamento de milhares de hectares  
2418 de terra em área urbana, nós precisamos organizar a agenda a tal ponto de  
2419 sermos mais expeditos, mais simples e eu gostaria que prestassem atenção nos  
2420 termos mais simples em questões com maior grau de simplicidade para termos  
2421 tempo, gente, dinheiro e capacidade para tratarmos com mais eficiência aquilo  
2422 que de fato precisa de uma análise com maior detalhe e maior cuidado. Nós  
2423 precisamos ter tempo, pessoas e dinheiro para o pós-licenciamento ambiental,  
2424 esse problema de Minas, de Mariana está muito mais associado talvez, porque é  
2425 difícil fazer prognósticos agora, é melhor esperar a análise, mas provavelmente  
2426 esteja muito mais associado ao pós-licenciamento do que ao licenciamento  
2427 propriamente dito, e se não organizarmos, se continuar tratando tudo igual, nós  
2428 não teremos tempo para aquilo que é o essencial, ninguém é contra o controle, a  
2429 rigidez do controle, o controle pós-licenciamento, o monitoramento, a aplicação de  
2430 padrões, aplicação de protocolos e mais do que isso a avaliação para ver o que  
2431 nós estamos aplicando efetivamente tem o resultado que nós esperamos e isso é  
2432 monitoramento, porque nós colocamos um monte de condicionamento, até vai ver  
2433 se o cara cumpriu, mas aquilo que foi aplicado teve um resultado esperado? Essa  
2434 é a análise de qualidade do pós-licenciamento e para isso precisa tempo, precisa  
2435 qualificação, precisa dinheiro e precisa da gente. Então, pessoal, eu queria  
2436 aproveitar esse momento para reafirmar que a Abema está comprometida, está  
2437 fechada com a discussão de pauta central ano que vem, que é a revisão da 001 e  
2438 o 237, é a discussão de resoluções que estabeleçam padrões de qualidade e que

2439 possamos discutir efetivamente padrões de pós-licenciamento que leva a questão  
2440 da qualidade dos grandes empreendimentos. Obrigado.

2441

2442

2443 *(Palmas!)*.

2444

2445

2446 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário Executivo do Conama (MMA) –**

2447 Obrigado Eugênio. Só lembrando que a LC 140 tramitou durante um bom tempo e  
2448 pelo menos na época foi aprovada, foi uma demanda forte também dos Estados,  
2449 dos Municípios e do próprio setor privado. Geraldinho.

2450

2451

2452 **O SR. GERALDO VITOR DE ABREU (Semad/MG) –** Boa tarde a todos

2453 conselheiros e conselheiras. Pessoal, meu nome é Geraldo Abreu, eu sou

2454 Subsecretário de Regularização Ambiental do Estado de Minas Gerais e venho

2455 aqui para trazer algumas informações que considero importantes sobre os fatos

2456 ocorridos no Estado, posto que muitas informações estão sendo vinculadas, elas

2457 se contradizem, elas trazem a contrainformação de sociedade e acaba não

2458 permitindo que as pessoas possam ter de fato a informação mais rigorosa do

2459 ponto de vista dos fatos do que vem ocorrendo no Estado. Nós temos em Minas

2460 Gerais aproximadamente 750 barragens, sendo algo em torno de 500 barragens

2461 de registro de mineração e essas barragens por conta desse montante; o Estado,

2462 por meio do seu Conselho, vem se debruçando em deliberações para buscar,

2463 dentro do que as normas permitem, as melhores formas de você regulamentar o

2464 setor. Nós temos a Deliberação Normativa nº 62, foi a primeira deliberação a tratar

2465 do problema de barragens no Estado de 2002 e a deliberação nº 87 já

2466 complementa, de 2005 e nessas deliberações estão estabelecidas algumas

2467 regras, dentre elas que o empreendedor, dependendo da classificação da barragem,

2468 que são classificadas um, dois e três, sendo a de maior potencial a nº três, ele

2469 deve anualmente entregar a Fundação Estadual do Meio Ambiente, uma auditoria

2470 de segurança realizada por empresa privada de reconhecido conhecimento na

2471 área de segurança e a FEAM faz esse controle dessas auditorias, sendo que caso

2472 da barragem em questão, a principal que rompeu, que foi a barragem de fundão.

2473 Esse relatório de segurança essa, essa auditoria de segurança foi entregue no

2474 mês de julho, e ela não apontava nenhum risco daquela barragem, nenhum risco.

2475 Algumas intervenções que precisariam ser feitas e rotinas ao longo do tempo o

2476 prazo de dois anos, mas nada, absolutamente nada que indicasse qualquer

2477 possibilidade ruptura daquela barragem. A Mina de Germano, que encontra-se

2478 consolável, esgotada que dá nome a principal barragem, ela faz parte de três

2479 minas, a Germana já está esgotada, a mina de alegria, que é partilhada entre a

2480 Samarco e a vale de Rio Doce e a mínima fábrica da Vale do Rio Doce. As

2481 barragens da Samarco são total de três barragens, a primeira delas e é a maior é

2482 a barragem de Germano, se encontra a montante das outras duas com a

2483 capacidade de armazenar 160 milhões de metros cúbicos de rejeito. Essa

2484 barragem teve o seu início de operação em 1975 e a sua primeira licença de

2485 operação corretiva, portanto ela funcionou 21 anos sem licença, ocorreu em 1996,  
2486 a sua primeira licença de operação corretiva. Portanto, ela não passou por um  
2487 processo de LP e um processo de LI, ela já entrou em licença de operação  
2488 corretiva em 1996, posteriormente em 2001 foi dado início ao processo de  
2489 revalidação dessa licença sendo emitida em 2003, depois de 2007 a revalidação  
2490 novamente com mais dois anos de análise e emissão da revalidação. Essa licença  
2491 vence em julho de 2013 e a Vale entrou, segundo as normas, estabelecem do  
2492 licenciamento dentro do prazo de 120 dias e ela encontra-se em análise de  
2493 revalidação. A segunda barragem, que está a jusante de Germano, que é a  
2494 barragem de Santarém tem capacidade para 6,7 milhões de metros cúbicos, teve  
2495 a sua primeira licença, licença prévia; em 1993 e a primeira licença de operação  
2496 emitida em 1995. Essa barragem de menor porte encontra a jusante de Germano,  
2497 e ela já estava com sua cota esgotada, com o pedido de licença de revalidação e  
2498 LP e LI para o loteamento da barragem. E entre essas duas barragens, Germano  
2499 e Santarém, a barragem de fundão que teve seu o licenciamento, primeiro  
2500 licenciamento, licença prévia emitida em 2007, teve sua licença de instalação  
2501 também em 2007, operação em 2008 e revalidação em 2013. Aqui eu faço uma  
2502 pausa para informar que em 2013 quando da sua revalidação no debate ocorrido  
2503 no Copam. Duas instituições se manifestaram contrárias, sendo ela a ponto terra e  
2504 o Ministério Público. Essa licença não tratava de alteamento, essa licença era de  
2505 otimização dá barragem com reforço do seu maciço, sem altamente. Em 2015, em  
2506 maio a empresa, nós levamos ao Copam a análise de um pedido de LP com LI  
2507 para o loteamento dessa barragem de fundão e a sua junção com a barragem de  
2508 Germano, as duas se juntariam, se travariam uma na outra e essa licença foi  
2509 submetida ao Copam em maio desse ano, houve pedido de vistas e em junho a  
2510 LP com a LI foi aprovada por unanimidade, nenhuma entidade se manifestou  
2511 contrário à LP e LI, que foi concedida em junho a essa barragem. Os estudos  
2512 todos foram feitos seguindo-se o que as normas estabelecem e a empresa nos  
2513 entregou todos os estudos necessários a análise do pedido que ela nos fez. É  
2514 importante ressaltar, porque Minas é um caso atípico em relação as demais  
2515 estados em relação à União, o que a Secretaria faz? É sugerir um parecer ao  
2516 Conselho, ela sugere um parecer a partir da análise técnica e jurídica; e o  
2517 Conselho Delibera sobre a licença pelo sim ou pelo não, e nesse caso a nossa  
2518 equipe multidisciplinar composta de cinco técnicos, cinco técnicos, mais um diretor  
2519 técnico, um diretor jurídico participaram da análise desse parecer e eu posso  
2520 afirmar a vocês que eu dei toda a confiança técnica dessas pessoas que são  
2521 servidores se dedicam no dia a dia a análise de processos de licenciamento no  
2522 Estado de Minas Gerais. Digo isso, porque, às vezes, as pessoas na ânsia de  
2523 procurar culpados encontram a parte mais fraca para imputar a responsabilidade.  
2524 Os técnicos da Supram contam com o total apoio do Governo do Estado, nós  
2525 confiamos na nossa equipe, nós não temos dúvida nenhuma do empenho que  
2526 essas pessoas têm no dia a dia da Semad. A barragem de fundão, portanto, que  
2527 se encontra entre Germano e Santarém, foi a barragem que rompeu, uma está  
2528 acima da outra em uma escada, Santarém fundão e Germano. Como eu disse  
2529 Santarém já não recebia rejeito, o que ela recebia? Ela recebia água do dreno de  
2530 fundo, da barragem de Germano e de fundão e essa água recircular na fábrica

2531 para ser reaproveitada. Portanto a borda livre, quem conhece barragem sabe  
2532 também que você tem que deixar uma borda livre e normalmente no Estado nós  
2533 aplicamos essa borda livre de cinco metros. Então, nós tínhamos um reservatório  
2534 de cinco metros na borda livre que recebia água para recirculação e é importante  
2535 também vocês terem uma ideia da dimensão da barragem encavada nas nossas  
2536 da área ocupada, era algo em torno de 850 hectares, 850 hectares as três  
2537 barragens juntas. Fundão rompeu no dia cinco, na quinta-feira, por volta das  
2538 16h00, desceu jogando a água da borda livre de Santarém, primeiramente a  
2539 primeira onda foi dessa água que saiu com o barro de deslizou de Fundão para  
2540 Santarém e água desceu em direção ao Distrito de Bento Rodrigues, e teve um  
2541 intervalo de algo em torno de meia hora até que a barragem de Santarém não  
2542 aguentou o peso e também rompeu descendo a segunda onda, uma onda de  
2543 lama. Talvez isso, e talvez em tese, porque não temos ainda dados concretos para  
2544 afirmar nada, que essa primeira onda de água possa ter assustado as pessoas e  
2545 elas pudessem ter saído da região, e nós termos evitado um problema ainda maior  
2546 do que o que nós já tivemos lá. As 17h30 o Secretário Sávio Souza Cruz me ligou,  
2547 eu não estava na cidade administrativa, estava na suprema, portanto no centro de  
2548 Belo Horizonte, a cidade administrativa fica bem distante. O Secretário Sávio, que  
2549 está de licença médica, foi submetido há duas cirurgias, ele me ligou informando  
2550 que tinha recebido a notícia do rompimento da barragem da Samarco, não sabia  
2551 qual, imediatamente eu peguei o carro e me desloquei para a cidade de Mariana  
2552 há 17h30, cheguei em Mariana em torno de 19h30 da noite e no caminho já  
2553 fizemos contato com a Defesa Civil, que já se encontrava na cidade,  
2554 imediatamente foram instalados dois pontos de apoio para receber os  
2555 desabrigados na arena em Mariana e no Distrito de Santa Rita, mais próxima ao  
2556 Distrito de Bento Rodrigues, portanto a Defesa Civil já estava no local. No trajeto  
2557 de Belo Horizonte a Mariana, que dá algo em torno de 120 quilômetros, foi  
2558 possível ver diversas ambulâncias do Samu se deslocando para a cidade, carros  
2559 do Corpo de Bombeiro. Quando eu cheguei a mimma que fica na Zona Rural de  
2560 Mariana já estavam lá equipes do Estado da Defesa Civil, do Bombeiro, da Polícia  
2561 Militar e da Polícia Civil, nós chamamos os representantes da empresa e  
2562 comunicamos a eles que instalaríamos ali na sede da empresa o posto de  
2563 comando das operações em razão do local ser um local estratégico com heliporto,  
2564 com Internet e com as condições que nós precisávamos para naquele momento  
2565 dar a assistência necessária as populações atingidas. A decisão, portanto, de  
2566 implantar o ponto de comando lá na sede da empresa foi uma decisão de Estado,  
2567 de Estado, porque muita gente disse também que o governador foi dar entrevista  
2568 na sede da empresa, dependendo da forma como se fala, você tem uma  
2569 interpretação, os fatos foram esses, nós determinamos que a empresa retirasse  
2570 toda a sua estrutura administrativa daquele local para que nós instalássemos ali o  
2571 posto de comando das operações pela localização estratégica daquele local, pela  
2572 localização estratégica. Reunimos o comando e eu chamei a empresa, os  
2573 representantes técnicos da empresa, por coincidência também o diretor  
2574 responsável pela área técnica chama Germano, já o conhecia, eu tive lá na  
2575 vistoria do licenciamento e perguntei a ele qual era a situação dos equipamentos  
2576 remanescentes do incidente, qual havia sido a causa da ruptura? Ele me informou

2577 que não tinha como definir a causa naquele momento, não haviam obras na  
2578 barragem, haviam algumas sondagens, não havia sido iniciado o alteamento da  
2579 barragem e ele me informou que a barragem de Germano estava estável, eu pedi  
2580 a ele que formalizasse isso por escrito, imediatamente procurei os comandantes  
2581 da Defesa Civil e do Bombeiro. Eu perguntei qual era a situação, a lama ainda  
2582 estava descendo e quando a lama desce naquela conformação de montanhas,  
2583 que temos na região, ela se espalha formando algumas ilhas e nós tínhamos a  
2584 informação, então, já há noite, por volta das 21h00, que 33 pessoas estavam  
2585 ilhados em um local sem acesso e que essas pessoas não teriam como receber  
2586 socorro antes do amanhecer, porque não havia como deslocar se quer por meio  
2587 aéreo, por helicóptero, que já estavam lá também à disposição, mas não havia  
2588 como operar naquele horário à noite, eram 33 pessoas e outras 22 pessoas que  
2589 estavam no local onde os bombeiros já tinham conseguido chegar, estavam dando  
2590 assistência médica, mas não conseguiam sair da local antes da parte da manhã.  
2591 Isso totalizava 55 pessoas e haviam outras pessoas também que estavam ilhadas  
2592 mais isoladamente. Nós, então, decidimos acompanhar o que estava correndo a  
2593 jusante de Bento Rodrigues no Distrito de Paracatu novo, que também foi um  
2594 Distrito muito atingido, não é a cidade de Paracatu, é um Distrito local a jusante de  
2595 Bento Rodrigues e que também sofreu bastante, não tanto quanto Bento  
2596 Rodrigues, mas também foi muito atingido. Felizmente nós conseguimos avisar  
2597 para que as pessoas saíssem das áreas de risco lá em Paracatu, da mesma forma  
2598 em Barra Longa, que é uma cidade um pouco mais distante, mas que também em  
2599 poucos momentos receberia lá as ondas as duas ondas propagadas na acidente.  
2600 Eu estou dizendo isso, porque é importante que vocês saibam que não houve  
2601 omissão do Estado em momento algum, todas as forças do Estado foram  
2602 mobilizadas para aquele local para que nós tivéssemos o menor impacto possível  
2603 daquele desastre ocorrido na região. Muita gente está dizendo que houve sorte,  
2604 que houve isso, que houve aquilo, é verdade que Deus ajuda, mas eu não tenho  
2605 dúvida do papel que o Estado desempenhou no socorro aquelas famílias. As 23h00  
2606 quando nós retornamos para o ponto de comando, eu fui procurado pelo técnico  
2607 da empresa, novamente o Germano, que me informou que havia um comunicado  
2608 ao DMPN, que é responsável pela segurança de barragem, que o risco da  
2609 barragem Germano estava em nível um, que é o nível mais crítico de segurança  
2610 de barragens, porque dois dikes haviam sido comprometidos, cela e celinha, e o  
2611 dreno de fundo da barragem de Germano estava folgado, e havia uma rachadura  
2612 no dike celinha de dez centímetros. Novamente nós reunimos o comando e  
2613 informei que precisaríamos ter um plano para poder socorrer aquelas 55 pessoas  
2614 e as outras que estavam espalhadas na região, porque se houvesse um  
2615 rompimento da barragem de Germano, nós teríamos uma nova onda que  
2616 certamente arrastaria essas pessoas junto com ela e, portanto foi o momento  
2617 muito crítico, eu descii próximo ao local, havia um contato verbal com as pessoas,  
2618 tinham muitos idosos, muitas mulheres e crianças, e foi um momento muito difícil  
2619 de sabermos que não podíamos fazer nada e que nós tínhamos uma outra  
2620 estrutura que corria o risco de ceder. Uma noite difícil, até que o dia clareou e foi  
2621 possível fazer uma passagem para retirada dessas 33 pessoas e também retirar  
2622 as outras 22 pessoas, e buscamos o resgate das pessoas que estavam em áreas

2623 isoladas também. Felizmente naquele momento a barragem não rompeu e foi  
2624 possível retirar as pessoas e a partir daí nós nos concentramos no monitoramento  
2625 desse remanescente e na busca de pessoas, e animais que também estavam  
2626 ilhados. A Defesa Civil assumiu o comando e nós estamos lá até hoje fazendo o  
2627 monitoramento, não há ainda segurança na área, eu acabei de receber uma  
2628 ligação que o Corpo de Bombeiros aumentou de cinco para dez quilômetros o raio  
2629 de segurança em razão de um risco ainda de rompimento da barragem de  
2630 Germano, nós estamos juntos com as equipes técnicas fazendo todo o possível  
2631 para dar estabilidade a essa barragem, mas ela ainda não está 100% segura,  
2632 portanto nós estamos tomando todas as iniciativas para que caso ela venha a  
2633 romper nós não tenhamos outras vítimas, é uma situação muito difícil também, eu  
2634 queria dizer para vocês que na sexta-feira eu fui ao local também haviam ainda  
2635 algo em torno das 200 casas do Distrito de Bento Rodrigues, nós tínhamos de dez  
2636 a quinze casas que não tinham recebido a lama, que estavam em partes mais  
2637 altas e as pessoas não queriam sair das suas casas, as pessoas se recusavam a  
2638 sair e nós depois decidimos que a polícia usaria o que fosse possível e necessário  
2639 para retirar as pessoas daquela área de risco. O governador do Estado também  
2640 na sexta-feira esteve no local, o primeiro ponto em que ele pousou foi no campo  
2641 da comunidade de Bento Rodrigues, depois ele esteve no comando das  
2642 operações lá na sede da Samarco, que ensejou essas especulações de que ele  
2643 havia dado a entrevista na sede da empresa, com esse teor de opinião e em  
2644 seguida ele esteve na arena em Mariana onde as pessoas estavam sendo  
2645 socorridas. Nós estamos cobrando da empresa que dê toda a assistência as  
2646 famílias atingidas e não pouparemos a empresa das suas responsabilidades. Há  
2647 representações também dizendo que a empresa é responsável, é claro que a  
2648 empresa é responsável, isso é redundante, o que nós temos que fazer como  
2649 Estado é exigir que a empresa preste toda a assistência necessária e que ela  
2650 pague por todos os danos causados, nós não precisamos abrir uma competição  
2651 de quem é mais ou menos responsável nesse momento, eu acho que é um  
2652 momento de somar forças e trabalharmos para que os problemas sejam mitigados  
2653 e que nós possamos confortar as pessoas que perderam seus entes queridos, nós  
2654 ainda não temos o total de vítimas, foram 13 trabalhadores que estavam na crista  
2655 da barragem que sumiram, certamente dificilmente serão encontrados com vida,  
2656 um trabalhador que no dia vendo o que ocorreu teve um mal súbito e veio a óbito  
2657 também, e na comunidade nós temos algo em torno de treze pessoas também  
2658 desaparecidas. Esses são os dados, esses são os números pessoal, se qualquer  
2659 outra informação houver o Estado de Minas Gerais prestará essas informações,  
2660 todos os dias nós estamos emitindo boletins com as informações do Estado para a  
2661 sociedade, mas infelizmente muita especulação está sendo feita sobre o assunto e  
2662 o Estado não está omitindo nenhuma informação, nenhuma informação. Então, eu  
2663 espero que todos aqui possam torcer por nós, nos ajudar, acompanhar as  
2664 apurações, a cobrança das responsabilidades daqueles que o têm e nós  
2665 procurarmos ser justos com aqueles que trabalham, principalmente na análise dos  
2666 processos e não façamos dessas pessoas vítimas, porque eles não são e não  
2667 devem ser, porque têm muito compromisso com o trabalho que fazem. Era isso e  
2668 agradeço. Muito obrigado. *(Palmas!)*.

2669

2670

2671 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário Executivo do Conama (MMA) –**

2672 Obrigado Geraldinho pelo doloroso relato, mas que é muito importante para que  
2673 nós também tenhamos uma compreensão mais sistemática, mais ampliada dos  
2674 fatos e possamos aí ao longo do futuro formarmos os nossos julgamentos. Na fala  
2675 do Polignano de manhã, ele citou o caso dos incidentes áreas, geralmente da  
2676 autopsia que você segue, caixa preta e tudo. Eu me recordo quando morei no  
2677 Reino Unido houve um surto de Aftosa que culminou no sacrifício de maior parte  
2678 do rebanho deles, depois da crise enfrentada e tudo foi feito esse tipo de trabalho,  
2679 foram dez volumes de análise e como o Polignano mencionou de manhã é preciso  
2680 ser feito mesmo, tem muita lição para tirarmos disso depois e se nós queremos  
2681 melhorar as coisas temos que enfrentar aí a quantidade de instituições,  
2682 programas, processos e políticas nossas que estão em uma situação de  
2683 fragilidade muito grande. Eu acho que nós estamos colhendo o que temos  
2684 plantado. Vamos em frente, então. Nós temos mais dois inscritos. Francisco  
2685 Soares.

2686

2687

2688 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa) –** Boa tarde a todos.

2689 Francisco Rodrigues Soares, Fundação Rio Parnaíba, representante das ONGs do  
2690 Nordeste. Pois bem Secretário, nós estamos vendo de fato que, como eu citei, nós  
2691 sentimos o esvaziamento do Conama e do próprio Conselho Nacional de  
2692 Recursos Hídricos, tentamos por várias vezes uma proposta de moção e  
2693 lamentavelmente não foi pautado em nenhuma dessas reuniões, embora tenha  
2694 sido levado em reunião preparatória. O que nós colocamos foi para que a Ministra,  
2695 não era o Conama fazer a proposta de reformulação da Lei de Recursos Hídricos,  
2696 do Conselho de Recursos Hídricos e Conselho Nacional, que a Ministra criasse  
2697 um Grupo de Trabalho na área Jurídica para fazer a fusão dessas duas leis e  
2698 evitar que dois Conselhos esvaziasse e se transforme numa política única. Repeti  
2699 e repito agora não dá para separar a água da floresta, e nem a floresta da água,  
2700 sem água não tem floresta e sem floresta não tem água. O que é certo é a  
2701 questão hídrica e a questão da água chegou há um ponto quase insuportável. O  
2702 que nós vamos hoje é que a Lei de Recursos Hídricos, que foi a Lei 4933/97, tem  
2703 18 anos de vida e até hoje nós não vimos a formalização concreta dos Comitês de  
2704 Bacias Hidrográficas, nós vimos a organização da Política de Recursos Hídricos  
2705 dentro dos Estados e dentro dos Municípios. A ANA foi criada há quinze anos  
2706 atrás, no ano 2000, a ANA não conseguiu ao todo juntar essa política e levar a  
2707 frente, até que eu digo que ANA, embora tenha sido a responsável para tocar essa  
2708 Política de Recursos Hídricos, mas ela não tem capilaridade e representação dos  
2709 estados. Então, ficou enfraquecido. O que vemos é a crise hídrica no Brasil e  
2710 consequência vem a crise de energia; sem água, nós dizemos não tem energia, e  
2711 sem floresta não tem água. Dessa forma o que nós propomos e pede que o  
2712 Secretário leve a Ministra crie esse Grupo de Trabalho, não dá, como está pior  
2713 não fica. A questão da água está séria demais, tudo que está acontecendo está  
2714 ligado a água, saneamento, poluição, os comitês de bacias não sabem. Outro,

2715 temos se é necessário fazer uma reformulação no art. 20 da Constituição  
2716 Brasileira, se é para fazer uma reformulação com relação aos bens da União, nós  
2717 vamos colocar que não é só as águas superficiais que pertence a união que risco  
2718 e banhar ao ar de um Estado, ou a região, como todas as algas devem ser um  
2719 Patrimônio da União, tem que ter o apoio da Política de Gestão Integrada dá água  
2720 como um todo, não, os rios estaduais está subordinado aos estados, os rios  
2721 federais é que a União nesse caso a água quando falta é para todos, não é a  
2722 União tem que encontrar uma saída de fazer com que essa política seja integrada.  
2723 Outra, precisamos colocar a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do  
2724 Meio Ambiente para funcionar, está totalmente afastado, a quase três anos que  
2725 nós não temos titulares, eu não sei nem se tem representantes da Secretaria de  
2726 Recursos Hídricos aqui, porque nós sempre temos um substituto, sempre é um  
2727 substituto, nós nunca temos mais um titular. Mas você está em outra pasta, mas o  
2728 Secretário não temos aqui, temos o Secretário? Não temos. Você vai na  
2729 Secretaria procura o Secretário não tem um substituto e quando vamos encontrar  
2730 um Secretário? Temos vários substitutos, há três anos Zilda, que eu venho  
2731 acompanho essa política. Então, por que a Secretaria não aparece na formação  
2732 desses Comitês de Bacias? Por que a Secretaria não aparece simplesmente? Não  
2733 adianta defender. O que nós queremos aqui não é criticar, nós estamos querendo  
2734 Zilda, é que essa Secretaria comece a funcionar mesmo, ou então, a Secretaria  
2735 está esperando pela ANA, ou é a ANA esperando pela Secretaria? O certo é que  
2736 esvaziou a Política de Recursos Hídricos nesse país. Nós precisamos fazer com  
2737 que a água seja realmente fortalecida, no Nordeste não tem mais água, para você  
2738 ter uma ideia a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados vai sexta-  
2739 feira a Teresina para fazer uma seminário para discutir a formação do Comitê da  
2740 Bacia do Rio Parnaíba, será que é uma intervenção do Congresso no Executivo,  
2741 ou é por que o Executivo não está seguindo as leis? Então, nós vamos ter sexta-  
2742 feira uma reunião da Comissão do Meio Ambiente na Câmara dos Deputados para  
2743 discutir a Gestão Hídrica do Estado do Piauí, a situação atual da criação do comitê  
2744 da Bacia do Rio Parnaíba e o Sistema Estadual de Saneamento Básico. Então,  
2745 nós estamos vendo Secretário, eu sei que é muito difícil o senhor acompanhar  
2746 tanta coisa e cada um tiver dando conta do seu trabalho, o certo é que está  
2747 esvaziamento total de Secretaria de Recursos Hídricos, os Estados, as ONGs  
2748 recorrendo a Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados para tentar  
2749 implementar o Comitê de Bacia, 12 anos a ANA não fez nada; 12 anos e a  
2750 Secretaria de Recursos Hídricos, que a Zilda estava defendendo, não fez nada.  
2751 Então, não é uma crítica, é uma cobrança, porque nós estamos aqui não é para  
2752 criticar é para ajudar, para cobrar, para colaborar e dizer que não está bem, se  
2753 nós dissermos que estamos bem, nós estamos enganando ao Secretário e  
2754 estamos enganando a Ministra, nós temos que dizer que precisa melhorar, precisa  
2755 que isso aconteça e é a própria Constituição no seu art. 20 colocou: somente os  
2756 rios da União mais o Estado, vamos colocar tudo isso, vamos ver aquela questão  
2757 de premiar os produtores de água, falta água, onde tem pastagem e muitos  
2758 lugares acabou água, vamos proteger as nascentes, os olhos d'água e fazer com  
2759 que a água comece, está dando para ver, nós estamos tendo um problema sério  
2760 nesse país é a questão da água. Se temos que reformular a Lei de Recursos

2761 Hídricos vamos reformular; se tem que reformular a lei que criou a ANA, vamos  
2762 reformular, o que nós precisamos é melhorar a gestão da água nesse país. O  
2763 Governo precisa ir em cima dessa questão, porque está dando sério, é um  
2764 problema sério mesmo, no Sudeste está faltando água no reservatório, a  
2765 integração das bacias como que está? Nós precisamos colocar a questão da água  
2766 como uma questão, é um desafio para o Governo Brasileiro, é um desafio, porque  
2767 nós tínhamos problemas sérios, que é o problema climático, temos o problema de  
2768 seca, de estiagem como no Nordeste. No Piauí nós estamos com cento e tantos  
2769 municípios do semiárido em calamidade pública com abastecimento de carro pipa.  
2770 Então, o que está faltando é gestão da água, não é escassez, é a distribuição  
2771 dessa água, que não está sendo o armazenamento dessa água, o  
2772 aproveitamento, a estocagem dessa água. Então, Secretário era isso que queria  
2773 dizer. Eu vou te dar aqui a programação que vai acontecer em Teresina e digo que  
2774 a Secretaria de Recursos Hídricos tem que mostrar a cara e cobrar o cumprimento  
2775 dessa Lei, ir atrás da ANA, se a ANA não estiver, nós vamos trabalhar para que  
2776 esse Conselho de Recursos Hídricos e o Conselho Nacional do Meio Ambiente  
2777 seja o único Conselho Integrado e que essa Resolução seja mais fortalecida, e  
2778 que o Conama também, nós estamos tendo um dia de reunião, está esvaziado eu  
2779 falei, nós tínhamos três dias de reunião, passou para duas e agora uma e estou  
2780 preocupado que a própria seja meio dia, porque nós estamos caindo de três, para  
2781 dois, para um, a pauta vazia, muitas coisas que colocam não entra na pauta, é  
2782 uma censura mostra com relação as moções, moções é uma cobrança, moções  
2783 é uma proposta, moções não é uma crítica. Então, quero que leve isso em  
2784 consideração e muito obrigado.

2785

2786

2787 *(Palmas!)*.

2788

2789

2790 **O SR. RENATO EUGÊNIO DE LIMA (ANAMMA)** – Boa tarde a todos. Meu nome  
2791 é Renato Eugênio de Lima, eu sou geólogo e professor na Universidade Federal  
2792 do Paraná e diretor do Centro de Apoio Científico em Desastre da Universidade  
2793 Federal do Paraná e por um honroso convite do Prefeito Gustavo Fruet, Secretário  
2794 de Meio Ambiente da cidade de Curitiba. Três assuntos. Então, o primeiro  
2795 compartilhar com o Conselho que a cidade de Curitiba presidente, nesse ano  
2796 inaugurou a Reserva do Buju, que parecia impossível dois anos atrás, mas que  
2797 depois de um trabalho bastante interessante junto as populações foi inaugurado, é  
2798 a maior unidade de conservação, de biodiversidade em área urbana do Brasil com  
2799 8 milhões e metros quadrados, metros, eu não vou confundir com o tamanho do  
2800 Brasil. Segundo ponto Sr. Presidente, é compartilhar com os conselheiros que  
2801 realizamos em outubro o Seminário Nacional de Resiliência, Cidades,  
2802 Comunidades e Clima. Durante três dias integrantes do Fórum de Secretário de  
2803 Meio Ambiente das capitais brasileiras, SB-27, da Anamma, Associação Nacional  
2804 de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, Entidades Nacionais e Internacionais,  
2805 discutimos resiliência, mitigação e adaptação as mudanças do clima. Resultamos  
2806 em uma participação de 188 pessoas, todas a convite, seminário não foi aberto, a

2807 maioria das capitais brasileiras presentes nessa reunião e emitimos a carta de  
2808 Curitiba sobre cidades e resiliência, e é uma pena que a ministra não pode ficar,  
2809 mas pedi a especial atenção para equipe do Ministério em tomar conhecimento  
2810 das mais de 20 recomendações desse seminário realizado em Curitiba e dos  
2811 pontos da carta de Curitiba. Eu entreguei pessoalmente ao Cristhi. O seminário foi  
2812 quatro, cinco dias depois da divulgação do documento do Ministério e fez a  
2813 apresentação do documentos lá em Curitiba. E o terceiro ponto é fazer algumas  
2814 considerações a partir desastre também em Minas Gerais. Eu já acompanhei  
2815 desastres como esse em diversos locais do mundo, eu faço parte da equipe das  
2816 Nações Unidas, que chama equipe UNDAC, *United Nations Disaster Assessment*  
2817 *and Coordination*, são 50 especialistas do mundo inteiro, especialmente  
2818 selecionados para resposta a grandes desastres ambientais naturais do planeta e  
2819 nos facilita a análise quando nós classificamos e organiza os fatores que são  
2820 intervenientes nesse tipo de processo e é bastante útil classificar os fatores em  
2821 fatores causadores. Os fatores causadores são aqueles que determinam se  
2822 aquele episódio vai ou não vai acontecer, por exemplo, houve um erro no material  
2823 construtivo e mais cedo ou mais tarde vai acontecer, vai haver o colapso. Depois  
2824 temos um outro tipo de fatores, que são os fatores controladores e que controlam  
2825 a magnitude daquele acidente, estava chovendo, nesse caso alguém falou assim,  
2826 Deus, ajude Minas. Houve a ajuda de Deus, ou sorte quando esse colapso  
2827 aconteceu durante o dia, porque se acontecesse durante a noite talvez, eu até  
2828 falei isso para a CBN de Belo Horizonte, talvez nós tivéssemos um número de  
2829 vítimas fatais muito maior. E existem os fatores deflagradores, que são aqueles  
2830 que provocam naquele momento o desastre, não são os causadores, são os  
2831 deflagradores e tenho escutado muito sobre os fatores deflagradores. A minha  
2832 sugestão é que se debrucem sobre os fatores causadores, os fatores  
2833 controladores; os deflagradores muitas vezes nós controlamos, outras vezes não,  
2834 mas os causadores e os controladores muitas vezes nós temos controle sobre  
2835 esses fatores. E não vejo agora pessoalmente que nós tenhamos que mudar a  
2836 estrutura do país de licenciamento para enfrentar esse tipo de coisa, nós temos é  
2837 que fazer ela funcionar bem, não adianta nós mudarmos uma coisa que não  
2838 funciona talvez como nós gostaríamos e por outra coisa que também não vai  
2839 funcionar como nós gostaríamos. Nós temos que fazer os sistemas do país  
2840 funcionar bem e seriamente. Obrigado. (*Palmas!*).

2841  
2842

2843 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário Executivo do Conama (MMA) –**  
2844 Obrigado Renato. Eu queria só comentar que nós tivemos praticamente duas  
2845 horas e meia de tribuna livre nessa reunião do Conama e alguém fez quinze  
2846 minutos ordenamento programados, e que parte dos problemas relacionados ao  
2847 questionamento do esvaziamento, salvo engano, senão a pauta substantiva, mas  
2848 isso vai ser objeto para conversarmos em outros momentos, perdão, na pauta  
2849 deliberativa, nós temos agora a sessão dos informes. Eu queria começar  
2850 convidando a Cilene para falar sobre o Plano Nacional de Energia, perdão, a  
2851 Cilene trouxe um substituto, o Paulo César vai falar. Lembrando que esse convite  
2852 tem a ver com uma demanda para que compreendamos com mais profundidade e

2853 clareza uma série de questões relacionadas a organização do setor elétrico,  
2854 envolvendo o setor nuclear, o setor de petróleo e gás, setor de eletricidade e  
2855 outros. Paulo, antes de você falar, o Polignano quer levantar um ponto.

2856

2857

2858 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy SOS Rio das**  
2859 **Velhas)** – É só para nós não ficarmos com a sensação de que só fizemos  
2860 cartasse aqui, mas eu digo assim eu acho que eu queria respaldar até uma  
2861 proposta que a Ministra fez na parte de manhã que as outras falas meio que  
2862 reforçaram isso, eu acho que dado que o envolvimento dentro do Estado ele está  
2863 muito exacerbado por conta de todo evidentemente o clima criado com a questão  
2864 da tragédia, eu acho importante que se o Conama trouxesse para si um grupo,  
2865 que eu vou chamar de observador, de alguma coisa assim, em que os setores  
2866 pudessem compor esse grupo, Estado, empresas e sociedade exatamente em  
2867 cima da fala que o colega falou ali, que eu também entendo e falei isso, que nós  
2868 temos, na verdade, um conjunto e nós temos que entender o conjunto da obra até  
2869 para saber se a norma permanece ou não. O secretário aqui explicou que estava  
2870 tudo dentro da norma, isso que me preocupa, porque se a norma está adequada e  
2871 nós estamos tendo problema, então, nós temos que discutir. Então, eu acho que  
2872 essa é uma situação que dada a dimensão dela, eu queria talvez pensássemos  
2873 em uma forma de formatação de um grupo dessa ordem que pudesse nos ajudar  
2874 nesse debate, porque eu acho que no nível do Estado a coisa está num nível  
2875 muito intenso ainda e acho que a posição do Conama no sentido de uma  
2876 Comissão iria contribuir. Só isso.

2877

2878

2879 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário Executivo do Conama (MMA) –**  
2880 Obrigado. Vamos, então, Paulo.

2881

2882

2883 **O SR. PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES (MME) –** Boa tarde a todos.  
2884 Eu gostaria de agradecer o convite da Presidência da Conama ao Ministério de  
2885 Minas e Energia para fazer a apresentação do Plano de Expansão de Minas e  
2886 Energia atendendo aqui a moção 127/2015. Meu nome é Paulo Cesar Domingues,  
2887 eu sou Diretor de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia e é  
2888 sempre bom fazer, discutir principalmente esses conselhos a questão energética.  
2889 Antes de falar do plano de expansão, é bom entender como é feito o planejamento  
2890 energético brasileiro, quais os documentos que são utilizados pelo Ministério de  
2891 Minas e Energia para fazer esse planejamento. Bem, o Ministério trabalha com  
2892 dois documentos desde a década de 80 esses planejamento são feitos, talvez  
2893 sejam dos setores há mais tempo, têm essa sistemática de elaborar planejamento  
2894 de longo, de curto e médio prazo. O primeiro deles é o Plano Nacional de Energia,  
2895 que ele é feito, esse plano, dá uma visão estratégica da energia, plano de longo  
2896 prazo não é um plano de obras, é só um direcionamento, uma visão estratégica  
2897 como deve se encaminhar a energia. O plano atual que está em vigência, é o  
2898 plano 2030, que foi elaborado ainda em 2005, esse plano está sendo revisto e já

2899 está ultrapassado em certos pontos, e nós estamos trabalhando agora no plano  
2900 2050. A parte de cenários demográficos, cenários de demanda, cenários  
2901 macroeconômicos está pronto e está faltando concluir o cenário de oferta de  
2902 energia. Esse plano deve ser concluído agora no primeiro semestre de 2016. O  
2903 segundo plano é o plano mais de curto e médio prazo que é o plano, que é o  
2904 chamado PDE, mais conhecido, é o Plano Decenal de Expansão de Energia, ele  
2905 faz o planejamento nos próximos dez anos, tanto de energia elétrica, petróleo,  
2906 gás, transmissão, biodiesel e etc., esse plano, na verdade, ele alimenta e se  
2907 retroalimenta com os leilões de energia que são feitos. Então, a partir desse plano  
2908 são licitados os empreendimentos, tanto de geração, como de transmissão, até  
2909 petróleo e gás, e em função dos resultados do leilão, ele auto se realimenta.  
2910 Então, ele é ciclo dinâmico e adaptativo esse plano, ou seja, todo ano é revisto, é  
2911 colocado em Consulta Pública, recentemente foi colocado o plano 2024, vai ser  
2912 publicado agora até o final de dezembro e a partir das contribuições da Consulta  
2913 Pública, ele é retroalimentado para o ciclo seguinte. Onde estamos em energia?  
2914 Esse aqui são algumas informações do plano. O Brasil, isso aqui mostra, esse  
2915 slide mostra a matriz energética do mundo e do Brasil, comparada com o Brasil, a  
2916 matriz de oferta interna de energia, mas nós percebemos que no mundo os três  
2917 primeiros energéticos mais consumidos são petróleo, em primeiro lugar, carvão e  
2918 gás natural, ou seja, o mundo em média tem o consumo muito grande de  
2919 combustíveis fósseis, renováveis hoje representa, isso são dados de 2014, 13,6%,  
2920 enquanto que combustíveis fósseis 81,6%. Quando comparamos com o Brasil, o  
2921 Brasil primeiro lugar é o petróleo, assim como no mundo, isso fortemente  
2922 lastreado no setor transporte, isso aqui é energético, não é energia elétrica. E  
2923 segundo lugar tem um energético que nenhum outro país tem, que são os  
2924 derivados da cana-de-açúcar, é o segundo energético mais utilizado. Quando  
2925 somamos com hidro, mais eólica e outros renováveis, essa matriz é quase 40%,  
2926 39% renováveis comparado com 59% combustível fóssil. Então, em relação ao  
2927 mundo nós ainda estamos com uma matriz bem mais limpa e o nosso esforço é  
2928 manter essa matriz limpa. Então, os planos de expansão elaborados pelo Governo  
2929 são de tentar transformar a matriz cada vez mais limpa, tentar melhorar a matriz  
2930 atual. Quando olhamos a matriz de energia elétrica aí, então, as renováveis tem  
2931 uma posição de mais destaque comparado com o mundo, o mundo consome mais  
2932 carvão. Então, em média 40% da energia consumida no mundo é o carvão; em  
2933 segundo lugar o gás natural, quando olhamos o Brasil a hidro que no mundo só  
2934 ocupa o terceiro lugar na fonte mais utilizada, o Brasil é 65% contra 16,5% do  
2935 mundo e somando todas as renováveis o Brasil tem em torno de 75% de energias  
2936 renováveis contra 22,6% do mundo. Então, o próximo slide mostra como é o  
2937 sistema elétrico brasileiro. Então, para planejar esse sistema, o nosso sistema tem  
2938 4 mil quilômetros de extensão, dimensões continentais e mostra praticamente o  
2939 tamanho da Europa, o sistema único do país, quase que totalmente interligado,  
2940 99% da população brasileira está interligada há um Sistema Nacional, isso é muito  
2941 raro em outros países você ter um sistema tão ramificado igual o brasileiro, a  
2942 capacidade instalada de quase 140 gigawatt, onde 65% é hidro, 28,5 térmico, 1,4  
2943 nuclear e eólica 4,8; eólica está tendo um crescimento enorme e vou mostrar para  
2944 frente já sendo praticamente a terceira fonte mais importante. Esse sistema

2945 atende uma demanda máxima de 85 gigawatt, verificado em fevereiro do ano  
2946 passado a demanda máxima até hoje que nós tivemos, 78 milhões de unidades  
2947 consumidores e cerca de 126,600 quilômetros de linha de transmissão, de 230kv  
2948 igual ou maior 230kv, isso não considera as redes de distribuição das  
2949 concessionárias estaduais, só as grandes linhas de transmissão. Então, é um  
2950 sistema enorme em termos de comprimento de linha. Bem, para onde vamos em  
2951 termo de energia? Os planos decenais se baseiam de parâmetros, premissas  
2952 demográfica e econômicas. Então, o plano atual, que é o PDE/2024, ele parte de  
2953 2014 uma população brasileira com 204 milhões de habitantes crescendo a 0,7%  
2954 ao ano chegando em 2024 com 218 milhões e PIB per capita partindo de R\$  
2955 19.700,00 per capita para 25,1, R\$ 25.100,00, e o crescimento é 2,5%. Isso são  
2956 premissas utilizadas para se chegar ao crescimento da demanda. Bem, a oferta  
2957 interna e consumo de energia elétrica, a oferta interna 624 terawatts-hora, um  
2958 crescimento de 4,2 chegando em 2024 com 941 e um consumo per capita de  
2959 energia elétrica saindo de 2600 quilowatts-hora para 3700, ou seja, apesar de um  
2960 crescimento de 3,5%, quando nós comparamos com o mundo, nós vamos que a  
2961 nossa perspectiva é chegar em 2024 com o consumo per capita próxima do que o  
2962 Chile tinha em 2008, por exemplo, próxima ao que a Venezuela tinha em 2012.  
2963 Então, isso sem comparar com países igual aos Estados Unidos, Austrália, Coreia  
2964 do Sul que tem um consumo per capita muito alto de energia elétrica. O que nós  
2965 estamos fazendo ainda é um crescimento modesto em termos comparado com  
2966 outros países, principalmente países no hemisfério sul. O que significa um  
2967 crescimento de 3,5% do consumo de energia elétrica? Significa que o Brasil tem  
2968 que dobrar a sua capacidade instalada a cada 21 anos, isso considerando o  
2969 crescimento de 3,5 do consumo de energia elétrica. Quando nós comparamos  
2970 com outros países a China, por exemplo, no crescimento de 11,4% do consumo  
2971 de energia, a cada 7 anos ela tem que duplicar a capacidade instalada dela.  
2972 Então, se considerarmos os países OCDE, por exemplo, países já com uma  
2973 economia consolidada, eles praticamente não crescem, na verdade as novas  
2974 fontes substituem o carvão, que é muito utilizado no sistema. Então, se  
2975 comparado com França, que é cem anos para duplicar a capacidade dela, Canadá  
2976 232 anos, ou seja, países que não crescem. Nós vivemos em um país em cerca  
2977 de 20 anos, 21 anos, nós vamos ter que dobrar a capacidade atual. Então, se  
2978 esse crescimento for maior, ou seja, se nós tivermos uma economia mais pujante,  
2979 se considerado, por exemplo, 4,6% ao ano a cada 16 anos temos que duplicar a  
2980 nossa capacidade de expansão e para fazer esse atendimento ao mercado de  
2981 energia, o Brasil tem uma potencialidade muito grande de recursos naturais, nós  
2982 temos o quarto maior potencial hidrelétrico do mundo, o sexto maior potencial de  
2983 urânio do mundo, temos petróleo, gás natural agora com a descoberta do pré-sal,  
2984 carvão localizado, mas tem o potencial na Região Sul, vento que esse potencial  
2985 inclusive está subestimado se nós considerarmos o vento *offshore* aquele  
2986 potencial que está no mar isso dobra praticamente, e biomassa também o  
2987 potencial. Então, todas essas fontes têm que ser, devem ser consideradas no  
2988 planejamento da expansão baseado não só na disponibilidade da fonte, a  
2989 disponibilidade de projeto e o custos desses projetos. Então, o plano de expansão  
2990 é elaborado, o PDE/2024 prevê para os próximos dez anos agregar mais de cerca

2991 de 75 gigawatt de energia para atender todas aquelas projeções de crescimento  
2992 da demanda, desse total 85% dessa nova energia que vai ser contratada, ela vai  
2993 ser oriunda de fontes renováveis 40% de hidrelétrica, aqui inclui as pequenas  
2994 centrais hidroelétricas e as grandes centrais hidrelétricas, 26% de eólica, 10%  
2995 solar, biomassa 9% e algumas fontes como o petróleo, por exemplo, a redução da  
2996 capacidade instalada nos próximos dez anos; o crescimento maior do gás natural,  
2997 que vai depender muito da disponibilidade do preço que esse gás, principalmente  
2998 no pré-sal, vai estar disponível para o consumo de energia elétrica, ou seja, o que  
2999 nós pretendemos é continuar e até ampliar a matriz limpa e renovável brasileira  
3000 com a aquisição desses 85% de energia renovável. Com isso, nós saímos de uma  
3001 situação de uma capacidade instalada do sistema de energia elétrica no Brasil de  
3002 133 mil e 900, com a perspectiva em 2024 de 209 gigawatts. Ainda nesse período,  
3003 2024, a hidro ainda vai ser o maior percentual, mas já tem aí, percebemos um  
3004 grande crescimento da eólica, que sai de 4,9, de 3,7 por cento da estrutura da  
3005 capacidade instalada para 11,5 por cento, figurando daqui a dez anos como a  
3006 segunda maior fonte energética brasileira, e um aumento também substancial da  
3007 energia solar, que sai de zero e chega a 3,5 por cento. Como está contratada essa  
3008 energia? 56 por cento dessa necessidade de energia para os próximos dez anos  
3009 já está contratada, ou seja, o Brasil faz leilões de compra de energia de todas as  
3010 fontes, energia elétrica com cinco anos, três e um ano de antecipação. Então 56  
3011 por cento daqueles 75 mil gigas necessárias já estão contratadas, ou seja, o  
3012 sistema está praticamente atendido até 2019, algumas lacunas têm que ser  
3013 preenchidas, mas um percentual muito pequeno. E 44 por cento é energia que  
3014 falta contratar de 2020 até 2024. Quando olhamos, esse slide mostra as  
3015 contratações, como está a participação da hidroelétrica nesses contratos, quando  
3016 olhamos desde a década de 70, a hidroeletricidade respondia de 85 a 95 por cento  
3017 da energia nova que se agregava em cada decênio. Então, ela de 70 a 80, de  
3018 1980 a 1990, praticamente 95 por cento da energia era oriunda da fonte hidráulica.  
3019 Em 1990 reduziu para em torno de 83 por cento, e a partir de 2000 começou a  
3020 entrada de novas fontes, a matriz começou a diversificar, principalmente  
3021 termoelétrica, esse período foi o programa prioritário de termoeletricidade, que  
3022 entrou muita térmica a gás natural, muita energia suja no sistema, gás natural não,  
3023 óleo diesel e óleo pesado, a gás natural também, mas em menor quantidade, e a  
3024 previsão, então, no decênio 2000, 2010, a hidráulica representou 50 por cento da  
3025 energia que entrou no sistema, e a previsão do plano decenal é que cada vez a  
3026 hidráulica tenha uma importância menor para o sistema, pelas dificuldades da  
3027 implantação de novas usinas no Brasil. E no horizonte 2020 e 2224, por exemplo,  
3028 ela representa cerca de 33 por cento só da energia que vai ser inserida no  
3029 sistema. Por outro lado, nós vemos aqui o crescimento muito grande da energia  
3030 eólica, ela já representa em 2014, dois por cento da energia consumida no Brasil,  
3031 e em 2015 agora, ela vai duplicar, então ela vai representar cerca de quatro por  
3032 cento. O Brasil hoje já tem 6 mil e 700 megawatts de energia instalada  
3033 principalmente nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Rio Grande  
3034 do Sul. Com isso, nós terminamos com uma matriz com a participação em 2024  
3035 comparando com 2014, ou seja, a hidro, ainda o que precisa contratar vai  
3036 aumentar dois pontos percentuais, mais crescimentos de outras fontes, como

3037 eólica, como gás natural e biomassa e etc., de tal forma que as renováveis do  
3038 Brasil sairiam da casa dos 75 por cento em 2014, e chegaria em 84 por cento em  
3039 2024, com a redução dos combustíveis fósseis de 23 por cento para 11,5. Essa  
3040 meta, nós temos buscado para atender os nossos compromissos de emissões de  
3041 CO2 na atmosfera. Agora, esse plano precisa ter, ou seja, em termos de  
3042 quantidade de energia, nós não vemos problema de atender o sistema elétrico, ou  
3043 seja, existem fontes disponíveis, a cada leilão de energia para ter uma ideia, cerca  
3044 de 700 a 800, chega a mil projetos eólicos cadastrados para participar do leilão.  
3045 Então, existe uma oferta muito grande, principalmente eólica, solar agora está  
3046 entrando também, centenas de projetos de plantas solares, mas é importante  
3047 fazer uma análise da qualidade dessa energia, que tipo de energia estamos  
3048 adquirindo para os próximos dez anos comparado com a energia que nós  
3049 tínhamos no passado. Esse mapa mostra a distribuição espacial dessa energia,  
3050 nós vemos aqui eólica e solar na faixa litorânea da região Nordeste, alguma coisa  
3051 na região Sul, no Rio Grande do Sul, e a solar também, norte de Minas Gerais,  
3052 Tocantins, sul do Piauí, são as regiões onde que deve mais crescer a energia  
3053 solar, e a eólica mais no litoral e interior da Bahia. A biomassa concentrada no  
3054 estado de São Paulo, basicamente, e, as solares com potencial muito parecido  
3055 com o da eólica no litoral e também no interior do Tocantins, Bahia e norte de  
3056 Minas. Ou seja, isso é uma primeira constatação locacional dessa energia. O  
3057 próximo slide mostra a capacidade de regularização do sistema, ou seja, o Brasil a  
3058 cada ano que passa nós temos diminuído a nossa capacidade de regularização  
3059 dos reservatórios, ou seja, a demanda tem crescido numa proporção muito maior  
3060 do que a capacidade de armazenamento de energia nos reservatórios,  
3061 armazenamento de água que se transforma em energia. Se pegarmos toda a  
3062 capacidade de armazenamento dos reservatórios brasileiros divide-se pela carga  
3063 de energia, carga anual de energia, nós, no ano de 2001, por exemplo, nós  
3064 esvaziariamos todos os reservatórios em 6,2 meses, esse gráfico é interessante, o  
3065 da esquerda, e a partir, em 2005, esse tempo de esvaziamento era 5,7 meses, em  
3066 2009, 5,4. Em 2013, 4,7. A perspectiva, esse aqui o PDE mostra aquela escada, e  
3067 mostra o crescimento da demanda, e aquele gráfico embaixo ali, a capacidade de  
3068 armazenamento das usinas com reservatório previstos para entrar no próximo  
3069 ano. Então, nós estamos vendo que as usinas que estão entrando são usinas  
3070 quase todas a fio d'água, ou seja, usinas que não agregam reservatório. A  
3071 perspectiva é que quando chegarmos no final de 2024, nós vamos ter  
3072 praticamente três meses, é o tempo de esvaziamento de toda a capacidade do  
3073 reservatório. Qual a constatação do plano? É uma perda gradativa da capacidade  
3074 de regularização plurianual, dificuldade da implantação de novos projetos  
3075 hidroelétricos por a maioria se situar na região amazônica, e por se situar na  
3076 região amazônica, também esses projetos não possuem reservatórios, a região é  
3077 uma região plana na sua maioria, e isso dificulta a implantação de grandes  
3078 reservatórios de acumulação de água. Então, a característica dessa energia que  
3079 vai entrar no sistema nos próximos dez anos, ela é majoritariamente renovável, ou  
3080 seja, nós pretendemos 85 por cento ela renovável, intermitente,  
3081 predominantemente intermitentes, que são as solares e eólicas, são energias que  
3082 você pode ter e pode não ter, isso ou sazonal, que é o caso da biomassa, que

3083 você tem em determinados períodos do ano e outros períodos não. E um  
3084 comportamento dessas usinas hidroelétricas da Amazônia, ela tem um  
3085 comportamento também sazonal, essas grandes usinas hidroelétricas Jirau, Santo  
3086 Antônio, Belo Monte, as usinas do tapajós tem um comportamento diferente das  
3087 usinas antigas que eram instaladas no Sudeste, que eram mais regularizadas, e  
3088 essas tem um comportamento mais sazonal. Então, é uma dificuldade muito  
3089 grande que o sistema elétrico vai ter para operação, para manter estabilidade, ou  
3090 seja, você gerenciar um sistema, operar um sistema com tanta variação de  
3091 energia, ou seja, uma eólica que de repente está ventando, e de repente para o  
3092 vento, e você tem que entrar com outra fonte para suprir a falta de uma  
3093 determinada energia. Então é uma dificuldade operacional que o operador  
3094 nacional do sistema vai ter que conviver a partir de agora, e sabendo que tem que  
3095 ter outras fontes para cobrir esses períodos sazonais, o segundo semestre do ano  
3096 onde tem pouca água, o sistema vai ter que ter uma alteração de base para cobrir  
3097 aquela falta de energia sazonal que não vai ter nesses períodos mais críticos. E  
3098 outra constatação, que essa geração está distante do centro de cá, tanto o  
3099 potencial hidrelétrico localizado na Amazônia, quanto às eólicas na região  
3100 Nordeste principalmente, vai requerer extensas linhas de transmissão, a nossa  
3101 capacidade de transmissão vai dobrar em poucos anos, vai ser o maior sistema  
3102 elétrico do mundo, para se ter uma ideia, agora em novembro e em fevereiro, nós  
3103 vamos licitar 11 mil quilômetros de linha, desculpe, 12 mil quilômetros de linhas  
3104 em dois leilões, um dezembro agora e um em final de janeiro, início de fevereiro  
3105 do ano que vem, isso significa licenciamento ambiental, ou seja, essa entrada de  
3106 novas usinas nessas regiões vão requerer também licenciamento ambiental, e  
3107 essas novas linhas para escoar essa energia, o centro de carga do Brasil está na  
3108 região Sudeste, o grande consumidor da energia no Brasil, e a localização da  
3109 geração vai estar agora concentrada no Nordeste e no Norte do Brasil. Então, o  
3110 Brasil, essa nova energia vai requerer um sistema elétrico, um sistema de  
3111 transmissão muito mais ramificado do que nós temos hoje. A expectativa é que no  
3112 quinquênio 2025 e 2030, o potencial econômico aproveitável e ambientalmente  
3113 aproveitável do Brasil se esgote, e nós temos já que começar a pensar quais as  
3114 alternativas que nós temos, eólica e solar são excelentes opções para energia  
3115 limpa, para o sistema, mas elas são intermitentes, não dá para ter energia, só  
3116 energia solar, eólica atendendo o estima, tem que ter energia de base que supre a  
3117 falta dessas energias em determinados períodos. Então, quais as opções que nós  
3118 queremos a partir de 2025? O gás natural, mas vai depender da disponibilidade  
3119 que teremos de gás no pré-sal, que custo que vai chegar esse gás, hoje o custo  
3120 econômico é em torno de oito dólares por milhão de milhão de BTU, acima disso  
3121 já não é econômico de se gerar energia com gás. Então, ele tem que chegar  
3122 nessa faixa de preço hoje, carvão mineral tem que ser tecnologia limpa, senão não  
3123 se consegue instalar uma planta de carvão, mesmo assim o carvão no Brasil é  
3124 concentrado, as reservas não são muito grandes e é concentrado em uma  
3125 determinada região, que é a região Sul, a nuclear, depende de aceitação pública,  
3126 a questão de segurança, resíduos, ou seja, é uma discussão política e energética  
3127 muito grande para o Brasil partir para essa fonte de energia que outros países  
3128 agora estão voltando a investir, como Reino Unido, Estados Unidos, o próprio

3129 Japão que já está religando as nucleares deles, já religou dois reatores, e  
3130 complementado por grande parcela eólica, biomassa, solar fotovoltaica que vai  
3131 crescer muito, e quem sabe a termo solar na região Nordeste, e lixo também,  
3132 aproveitamento do lixo, e sem esquecer os programas de eficiência energética. A  
3133 moção fala também da questão da energia nuclear, então a energia nuclear no  
3134 plano decenal de 2024, ou seja, só há previsão da conclusão da usina de Angra 3  
3135 não há mais nenhuma previsão, inclusive o próprio Conselho Nacional de Política  
3136 Energética que vai decidir pela utilização ou não, algum dia, da energia nuclear, só  
3137 definiu a Angra 3 como a próxima usina. Então, nos próximos dez anos não se  
3138 tem nenhuma previsão de instalação de usina nuclear no Brasil. No PNE 2030,  
3139 que foi feito em 2005, que foi concluído em 2005, tinha uma previsão no cenário  
3140 de referência de ter mais quatro usinas além de Angra 1, 2 e 3, até 2030 no  
3141 sistema, esse plano está sendo revisto agora pelo Plano Nacional 2050, e a oferta  
3142 não foi oficializada, ou seja, a empresa de pesquisa energética está elaborando o  
3143 cenário de oferta e ainda não se definiu como entraria a energia solar, se ela seria  
3144 ofertada nesse plano. Alguns estudos e prospecção muito preliminares foram  
3145 feitos pela Eletronuclear, pela empresa de pesquisa energética, de seleção de sítios,  
3146 uma seleção bem preliminar, mas não tem, qualquer iniciativa que se tome, a  
3147 maturação de um projeto nuclear é de no mínimo dez anos, ou seja, entre a  
3148 tomada de decisão e a entrada em operação de uma planta é no mínimo dez,  
3149 entre dez a quinze anos. Então, Brasil como tem uma grande capacidade de  
3150 reservas energéticas de outras fontes, não só urânio, nós vamos ter tempo  
3151 suficiente para debater com a sociedade se essa forma de energia, ou seja, a  
3152 energia nuclear deve ser expandida no Brasil. Então, esses são os informes que  
3153 eu trouxe, e estou aqui à disposição depois para perguntas, e espero que tenha  
3154 atendido a moção.

3155

3156

3157 *(Palmas!)*.

3158

3159

3160 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –**  
3161 Muito obrigado, Paulo, bastante didática e compreensível a exposição. Antes de  
3162 abrir para as perguntas, eu queria só fazer uma solicitação, quando for possível,  
3163 cada uma dessas fontes possuem um mapa, elas está distribuída espacialmente  
3164 diferenciada, como naquele mapa que você apresentou ali com a combinação de  
3165 todas. Para nós, na área ambiental, é muito importante conhecer o mapa das  
3166 fontes, e dentro do possível antecipar problemas, porque um problema que ocorre  
3167 recorrentemente em relação ao licenciamento ambiental, quando chega no  
3168 licenciamento ambiental só falta o licenciamento ambiental, é o que está  
3169 emperrando, é o que está atrapalhando, não pode ser assim, nós estamos falando  
3170 de planejamento de anos. Então, na verdade, o licenciamento acaba sendo um  
3171 licenciamento viabilizador, mas com uma série de decisões tomadas com muita  
3172 antecedência. Nós temos um universo de unidades de conservação bastante  
3173 substantivo, e sem entrar no mérito do licenciamento, o grau de complexidade,  
3174 mas quanto mais cedo nós dispusermos as informações sobre aonde, quando, de

3175 que forma se pretende acionar determinadas fontes de energia mais condições  
3176 nós temos de antecipar o licenciamento e minimizar problemas, nós temos um  
3177 provérbio, que você conhece aqui em Brasília, o que não é tratado sai caro, nós  
3178 estamos recorrentemente tratando a questão ambiental no último momento, o  
3179 desafio nosso é antecipar, inclusive antecipar as divergências, os conflitos, para  
3180 podermos processarmos ainda numa condição mais favorável. Mas, enfim, isso foi  
3181 um comentário impertinente meu, está aberta o debate para quem tiver perguntas.  
3182 Francisco, Raul, mais alguém? CNI. Perdão, Mário. Cadê o Guilherme? Estava aí.  
3183 Guilherme, Patrícia, não, só estou fazendo a chamada aqui. Pois não, Francisco.

3184

3185

3186 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Eu fui exatamente a  
3187 pessoa que trouxe a proposta do Ministério de Minas e Energia para conhecer os  
3188 números da energia no Brasil, uma vez que nós do Conama somos e seremos  
3189 maiores aliados para que as energias renováveis, o investimento do Governo  
3190 Brasileiro com orçamento, têm que ter todos unidos para que as fontes de energia  
3191 limpa seja prioritário, no momento em que nós estamos que a crise hídrica no  
3192 Brasil gerou essa grande preocupação, os apagões, no meu estado tem apagão  
3193 toda semana, quase todo final de semana um apagão aqui e outro acolá, e vemos  
3194 como podemos contribuir com a política de energia no Brasil, se nós sabemos que  
3195 o Nordeste é rico em sol, é rico em vento, essa semana mesmo saiu manchete  
3196 nos jornais que o grupo da Coréia estaria interessado em produzir placas para  
3197 energia solar no Piauí. Então, vejam, conhecimento que grupo americano e  
3198 espanhol estaria interessado em investir em energia eólica no litoral do Piauí. No  
3199 Piauí colocou ali os números, nós já temos polos na divisa com Pernambuco de  
3200 energia eólica, e temos um polo na Pedra do Sal em Parnaíba, mas a cada dia  
3201 esse assunto aumenta por causa dos apagões, e outra, por falta de água, porque  
3202 nós não podemos ter um setor elétrico apenas apelando para São Pedro, nós  
3203 temos São Pedro que tem sido bom ao longo de muitos tempos, mas agora faltou  
3204 água, os reservatórios estão difíceis, tem a água de abastecimento, a lei de  
3205 recursos hídricos que estabelece para o abastecimento humano, depois é que o  
3206 setor elétrico vai ter que usar essa água, porque nós vimos aqui que a água e a  
3207 energia estão gerando problema para o Brasil, inclusive os investidores externos  
3208 estão calculando o preço da energia que está cara, porque está cara? Porque nós  
3209 não temos tendo mais fontes naturais, as hidrelétricas não conseguiram avançar,  
3210 se falou que na Amazônia está difícil a perspectiva de avançar para o reservatório.  
3211 E o que nós temos disponível é que o Ministério de Minas e Energia, e até nesse  
3212 licenciamento ambiental, o avanço nessa energia renovável, busque recurso, peça  
3213 apoio do Ministério do Meio Ambiente, peça apoio do Conama para fazer valer  
3214 essa política, porque as termoelétricas, nós sabemos que elas são antieconômicas  
3215 e antiecológicas, por liberar mais CO<sub>2</sub> na atmosfera, mais poluente na atmosfera,  
3216 aumentar o aquecimento global e o buraco na camada de ozônio, e por outro lado,  
3217 as termoelétricas poluem duas vezes que eu digo, poluem a atmosfera e polui o  
3218 bolso do brasileiro com a bandeira vermelha polui dos dois lados. Então, quantas  
3219 termoelétricas nós temos no Brasil hoje funcionando? Eu lhe pergunto. Qual o  
3220 plano do Ministério de Minas e energia para ir gradualmente desativando essas

3221 termoelétricas? Que até quando nós vamos ter, quer dizer, respirar a redução e a  
3222 saída da bandeira vermelha, que as termoelétricas são caras, que usa madeira,  
3223 usa carvão, biomassa, óleo diesel, sei que nós não vamos dizer que elas vão  
3224 zerar, que há momentos de apagões e necessidade premente, mas acho que a  
3225 hora de trabalharmos num plano exatamente muito forte para que as fontes  
3226 renováveis de energia eólica, que nós temos potencial no Nordeste, vamos  
3227 explorar, a energia nuclear, se viu ali que vai demorar um pouco, é muito mais  
3228 complicado a produção para chegar a geração, mas o que é mais rápido seria a  
3229 energia eólica e a energia solar. As hidroelétricas gastam até mais tempo, em Belo  
3230 Monte no Pará, já está operando? Não está. Só tem a Jirau e Santo Antônio lá na  
3231 Amazônia. Então, nós precisamos andar rápido, porque senão nós vamos  
3232 conseguir o desenvolvimento do Brasil, sem energia e sem água, o Brasil não vai  
3233 crescer, ninguém quer, o custo da energia está fechando as indústrias, até as  
3234 fábricas de picolés estão fechando, porque a energia fica mais cara do que o valor  
3235 de picolé. É isso. Você falou que o sistema grande é o da energia eólica, é a  
3236 existência de linhas de transmissão, é que nós estamos já vendo isso, já tem polo  
3237 produzindo, não está conseguindo interligar ao sistema. Então, eu agradeço até, e  
3238 dizer que o Congresso ontem mesmo só se falou em energia. Então, a energia,  
3239 secretário, é a pauta número um do Congresso Nacional, e também devia ser a  
3240 pauta número um do Conama aqui do Ministério.

3241

3242

3243 **O SR. RAUL SILVA TELLES VALLE (SEMARH/DF)** – Eu queria agradecer a  
3244 apresentação, bastante elucidativa. E eu tenho algumas perguntas pontuais, eu vi  
3245 que a geração solar, embora aumente exponencialmente perto do que tem, que é  
3246 quase nada, ainda assim, em todos os cenários é pouco perto das outras. Então, a  
3247 minha pergunta primeira é a seguinte, está se considerando a solar distribuída,  
3248 alta geração, telhado das casas ou isso só leva solar concentrada? Seja termo ou  
3249 fotovoltaica. Então, essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta, eu vi uns dos  
3250 pontos de preocupação é a dimensão de capacidade de reservação no fundo das  
3251 hidroelétricas, de estabilidade do sistema, como leigo já escutei isso, e queria  
3252 perguntar aqui, eu sei que essas fontes eólicas e solar que são ditas intermitentes,  
3253 mas elas se associadas a hidroelétricas com barragens, que nós temos com  
3254 reservatório, é uma forma de guardar água, então, eu queria entender se isso está  
3255 lá definido e está previsto dessa forma ou não. Terceira questão é o seguinte, e,  
3256 aí, me chamou a atenção, que depois de 2030, salvo engano, está dito aí como  
3257 cenário em que se acaba o potencial hidroelétrico, ou seja, expansível, outros  
3258 diriam que pode ser antes do que é isso, porque isso depende do que é viável e  
3259 do que não é viável, e eu vi que nós voltaríamos a ter naquilo que se expande  
3260 como energia de base, muito carvão, gás, e, enfim, tinham ali conjecturas, a minha  
3261 primeira questão é se isso está sendo levado em consideração na proposta  
3262 brasileira que foi apresentada agora para a COP21, porque justamente nós  
3263 estamos nos comprometendo a diminuir, e 2030 é um dos marcos, quero saber se  
3264 isso está sendo levada em consideração, eu imagino que sim, mas só queria essa  
3265 confirmação. Por fim, a última questão é o seguinte, há pouco tempo atrás, final do  
3266 ano passado, a Tesla, que é uma companhia que faz carros elétricos, lançou no

3267 mercado uma bateria para uso doméstico com alta capacidade de reservação, até  
3268 onde eu sei, a promessas delas é que casas de até algumas pessoas com telhado  
3269 coberto com energia fotovoltaica poderia passar dias e dias sem pegar energia do  
3270 sistema, aquela bateria teria a capacidade para guardar isso, enfim, o campo de  
3271 baterias, sobretudo, pelos carros elétricos, mas não só, têm se desenvolvido,  
3272 então a pergunta é a seguinte, seria factível, levou-se em consideração o cenário  
3273 onde teríamos a capacidade de reservação em baterias também ou isso ainda não  
3274 está no cenário? Muito obrigado.

3275

3276

3277 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** – A minha pergunta  
3278 inclusive o Raul fez o favor de me tirar a originalidade dela, mas é em relação a  
3279 INDC, de que maneira que vocês participaram dessa discussão, definição  
3280 daquelas medidas adicionais que estão previstas na INDC, e se isso está sendo  
3281 contemplado no planejamento, de que forma isso vai ser visto e vai ser pensado  
3282 no nosso planejamento futuro, pensando em 2025 e 2030, que são as datas  
3283 colocadas na INDC brasileira, no compromisso brasileiro para a COP21?  
3284 Obrigado.

3285

3286

3287 **O SR. PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES (MME)** – Francisco, na  
3288 verdade é a seguinte, os contratos das térmicas. Você fez uma pergunta sobre se  
3289 não pode tirar essas térmicas a óleo diesel, óleo combustível, que emitem CO<sub>2</sub>, do  
3290 sistema, na verdade, nós temos um contrato com elas até 2023, as térmicas,  
3291 mesmo essas com geração à combustíveis fosseis, é igual um seguro de vida, nós  
3292 pagamos para nunca precisar utilizar e torce para não utilizar, elas são a garantia  
3293 do sistema para situações igual estamos vivendo agora, nós estamos pagando um  
3294 preço caro, mas se não existisse essas térmicas, nós íamos pagar muito mais  
3295 caro, porque era o custo para o déficit, ou seja, é não energia, então a economia  
3296 ia ser um caos. Então, elas foram muito criticadas, mas elas hoje estão ajudando a  
3297 contribuir para salvar na verdade a questão, nós estamos enfrentando no  
3298 Nordeste uma das piores secas até hoje, se não me engano a pior, Sobradinho  
3299 está operando com três por cento do volume hoje.

3300

3301

3302 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA)** – E  
3303 vai piorar.

3304

3305

3306 **O SR. PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES (MME)** – Pois é. Então, a  
3307 situação é crítica, há um tempo atrás, nós recebemos do Ministério de Minas e  
3308 Energia um grupo de energia lá do Canadá, o equivalente ao Ministério de  
3309 Energia, desculpe, do Canadá não, da Austrália, eles falaram que tiveram sete  
3310 anos de seca seguida na Austrália, nós estamos indo já para o terceiro ano.  
3311 Então, isso é muito preocupante, é por isso que nós temos que diversificar a  
3312 matriz, as renováveis estão ajudando muito, respondendo também o Raul, nós

3313 queremos ampliar, a solar é o que falei, se você pegar o plano decenal de dez  
3314 anos atrás, você não vai ver no plano nenhuma eólica, o avanço tecnológico está  
3315 enorme e o custo, se tomássemos essa decisão há dez anos de plantar eólica,  
3316 nós pagaríamos caríssimo por essa energia, os preços estão despencando,  
3317 porque o Brasil está entrando em solar só recentemente? Porque o preço está  
3318 bastante competitivo, nós fizemos um leilão, o Brasil é um dos maiores mercados  
3319 no mundo, nós temos um dos melhores ventos do mundo, o fator de capacidade  
3320 do nosso vento, só na Patagônia que vi dados de ventos melhores do que os  
3321 nossos. Então, não só de quantidade, de intensidade de vento, mas de direção, o  
3322 nosso vento é concentrado numa direção, na Rosa dos Ventos, não é como outros  
3323 países que venta de todos os lados e isso atrapalha o aero gerador. Então, as  
3324 fontes, as tecnologias, por exemplo, como o hidrogênio, em 92, eu vi um trabalho  
3325 de um pesquisador brasileiro, se não me engano da Unicamp, ele falava em um  
3326 carro de hidrogênio, com células de hidrogênio, na verdade não era célula, ele  
3327 colocava um tanque de armazenamento de hidrogênio no carro, o carro era uma  
3328 Kombi, para ele andar 700 quilômetros, ou seja, daqui a Belo Horizonte, só tinha  
3329 os dois bancos traseiros, o resto era o tanque de combustível de hidrogênio, ou  
3330 seja, ele tinha uma bomba ambulante ali, porque o hidrogênio é extremamente  
3331 combustível, ele explode muito mais fácil do que outros tipos de combustíveis, é  
3332 um gás extremamente combustível. Então, hoje em dia, estava vendo há pouco  
3333 tempo no salão de automóvel no Japão, já tem carros com tanque de combustível  
3334 igual o gás natural que anda 700 quilômetros, então é um avanço natural, eu acho  
3335 que as células de combustíveis vão substituir principalmente no setor de  
3336 transporte, isso vai ajudar no cumprimento das metas. A energia solar, eu estive  
3337 agora há duas semanas atrás no Reino Unido, eles estavam se gabando que em  
3338 cinco anos eles colocaram um gigawatt de energia solar no sistema dele para  
3339 substituir, porque lá o sistema dele não cresce, a demanda não cresce, na  
3340 verdade eles substituem carvão, eles tiram o carvão e colocando o solar, um  
3341 gigawatt foi um leilão que nós fizemos, o primeiro leilão nosso, nós contamos um  
3342 gigawatt, quando eu disse isso para eles, falei: nosso primeiro leilão, nós já  
3343 contratamos um gigawatt pico que dá 200 megawatts médios. Então, essa  
3344 projeção do 24, pode ter certeza que em 2025, quando formos elaborar agora no  
3345 ano que vem, vai estar muito maior, é o que falei, ele não é o plano: vai ser 3500  
3346 no final do horizonte, não vai ser, dependendo do preço da energia e do interesse,  
3347 os fabricantes vir para o Brasil, igual vieram as eólicas, hoje os grandes  
3348 fabricantes eólicas já produzem geradores no Brasil, já tem, se não me engano,  
3349 seis aero geradores, fabricante de passe, e vai acontecer o mesmo coma solar, os  
3350 grandes fabricantes, os chineses já estão querendo vir para o Brasil, e aí, começa  
3351 a cair preço, e fica mais competitiva a energia. Então, essas metas que a pessoa  
3352 pergunta e do colega da CNI, na verdade o Ministério participou, esses índices de  
3353 85 por cento é possível chegar até 2030 mantendo esses índices, quando eu falei  
3354 no quinquênio de 2025 a 30 existe, que não temos certeza absoluta, de quando o  
3355 potencial vai ser explorado, pode ser aproveitado, mas existe ainda pequenas  
3356 centrais hidrelétricas que podem ocupar o espaço das grandes, nesse plano estão  
3357 previstas dois gigawatts de pequenas centrais, que eu acho muito modesto, pode  
3358 ser ampliado. Então, na verdade, a cada ciclo, nós vamos vendo o que está mais,

3359 o que está disponível, e vamos tentando adaptar, agora sempre com a meta de  
3360 renovável. O plano decenal é usado para, um dos documentos utilizados para  
3361 comprovar a emissão, os compromissos do Brasil de emissão de CO<sub>2</sub>, então, cada  
3362 plano que fazemos, nós temos um dos capítulos que é entrar na página do  
3363 Ministério ou da empresa de pesquisa energética, vai ver que tem um capítulo de  
3364 qual a projeção de emissão do CO<sub>2</sub> do plano, e, aí, nós temos um teto, e está bem  
3365 abaixo desse teto. Então, nós sempre trabalhamos com a meta de redução e  
3366 substituindo essas fontes. Agora, é aquilo que eu falei, é uma energia mais  
3367 complicada em termos operacionais do sistema, você não vai ter aquela energia  
3368 *flat* e firme, então, a operação do sistema com essa diversificação de fontes, aí,  
3369 acho que o Raul também fez um comentário, nós damos tanta sorte no Brasil, o  
3370 nosso País é tão grande que no fundo existe uma compensação, na verdade, você  
3371 não tem em um determinado momento todas as eólicas paradas, a solar não jeito,  
3372 à noite para todo o Brasil, mas a eólica, você tem, às vezes, você não tem vento  
3373 no Rio Grande do Norte, mas pode ter vento no Ceará, então você consegue, o  
3374 que não ocorre em outros países, porque são de menor dimensão territorial, mas  
3375 no Brasil já estamos percebendo isso, já existe uma energia firme das eólicas,  
3376 você nunca zero a eólica, já existe estados, comportamento de ventos distintos,  
3377 por exemplo, no interior da Bahia é diferente do litoral do Ceará ou litoral do Rio  
3378 Grande do Norte, isso ajuda, ou seja, é como se tivesse períodos de hidrologia,  
3379 igual a hidráulica que se tem hidrologia favorável e desfavorável, já está  
3380 acontecendo isso por vento diariamente. Não sei se consegui responder a todas  
3381 as perguntas.

3382

3383

3384 **O SR. FRANCISCO GAETANI – Secretário-Executivo do Conama (MMA) –** É  
3385 um bom começo. Obrigado, Paulo. Passar para a nossa próxima exposição, o  
3386 Ibama. Gilberto Werneck. Vou de antemão pedir desculpas ao Gilberto, agora, eu  
3387 que estou sendo chamado aqui, mas, por favor, comece.

3388

3389

3390 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama) –** Boa tarde a todos. Como todo ano o  
3391 Ibama vem, nós apresentamos os resultados do cumprimento da Resolução  
3392 Conama 416, que trata da destinação ambientalmente adequada dos pneus  
3393 inservíveis. As informações do relatório que o Ibama consolidou para o ano de  
3394 2014, levaram em consideração as informações de 18 empresas fabricantes de  
3395 pneumáticos, 558 empresas importadoras de pneus novos e 84 empresas  
3396 destinadoras de pneus inservíveis. Essas declarações são sempre recepcionadas  
3397 no sistema oficial do Ibama, que é o Cadastro Técnico Federal, e por obrigação do  
3398 artigo 16 da Resolução, nós temos que vir aqui ao Conama prestar contas de  
3399 como foi o cumprimento da Resolução ao longo do ano em exercício, o ano-base  
3400 anterior. No ano de 2014 foram então no mercado de reposição colocados 55  
3401 milhões de pneus, em torno de 55 milhões de unidades de pneus, o que totalizaria  
3402 797 mil toneladas, isso é o potencial de resíduo gerado por pneus inservíveis. A  
3403 Resolução atribui aos fabricantes e importadores o custo para implementação do  
3404 sistema de logística reversa, ou seja, é estipulado uma meta de um para um, ou

3405 seja, cada pneu colocado no mercado de reposição, ela tem que ser destinado em  
3406 peso, o pneu inservível. Então, os fabricantes e importadores devem destinar essa  
3407 quantidade de pneus. Esse mercado de reposição, então é o pneu destinado a  
3408 troca, foi uma decisão feita na revisão da Resolução 258 em 2009, hoje no Brasil o  
3409 mercado de reposição de pneus, 71 por cento dele é de responsabilidade dos  
3410 fabricantes, e 28 por cento são os pneus importados, que é responsabilidade dos  
3411 importadores. A meta do ano então nesse quadro resumo, os fabricantes, eles  
3412 tinham a meta então de 378 mil toneladas a serem destinadas, foram cumpridos  
3413 cerca de 404 mil toneladas, um cumprimento então de 106 por cento. Os  
3414 importadores tinham a responsabilidade por destinar 179 mil toneladas de pneus,  
3415 destinaram 140 mil, então cumpriram 77 por cento da meta, 77, 9 por cento da  
3416 meta. Então, ficamos com resultados, senhores, de 97 por cento da meta  
3417 cumprida para o ano de 2014, esse é o principal resultado. Nós colocamos aí um  
3418 histórico para demonstrar que os fabricantes, eles têm tido sempre um superávit  
3419 na coleta e na destinação para o cumprimento da meta, sempre acima dos 100  
3420 por cento, já os importadores tiveram uma queda entre 2012 e 2013, e ano  
3421 passado retornaram a ficar no patamar acima de 75 por cento, que era por força,  
3422 principalmente das fiscalizações do Ibama, vou comentar em breve, só o próximo  
3423 slide, por favor. Então, se nós formos ver o percentual de cumprimento da meta da  
3424 série histórica, nós saímos do ano passado em torno de 91 por cento para esse  
3425 ano atingir 97, é o melhor resultado desde a implementação da Resolução  
3426 Conama, nós observamos que em 2009 e 2010, nós ainda tínhamos uma  
3427 comercialização de créditos, existiam muitos créditos de pneus, o que fez a meta  
3428 ficar em torno de 99 por cento, mas que não era muito real, não tinha uma  
3429 aderência a realidade do passar do ano. Então 97 por cento hoje é a melhor meta  
3430 atingida pela Resolução Conama em todos os tempos de vigência. Para onde está  
3431 indo esse pneu destinado? Nós colocamos nesse quarto também que faz parte do  
3432 relatório, a principal destinação é com o processamento, então ele entra com uma  
3433 matéria-prima, insumo, combustível no processo de fabricação do clínquer. A  
3434 segunda maior em 34 por cento é a laminação, granulação, desculpe, a laminação  
3435 e a regeneração da borracha, ela tem um percentual pequeno, e outras só 0,6 por  
3436 cento. Existe a obrigação prevista na resolução ainda, de consultarem os  
3437 fabricantes e importadores declararem seus pontos de coleta de pneus, nesse  
3438 mapa, colocamos a distribuição por regiões, e foram constatadas 1558 pontos de  
3439 coletas no ano de 2014. Desses, 972 estão localizados em cidades acima de 100  
3440 mil habitantes, que é onde a Resolução determina que exista um ponto de coleta.  
3441 Já indo para a conclusão, gostaria de lembrar aqui que nas ações de fiscalização  
3442 que o Ibama executou no ano passado, foram cerca de 147 empresas vistoriadas,  
3443 137 notificações, 126 autos de infrações lavrados, e isso totalizou 1 milhão e 150  
3444 mil reais em multas aplicadas por descumprimento da Resolução. O grau de  
3445 sucesso dessa Resolução tem, ele pode ser melhorado, nós sempre vimos aqui  
3446 na plenária e faz um apelo para que os órgãos ambientais estaduais tomem parte  
3447 nesse processo de fiscalização, se abstenham de renovar licenças de empresas  
3448 destinadoras que não tem como comprovar sua capacidade de destinação, e não  
3449 licencie novos empreendimentos de destinação de pneus se não tiver como  
3450 comprovar essa capacidade de destinação de pneus, nós não queremos ter no

3451 mercado simplesmente papéis que identifique que houve um pneu destinado,  
3452 queremos efetivamente empresas que façam a destinação adequada de pneus.  
3453 Então, é muito importante que os órgãos licenciadores estaduais façam parte junto  
3454 com o Ibama na fiscalização dessas empresas. Existe ainda, não sei se isso vai  
3455 ser pauta até do próximo, ouvi um rumor, mas existe um equilíbrio sensível  
3456 econômico e técnico dessa Resolução, então, com uma possível chegada do  
3457 imposto que incida na cadeia de logística reversa, ou seja, em todos agentes, o  
3458 imposto sobre operações financeiras, isso pode tornar o recurso do pneu  
3459 inservível um pouco menos interessante do que ele é hoje, como um substituto de  
3460 matéria-prima e combustível, então fica o nosso apelo, serem observados que a  
3461 cadeia de reciclagem de pneus não é porque temos o sucesso que ela está  
3462 consolidada, ela deve ser observada com muito cuidado pelos tomadores de  
3463 decisão. E concluindo a meta de 97,6 por cento, ele é um sucesso para a área  
3464 ambiental, deveria ser estudado se o problema de saúde pública, primeiro que foi  
3465 colocado os pneus inservíveis como um reservatório para procriação do mosquito  
3466 da dengue, ele ainda é pertinente ser falado isso, porque tem se observado que os  
3467 recentes surtos de dengue são causados por falta de gestão hídrica, então, as  
3468 pessoas têm uma intermitência no seu fornecimento de água, tem um reservatório  
3469 então preparado para isso, e esses reservatórios podem ser então muito mais,  
3470 contêineres muito mais relevantes para a procriação dos mosquitos do que os  
3471 pneus eram quando as resoluções 258 e 416 foram publicadas por esse conselho,  
3472 e também a principal mudança de foco, como nós temos que enaltecer o  
3473 atingimento dessa meta, a mudança de foco que a Resolução 416 teve de dar  
3474 mais atribuição ao Estado para licenciar, obrigar a ter o ponto de coleta em  
3475 cidades grandes onde tem a maior geração de pneus, e ter acabado inclusive com  
3476 controle prévio de importação, foram os principais diferenciais para o sucesso  
3477 dessa Resolução. Então, eu acho que essa era a mensagem, e esperamos vir  
3478 aqui no ano, em uma reunião mais cedo, na terceira, e já poder compartilhar os  
3479 resultados do próximo ano de controle, que esse ano nós ainda conseguimos uma  
3480 coisa inédita, nós conseguimos em uma dos importadores suspender a  
3481 importação, era um ponto mais descumpridor da Resolução Conama, nós  
3482 conseguimos junto com a Receita Federal suspender as atividades de importação  
3483 de pneus, e essa pessoa só voltou a operar no mercado destinando uma  
3484 quantidade de pneus para cumprimento da meta. Então, isso foi um sucesso,  
3485 acredito que vamos ter réplicas boas para o ano que vem, espero estar aqui para  
3486 poder relatar isso aos senhores. Muito obrigado. (*Palmas!*).

3487

3488

3489 **A SR<sup>a</sup>. ANA LUCIA DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – Alguma pergunta?

3490

3491

3492 **O SR. RAUL SILVA TELLES VALLE (SEMARH/DF)** – Primeiro, queria agradecer  
3493 e primeiro dizer que fico feliz em ver, sempre fala de tragédias e problemas na  
3494 política ambiental brasileira, mas quando tem uma coisa que funciona, nós temos  
3495 que ressaltar, que bom que estamos tendo sucesso nisso, é muito importante. A  
3496 minha pergunta é simples, você falou que aplicou ano passado, salvo engano, 1

3497 milhão e 750 reais em multas, como isso fosse um resultado do efeito de  
3498 fiscalização, você sabe o quanto foi arrecadado disso?

3499

3500

3501 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** – Respondendo à pergunta, todo auto de  
3502 infração enseja a abertura de um processo administrativo, esse processo  
3503 administrativo deve garantir a ampla defesa e contraditório por parte do autuado, e  
3504 esses autos de infração foram aplicados esse ano por descumprimento do ano  
3505 passado, então, nós ainda temos um período de trâmite desse processo, e posso,  
3506 de repente, fazer um levantamento posterior, e incluir isso no relatório para  
3507 sabermos quantos desses resultados da fiscalização se reverteram em caixa por  
3508 pagamento de multa.

3509

3510

3511 **O SR. RAUL SILVA TELLES VALLE (SEMARH/DF)** – Na verdade, é saber se a  
3512 multa é o efeito, só se ela é paga, é importante ter essa métrica aí.

3513

3514

3515 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** – Perfeito, o mais importante não é a  
3516 arrecadação, você tem toda a razão, por isso, insistimos em mostrar os  
3517 resultados, principalmente dos importadores, onde nós temos o único lado que  
3518 vem descumprido essa melhoraria na meta atingida gradualmente todo ano por  
3519 aplicação de fiscalização. Então, esse é o resultado que deve ser mostrado, a  
3520 arrecadação é uma consequência da administração, acho que não é muito mérito  
3521 apresentar isso, mas entendo a preocupação da pergunta, e pretendemos inserir  
3522 isso no próximo relatório como resultado.

3523

3524

3525 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Boa tarde. Não é propriamente  
3526 uma pergunta para o Gilberto, mas é uma informação para os conselheiros, essa é  
3527 uma das cadeias que antecedeu a política de resíduos sólidos, juntos com os  
3528 óleos lubrificantes, embalagens de agrotóxicos e pilhas e baterias, existe uma  
3529 previsão dessas cadeias que existia antes da publicação da Lei 12.305 de 2010,  
3530 de se adequarem à política plenamente, foi o nosso entendimento quando a  
3531 política foi publicada em 2010, e nós comunicamos a esse conselho que aqueles  
3532 regulamentos que existiam antes não apresentavam uma contradição explícita, e,  
3533 portanto, eles iam ser revisto ao longo do tempo, nós estamos, provavelmente  
3534 daqui a uns quinze dias, a ministra assinará junto com o setor empresarial o  
3535 acordo de embalagens em geral, ainda restam para ser concluídos os acordos  
3536 setoriais de medicamentos e de eletroeletrônicos, e já há um desejo do setor de  
3537 pneus de se adequar à Lei 12.305 por meio de um acordo setorial. Então, o setor  
3538 de pneus nos procurou, e está elaborando uma proposta de acordo setorial, e  
3539 sendo assim, não que nós vamos revogar a Resolução do Conama, nós devemos  
3540 entrar pelo Ministério junto com o Ibama, com um pedido de revisão da Resolução  
3541 depois de concluída a etapa do acordo setorial, é uma notícia, nós já fomos  
3542 procurados, só para alargar o meu informe, nós já fomos procurados pelo setor de

3543 óleos lubrificantes, que também implicará na Resolução 364/2005, que já nos  
3544 apresentou uma proposta de Resolução, que está sendo avaliada pela nossa área  
3545 técnica, e outro setor também apresentou uma proposta, que não é pré-existentes,  
3546 que é o setor que lida com embalagens de sementes de milho, são geradas no  
3547 campo, ele pesquisou, tem formas de reciclagem. Então, é uma cadeia bastante  
3548 interessante do ponto de vista da reciclagem, da concentração para a coleta e a  
3549 reciclagem, é mais um informe que nós provavelmente, assim que nós  
3550 concluímos o acordo setorial, isso deve demorar um pouco, nós entramos com  
3551 um pedido de revisão da resolução. E parabenizar o Ibama pelo trabalho.

3552

3553

3554 **A SR<sup>a</sup>. ANA LUCIA DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – Obrigada, Zilda. Mais  
3555 alguma pergunta? Então, vamos agora para o último informe, que é uma  
3556 apresentação sobre, aí dentro desse tema, que já está sendo debatido, reciclagem  
3557 e logística reversa, que vai ser feita pelo engenheiro Francisco Pizzetti May.

3558

3559

3560 **O SR. FRANCISCO PIZZETTI MAY** – Primeiramente, gostaria de agradecer a  
3561 oportunidade de estar aqui, cumprimento a todos da mesa, os presentes, e dizer  
3562 que é uma honra estar aqui, e poder expor um pouco da nossa experiência ao  
3563 longo de um trabalho que vem realizando faz um bom tempo. A apresentação foi  
3564 intitulada como reciclagem de plásticos, e nós gostaríamos de expor o ciclo  
3565 virtuoso que beneficia a sociedade, a economia e o meio ambiente com um todo.  
3566 Gostaria de começar a minha exposição falando um pouquinho sobre o cenário de  
3567 reciclagem no Brasil, hoje, nós reciclamos, nós produzimos, melhor dizendo, algo  
3568 em torno de 24 mil toneladas de lixo por dia, e, infelizmente, apenas 70 por cento  
3569 de todo esse lixo, esse resíduo gerado, eles acabam indo para o lixão. E,  
3570 inevitavelmente, nós chegamos a uma marca de 2,9 mil lixões no país para 2,8 mil  
3571 municípios, ou seja, temos mais de um lixão por municípios, por incrível que  
3572 pareça. E, conseqüentemente o cenário da reciclagem no Brasil, quando diz  
3573 respeito a população, a mão-de-obra que trabalha nesse ramo, nós temos em  
3574 torno de um milhão de pessoas trabalhando nos centros urbanos, e se nós  
3575 imaginarmos que estamos falando de um País com algo em torno de 200 milhões  
3576 de habitantes, sendo que esse número é um pouco menor para aquela população  
3577 economicamente ativa, nós seguramente estamos perto de um número que é  
3578 próximo de meio por cento da população. Então, querendo ou não, não tem como  
3579 negar que a reciclagem no Brasil acaba abordando uma quantidade um tanto  
3580 quanto razoável da população brasileira, ou seja, possui certa envergadura.  
3581 Continuando ainda falando sobre o cenário de reciclagem no Brasil, esse gráfico é  
3582 um gráfico muito simples, mas ele desperta bastante atenção, nos últimos dez  
3583 anos, a população aumentou algo em torno de dez por cento, sendo que o volume  
3584 de resíduos cresceu mais do que o dobro, alguns estudos dizem que esses  
3585 números passam de 25 por cento. Então, se nós formos um tanto quanto  
3586 conservadores, seguramente mais do que o dobro de crescimento do resíduo de  
3587 lixo, ele aconteceu nos últimos dez anos, e porque isso acaba acontecendo?  
3588 Querendo ou não, nós criamos uma cultura de consumismo desenfreado, e

3589 inevitavelmente, como nós não sabemos muito bem o que fazer direito com os  
3590 resíduos, o que deveríamos fazer, nós acabamos criando esses resíduos que são  
3591 encaminhados para lixões. O cenário político brasileiro houve, querendo ou não,  
3592 não tem como negar, houve uma certa mudança, quando se começou a trabalhar  
3593 ou se falar muito sobre a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, em 2014, a  
3594 Política Nacional dos Resíduos Sólidos prevê alguma mudança para as empresas,  
3595 e eu gostaria de ler o que está escrito ali, porque foi colocado de maneira bastante  
3596 pertinente. O que diz? A Política Nacional de Resíduos Sólidos exige, ela não diz  
3597 boas práticas, e muito menos sugere, exige que a empresa dê um destino final  
3598 aos seus resíduos, apenas os materiais não passíveis de reutilização e reciclagem  
3599 poderão ser destinados a aterros. A Lei nº 12.305 de 2010, estabelece que todos  
3600 os lixões no País devem ser desativados. Uma coisa que acontece no meio  
3601 quando nós trabalhamos com a reciclagem, é que em que pese e a Lei diga que  
3602 resíduos que possuem reciclagem devem ser dado o destino, hoje se as empresas  
3603 encaminharem eles para os aterros, os aterros, na melhor das hipóteses, porque  
3604 muitas vezes vai para lixões e aterros sanitários, porque o custo é menor, nada  
3605 acontece. À luz disso, como houve uma mudança no cenário político, haverá  
3606 seguramente uma necessidade das empresas se adaptarem, porque agora existe,  
3607 querendo ou não, uma pressão de uma Lei, em que pese muitas vezes nós  
3608 falarmos que a Lei, será que essa Lei vai pegar, temos essa cultura infelizmente,  
3609 as empresas vão ter que se adequar a isso, sejam elas fabricantes, importadores,  
3610 distribuidores, e o que nós não fazemos muito, e porque não fazemos isso?  
3611 Porque não temos essa cultura da reciclagem, é a logística reversa, essa  
3612 problemática, melhor dizendo, terá que ser solucionada, uma vez que queremos  
3613 dar um destino correto aos resíduos. E, agora, gostaria de chamar a atenção a  
3614 dois resíduos por uma questão muito importante, notem que está escrito ali EPS,  
3615 que muitos conhecessem como isopor, que foi uma empresa chama BASF, e o  
3616 nome isopor vem porque vem de isolantes, Porto Alegre, é a contração, e depois a  
3617 BASF fez uma planta no Nordeste, e chamou de isonor, só que o nome isonor não  
3618 fincou, então nós conhecemos por isopor por Isolantes Porto Alegre. E também, o  
3619 poliuretano, que é pouco conhecido por todos, e vou falar um pouquinho deles  
3620 adiante. Mas porque falar do isopor e do poliuretano? O fato de esses dois  
3621 materiais serem expandidos, eles ajudam, sobremaneira, a manutenção dos  
3622 recursos naturais, o que acontece? Só para ter uma ideia, no isopor se tem em  
3623 torno de 97 por cento de volumes vazios de ar, três por cento apenas de matéria-  
3624 prima, e no poliuretano a mesma coisa, e vocês não têm noção, talvez, alguns  
3625 tenham da versatilidade que tem o EPS, conhecido como isopor, e o poliuretano  
3626 que está presente no dia-a-dia, e, eu vou falar posteriormente. Sobre o isopor, nós  
3627 conhecemos bem ele em que pese ser um produto recentemente inventado, em  
3628 69 na Alemanha, aqui no Brasil, nós o utilizamos muito copos, bandejas,  
3629 embalagens em geral, isso é de conhecimento público, nós temos certa intimidade  
3630 com esse material. E sobre as propriedades desse material, o isopor, na verdade,  
3631 é uma façanha tecnológica, é uma invenção muito interessante, porque além de  
3632 ser 100 por cento reciclável e reaproveitável, e iremos entrar nesse mérito daqui a  
3633 pouco, ele não tem CFC na sua composição, na sua produção consome muito  
3634 pouca energia, e quando utilizado ajuda também a termos baixa quantidade de

3635 energia, por exemplo, no isolamento térmico, e, que por sua vez, o EPS, no que  
3636 diz respeito ao isolamento térmico dele, não somente isolamento térmico, ele tem  
3637 a característica de isolamento acústico e mecânico, então, quando falamos sobre  
3638 EPS, diz respeito à inovação tecnológica é um senhor de um produto. Pois bem,  
3639 muito bom para produzir, auxilia de sobremaneira a manutenção dos recursos  
3640 naturais, porém, possui algumas particularidades na sua reciclagem, por exemplo,  
3641 o seu baixo preço específico, ou seja, a sua densidade muito baixa, faz com que o  
3642 custo do transporte seja um tanto quanto elevado, por exemplo, aquelas carretas  
3643 que vocês certamente já viram rodando de baú com 110 metros cúbicos, muito  
3644 grande, uma carreta daquela coloca em torno de mil quilos de EPS, imagina você  
3645 trabalhar com um custo desse numa marginal Tietê, com uma carreta daquele  
3646 tamanho só com mil quilos, quando que colocar outros produtos, se consegue  
3647 colocar 27, 25, até 30 toneladas do produto, então, olha o custo do transporte. Em  
3648 segundo lugar, como esse material está expandido, para que seja possível  
3649 viabilizar, existem equipamentos que você trabalha em pontos estratégicos, que  
3650 você aumenta a densidade para poder fazer o transporte, mas. Você olha como  
3651 esse custo do processo de reciclagem, ele é um tanto quanto elevado, porque  
3652 quando você trabalha com resíduo, o custo do pedágio, se você tiver  
3653 transportando uma bobina de aço ou mil quilos de EPS, você paga a mesma  
3654 coisa, e para abastecer também não é diferente. Então, nós temos que ter um  
3655 enfoque um pouco diferente. Falta de apoio do Poder Público, por exemplo, existe  
3656 muitas poucas linhas ou quase inexitem linhas de crédito para trabalhar com  
3657 reciclagem de materiais expandidos, materiais esse que ajudam de sobremaneira  
3658 a manutenção dos recursos naturais, a informalidade, como esse material tem  
3659 muito pouco valor agregado, nós acabamos tendo uma informalidade no mercado,  
3660 até como uma necessidade de sobrevivência. E, por fim, a falta de informação de  
3661 que o isopor é um material reciclável, pior do que não enfrentar a problemática de  
3662 reciclagem é encaminhá-los para aterros. Os grandes espaços ocupados, se  
3663 forem fazer um levantamento nos aterros, são em virtude dos produtos  
3664 expandidos, e o que acontece? A vida útil dos aterros cai vertiginosamente, mas o  
3665 problema não é do EPS, muito menos do poliuretano, o problema é que nós não  
3666 sabemos utilizar e reciclar direito, se morre alguém dirigindo, o problema, muitas  
3667 vezes, não é do automóvel, é das pessoas, para se ter uma ideia, o Japão e a  
3668 Coréia do Sul utilizam muito o EPS, e eles não podem se dar ao luxo de colocar  
3669 em aterros, até porque são dois países muito pequenos, e o que eles fazem? Eles  
3670 reciclam, simples assim, e acabaram com a problemática de sobremaneira, além  
3671 disso, o EPS e o poliuretano impede a impermeabilização do solo, e tem um longo  
3672 período de degradação, ou seja, é muito bom, dá para reutilizar várias vezes, o  
3673 problema é que nós não podemos colocá-lo no lugar errado. Falando ainda de  
3674 reciclagem, aqui, nós temos uma tabela, e eu gostaria de expor algumas  
3675 situações, quando se vai trabalhar ou se pretende trabalhar com o EPS, nós  
3676 começamos na cadeia com a retirada do petróleo, e tendo a produção do  
3677 monômero de etileno, monômero esse que é a base do EPS, e, depois, nós temos  
3678 a primeira transformação, que é transformar o monômero de EPS no isopor  
3679 conhecido por todos, só nessa primeira e segunda parte da tabela, nós temos 56,5  
3680 por cento de tributação, agora, pasmem os senhores, se alguém ou alguma

3681 empresa, ou instituição se aventurar a querer reciclar essa resíduo, nó estamos  
3682 falando de cadeia final de 135,25 por cento, o que na verdade é uma obrigação do  
3683 governo, então, seguramente existe uma notória bitributação, e nesse ponto, nós  
3684 temos que chamar a atenção, e gostaria de chamar a atenção dos senhores  
3685 conselheiros aqui presentes, que alguma coisa tem que ser feita, o que ela vai ser  
3686 feita, se vai ser uma isenção, uma desoneração, não importa, o que importa é que  
3687 nós temos que levar em consideração, e digo mais, a parte 2 e 3 da tabela, nós  
3688 estamos falando que o próprio fabricantes está transformando o monômero e está  
3689 transformando o monômero, e transformando no produto final, apenas quatro  
3690 empresas no Brasil possuem a capacidade de fazer isso, sendo que algumas  
3691 dezenas de milhares de empresas não fazem isso no Brasil, então seguramente  
3692 essa tributação é um pouco maior. E, aí, está lançado o desafio de reciclar o  
3693 isopor, é preciso construir cadeias produtivas para reciclagem do mesmo, sem  
3694 essas cadeias produtivas, sejam elas através da logística reversa, nós não  
3695 teremos como alcançar esses resíduos, e o que vai acontecer? Uma vez que nós  
3696 não venhamos a alcançar os resíduos, esses resíduos estão a porta dos  
3697 geradores, e os mesmos vão mandar para aterro, como vem mandando desde  
3698 sempre. Então, a problemática está justamente nos geradores de resíduos, e nós  
3699 temos que trabalhar de maneira conjunta com o fabricante do produto para que  
3700 tomemos ações coordenadas em meio a solucionar essa problemática. Falando  
3701 agora do poliuretano, poucos conhecem o poliuretano, mas seguramente as  
3702 pessoas que aqui estão presentes possuem mais de dez quilos de poliuretano em  
3703 vossas casas, digo isso porque falo provavelmente de pessoas que estão com  
3704 uma renda seguramente acima da média da população aqui nessa sala, e nos  
3705 seus refrigeradores há mais de cinco a seis quilos de poliuretano, fora nos marcos  
3706 de vossas portas, que lá estão. Então, nós aqui estamos falando de pelo menos  
3707 *per capita* em torno de treze quilos de poliuretano, e, há um tempo atrás, o  
3708 Governo fez um programa de eficiência enérgica, que era troca dos refrigeradores,  
3709 eram mais de cem mil refrigeradores, pergunta que vos faço, para onde vocês  
3710 acham que foi o poliuretano? Próximo, por favor. Assim sendo, o benefício da  
3711 reciclagem, ele é imenso, ele vai trabalhar seguramente no meio ambiente, na  
3712 sociedade, no governo e no gerador de resíduo, para o meio ambiente, a  
3713 reciclagem é seguramente uma solução para a manutenção dos recursos naturais  
3714 já utilizados, ou seja, aqueles resíduos que nós já extraímos, seguramente, é um  
3715 canal que ajuda a despressurizar de sobremaneira os recursos naturais, para o  
3716 Governo seria uma maneira de azeitar a Política Nacional dos Resíduos Sólidos,  
3717 que hoje, como falei anteriormente, é uma Lei que ainda não pegou. Para a  
3718 sociedade melhorar a qualidade de vida, isso é fato. Agora, olhem que  
3719 interessante para o gerador de resíduo, hoje, o gerador de resíduo, ele manda  
3720 para um aterro por um simples motivo, ele faz uma conta e vê que é mais barato  
3721 enviar para aterro, porque a questão da bitributação faz com que a cadeia de  
3722 reciclagem seja tão cara e que ele tenha que incentivar, porque a equação  
3723 econômica não fecha, e ele não destina para o reciclador, e destina para o aterro,  
3724 e o que acontece? Nós somos *experts* em fabricar lixões, nos tornamos muito  
3725 bons nisso, quando na verdade deveríamos fazer o contrário. E, aí, o desafio de  
3726 reciclar ali o isopor falando, mas seja o poliuretano, e eu gostaria de me ater aqui

3727 aos resíduos expandidos é, por exemplo, a desoneração tributária, existe uma  
3728 PEC de 01 de 2012, que está tramitando um tanto quanto lenta, que aborda esse  
3729 âmbito, por exemplo, uma desoneração tributária para maquinários importados  
3730 que trabalhassem de maneira efetiva no tratamento de resíduos expandidos, a  
3731 desoneração dos encargos trabalhistas, como são pessoas que trabalham em  
3732 cooperativas, em recicladores que tem um grau muito baixo de escolaridade, nós  
3733 temos uma rotatividade muito grande com esse pessoal, então, nós teríamos que  
3734 trabalhar em cima de como trabalhar por cima desses encargos. Incentivos  
3735 financeiros, se você sair daqui hoje e ir numa agência do Banco do Brasil, você  
3736 consegue assegurar seu carro, agora vai no banco do Brasil e tenta assegurar  
3737 uma recicladora? E a outra coisa é a nossa educação ambiental, que nós temos  
3738 ainda muito defasados, eu estive, no ano passado, no MTI em Boston, e em 69,  
3739 um fabricante de cadeias, que hoje é um dos maiores fabricantes de cadeiras dos  
3740 Estados Unidos, a cidade dele fica no Norte dos Estados Unidos, ele percebeu  
3741 que com o passar dos anos, a cidade a qual ele possui a indústria estava gerando  
3742 uma quantidade de locais onde eram designados os entulhos, e certo dia, o filho  
3743 dele retornou para casa, e falou que aquela praça ia ser fechada, e ela não  
3744 entendeu, e ele foi lá ver porque a praça foi fechada, e ele descobriu que os  
3745 resíduos da indústria dele tinha fechado a praça onde o filho dele estava  
3746 brincando, então ele percebeu que em longo prazo, teríamos os aterros e a  
3747 empresa dele, hoje, cem por cento da cadeira é feita com produtos que possam  
3748 ser reciclados, inclusive as partes da cadeira são feitas de materiais distintos para  
3749 que eles não venham a se misturar na hora de você desmontar a cadeira. Então,  
3750 percebam que a nossa educação ambiental está muito aquém da nossa  
3751 necessidade. Em relação a tributação excessiva, eu gostaria de tocar no terceiro  
3752 ponto, e vão me permitir ler agora, por causa dos impostos sai mais barato usar  
3753 matéria-prima virgem, nova do que reciclada, e a conta recai sobre todas as  
3754 sociedade e o meio ambiente, ou seja, quando nós temos uma equação  
3755 econômica, e vivemos em um sistema capitalista, e ela não fecha, as pessoas  
3756 acabam migrando para aquilo que convém, que é mais barato, e principalmente  
3757 quando não se tem uma lei imposta e uma fiscalização eficiente, e o que  
3758 acontece? Nos tornamos fabricantes de aterros. Mas nem tudo são pedras,  
3759 também não são mar de rosas, mas existe uma solução que tramita em ritmo  
3760 lento, que é a PEC 1 de 2012, que prevê a imunidade de impostos a produtos  
3761 acabados, elaborados preponderantemente 75 por cento com insumos  
3762 provenientes da reciclagem e/ou reaproveitamento. Não gostaria de entrar no  
3763 mérito sobre imunidade, isenção, ou enfim, o que eu gostaria de chamar a atenção  
3764 para os senhores, é que aquela questão de 75 por cento faz todo o sentido,  
3765 porque realmente, nós temos que tratar aquelas empresas que despressurizam o  
3766 consumo elevado dos recursos naturais de alguma maneira, porque se assim o  
3767 for, aqueles que se aventuram a reciclar e manter um pouco do ambiente  
3768 favorável ao qual estamos inseridos, seguramente serão desestimulado, e mais  
3769 cedo ou mais tarde, nós seremos sempre fabricantes de resíduos, até o ponto que  
3770 nos tornemos insustentáveis, e alguém vai pagar essa conta. Então, seguramente  
3771 é mais fácil domarmos um cachorro bravo do que depois um leão nervoso. Eu  
3772 gostaria de expor duas colocações, a primeira do ambientalista integrante da ONG

3773 Sócios da Natureza e conselheiro do Conama, Tadêu Santos, que fala: apoio à  
3774 proposta de incentivo ao setor da reciclagem nos sustentáveis moldes adotados  
3775 pela indústria de Santa Luzia, como forma prática e viável de reduzir os impactos  
3776 ambientais nos ecossistemas dos biomas brasileiros, e também uma frase de  
3777 Michael Potter, se um país adota as políticas econômicas erradas, o progresso  
3778 social pode estancar, agora se um país adotar as políticas política erradas, o  
3779 desenvolvimento econômico também pode estancar. A mensagem que eu gostaria  
3780 de deixar aqui, é que seguramente a reciclagem, e por meio dela, a logística  
3781 reversa, dará um forte mecanismo, um instrumento para despressurizar o  
3782 consumo que estamos tendo hoje, esse consumo voraz que temos, dos recursos  
3783 naturais, além disso, para que a reciclagem como um todo venha a funcionar, nós  
3784 temos que criar mecanismo para que o fabricante consiga escoar a sua produção  
3785 de produtos reciclados, pois do contrário, se nós não conseguirmos fazer com que  
3786 a matéria-prima reciclada se transforme em um produto, e, aí, sim premiar o  
3787 produto, alguém que se esforçou, e fez acontecer de não utilizarmos novamente o  
3788 recurso natural que estava, digamos assim, na natureza e que estava como  
3789 resíduo, num olhar diferencial, nós temos que fazer. E gostaria de fechar, e dizer  
3790 que a reciclagem seguramente, e o logística reversa como uma necessidade para  
3791 que a reciclagem venha a funcionar no Brasil, é uma atitude sustentável, e como  
3792 diz o Conama no caminho da sustentabilidade. Então, era dessa maneira que eu  
3793 gostaria de sensibilizar os senhores aqui presente, e dizer que existem pessoas  
3794 no Brasil que trabalham em voga da sustentabilidade na reciclagem, e confio  
3795 plenamente que é a maneira que nós temos de trabalhar com os resíduos  
3796 naturais, e maneira eficiente de usar uma, duas, três, N vezes, o recurso que  
3797 estamos utilizando uma só, é através da reciclagem. Muito obrigado. (*Palmas!*)

3798  
3799

3800 **A SR<sup>a</sup>. ANA LUCIA DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – Obrigada. Pergunto se a  
3801 plateia tem alguma pergunta, algum questionamento a fazer em relação a essa  
3802 apresentação?

3803  
3804

3805 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Queria agradecer a palestra do  
3806 Francisco, a parceria do Sindicato das Indústrias e da ONG Sócios da Natureza,  
3807 achei interessante até a duplicidade. Queria antes de colocar algo positivo, eu  
3808 queria fazer uma correção a apresentação do Francisco, ele mistura um pouco  
3809 alguns conceitos quando ele fala que as empresas têm que resolver, tem que dar  
3810 a destinação aos rejeitos em até quatro anos, a nossa leitura é de que são as  
3811 prefeituras, as prefeituras cobrem das empresas por meio do licenciamento  
3812 ambiental. Aí, tem uma confusão de conceitos, confunde um pouco, às vezes,  
3813 quando fala de aterro e lixão, mas eu acho que isso é para quem não está  
3814 familiarizado com a política. Eu queria te dizer, eu trouxe números claros e  
3815 precisos, mas eu tenho de cabeça, quando você diz que a política não colou, que  
3816 ela não deu certo, antes da política ser publicada em 2010, eu tinha em torno de  
3817 vinte e poucos por cento do resíduo sólido urbano sendo enviado para aterro, o  
3818 resto ia tudo para lixão, e, aí, leia-se aterro controlado é lixão, não é aterro

3819 sanitário. Hoje, os últimos números, se eu fizer uma dobradinha entre os números  
3820 do Sistema Nacional de Saneamento e do IBGE, é pouco mais de 50 por cento do  
3821 resíduo sólido urbano está ainda para aterro sanitário, não estou falando de 50 por  
3822 cento dos municípios, estou falando do volume gerado. Agora vou falar o positivo,  
3823 eu achei que trouxe alguns pontos que são muito fortes para a Lei ter dificuldades,  
3824 você foi muito feliz nessa abordagem. A primeira delas é quando você fala da  
3825 necessidade que nós temos de mudar a maneira em que consumimos, em que  
3826 geramos mais resíduos, até quando você mostra no início da apresentação a  
3827 diferença do crescimento populacional para a geração de resíduos, isso é um  
3828 desafio grande, a política de produção e consumo sustentável é um dos  
3829 instrumentos da política, e é um desafio fazer com que as pessoas mudem a sua  
3830 forma de consumir, o Brasil atravessou um período de prosperidade, onde houve  
3831 um aumento substancial nas diversas camadas de consumo em geral de bens de  
3832 consumo, até de alimentos, mas não mudou a sua maneira de consumir, ou seja,  
3833 continua sem pensar se ao trocar um eletrodoméstico, ele realmente precisa, se  
3834 ele não está gerando mais resíduos desnecessariamente. Você falou do programa  
3835 das geladeiras, aí, eu faço um outro parênteses, a parte que foi da troca de  
3836 geladeiras que foi desenvolvida pelo Governo Federal, as geladeiras foram  
3837 encaminhadas para destinação ambientalmente adequada, o Ministério do Meio  
3838 Ambiente por meio, na época era o Departamento de Qualidade Ambiental da  
3839 Indústria que cuidava da parte de resíduos, e o departamento que cuida de  
3840 ozônio, que hoje está na Secretaria de Mudanças Climáticas, tivemos essa  
3841 preocupação, inclusive foi aprovada com a nota da ABNT, com a parceria do  
3842 governo alemão da GIZ, foram disponibilizados equipamentos que faziam a  
3843 prensagem e a separação desse material. Então, de parte do Governo, as  
3844 geladeiras recolhidas tiveram o destino adequado, o problema é que esse  
3845 programa parou, ele era para ser desenvolvido pelas centrais locais, ele parou.  
3846 Voltando ao positivo, nós temos dois grandes desafios para a política, um é  
3847 promover a reciclagem, e o outro é desonerar a cadeia de reciclagem, o Ministério  
3848 do Meio Ambiente é o ponto coordenador do comitê interministerial para  
3849 implementação da política de resíduos sólidos, esse comitê teve cinco grupos de  
3850 trabalho, um deles foi o grupo que discutiu a parte de incentivos econômicos,  
3851 financeiros e creditícios, e isso foi uma parceria com a CNI, o Vanderlei não está  
3852 mais aqui, mas a CNI apoiou a elaboração de um estudo junto com o Ministério do  
3853 Desenvolvimento da Indústria e Comércio, e esse estudo é um estudo muito  
3854 complexo, foi contratado pela empresa, é um estudo que trouxe alguma luz sobre  
3855 isso, eu acho que já falei sobre ele aqui, mas, ele é um estudo que nós vamos  
3856 precisar sentar e desmembrá-lo para ter metas a curto, médio e longo prazo, ele é  
3857 complexo, eu não tenho economista na minha equipe, não sou economista, nos  
3858 outros ministérios que participam do GTA, à exceção do Ministério da Fazenda  
3859 que participa do GTA, também não tem. Então, nós vamos ter que provavelmente  
3860 criar um grupo para detalhar esse estudo e ter metas a curto, médio e longo prazo.  
3861 Então, e mais do que isso. Eu acompanhei as discussões que levaram ao texto da  
3862 política desde 1993, como analista ambiental aqui do Ibama, nós sempre  
3863 colocávamos o tema de incentivo à reciclagem, da desoneração da cadeia, e  
3864 existe um requisito na área econômica do Governo que diz que só posso criar

3865 desoneração ou criar novas taxas, que seria uma taxa de incentivo à reciclagem,  
3866 por meio de uma lei específica. Então, esse assunto foi excluído da política de  
3867 resíduos sólidos, ficou lá como um instrumento ou uma demanda para esse  
3868 Comitê, nós fizemos esse trabalho, mas nós temos dentro do próprio Governo  
3869 uma dificuldade de fazer passar uma política desse tipo, até porque nós estamos  
3870 em um ano de contenção fiscal, é um ano difícil, falar nisso significa pode  
3871 esquecer, no momento pode esquecer, não estou dizendo que não seja  
3872 importante, muito antes pelo contrário, eu acho importantíssimo, e aqueles que me  
3873 conhecem há mais tempo, sabe que sempre quando discuti esse assunto, eu  
3874 sempre colocava, não vi nenhum outro País fora daqui, nenhum país da Europa  
3875 desenvolver o incentivo ao papel reciclado, a embalagem reciclada sem ter, ou  
3876 melhor, o incentivo à fabricação sem ter um incentivo econômico e financeiro, isso  
3877 existe, é ponto pacífico, todos criaram isso, criaram o Selo Verde, não sei mais o  
3878 quê, o ciclo da vida, mas tem um incentivo para que a indústria recicle. É um  
3879 desafio, eu não vim aqui para dar resposta, eu vim aqui só para fazer um  
3880 comentário, acho que você foi muito feliz ao falar que nós temos essas duas  
3881 polarizações, independentemente das pequenas críticas ou sugestões que eu fiz  
3882 ao teu texto, eu acho que você foi muito feliz ao abordar por meio do isopor as  
3883 necessidades, os desafios que nós temos para poder implementar a Política de  
3884 Resíduos Sólidos, eu diria mais ainda, eu diria, para não querer fazer uma  
3885 segunda palestra, não era esse o meu objetivo, nós estamos lidando com uma  
3886 política que eu acho que ela vai dar uma visibilidade lentamente ao longo dos  
3887 anos, você está lidando com uma política focada dentro da política ambiental, ela  
3888 foi criada não só para pegar artigos da Lei de Crimes Ambientais e colocar como  
3889 punições dentro dela, mas principalmente porque nós temos que aprender a lidar  
3890 com algo que reduz a pressão sobre os recursos naturais ou sobre a extração dos  
3891 novos, ou sobre o reposicionamento, o que hoje muitos chamam de economia  
3892 circular, o reposicionamento daquilo que é coletado, eu já parei para pensar várias  
3893 vezes, não adianta nada nós defendermos no governo que é importante fazer a  
3894 coleta seletiva, é importante implantar as cadeias de logística reversa, e o que  
3895 fazer depois com isso que é coletado? Não tem sentido, aí vai ser aquela mesma  
3896 coisa que vimos há vinte anos, quando os primeiros projetos de coleta seletiva  
3897 municipal no País começaram a ser implantados, se fazia a coleta seletiva em  
3898 casa, chegava o caminhão e enfiava tudo, ia para o aterro e levava para lá, não é  
3899 isso que se quer com a política. Então, é um desafio que depende do cidadão  
3900 primeiramente, e para o cidadão fazer, ele precisa ser informado, outro aspecto  
3901 que você tocou foi da educação ambiental, essa política também está vinculada a  
3902 política de educação ambiental, nós temos um grupo também discutindo isso,  
3903 como que nós fazemos esse entrosamento, mas voltando, eu tenho que pegar  
3904 sentar com a prefeitura e dizer o que ela tem que fazer da parte dela, tem que  
3905 implantar a coleta seletiva, se for trabalhar com as cadeias de logística reversa,  
3906 ela tem que cobrar do setor, isso está previsto na Lei, eu tenho que regulamentar  
3907 a logística reversa com o setor empresarial, não é uma tarefa fácil, nenhum pouco,  
3908 não é porque o setor empresarial não queira, não estou dizendo isso aqui, ele tem  
3909 dificuldades, você bem colocou, ele coloca problemas de bitributação, de  
3910 transporte, de licenças ambientais de transporte, de saúde. Esse tempo estava

3911 discutindo com o pessoal do Correio, o pessoal do Correio queria entrar na  
3912 logística de eletroeletrônicos, disseram o seguinte: Zilda, vou ter que transportar  
3913 bateria, se eu quiser receber, por exemplo, a bateria, existe uma norma  
3914 internacional de transporte, então não posso transportar junto com a mercadoria  
3915 que estou trazendo dos estados, seria ótimo para otimizar o transporte e otimizar  
3916 todas as outras consequências que o transporte traz, a poluição, o gasto de  
3917 combustível, mas eu tenho um monte de leis, nós fomos nos especializando, que  
3918 é uma coisa boa, mas eu tenho um monte de leis que dizem, por exemplo, uma  
3919 bateria de lítio, ela não pode ser transportada acima de trezentos e poucos quilos,  
3920 está no livro laranja que acompanhamos de transportes de mercadorias, não estou  
3921 nem falando do resíduo, se falar do resíduo é mais complicado. Então, têm leis  
3922 que dizem que não pode misturar o produto com o resíduo a menos que seja  
3923 compartimentado, embalado separadamente. Então, o desafio da Política de  
3924 Resíduos Sólidos, e ela não foi finalística para a política do consumidor, a política  
3925 fiscal, ela apenas inclui alguns pontos da Lei de Crimes Ambientais, mas é uma  
3926 mudança de cultura, o desafio de criar novos instrumentos dentro de um  
3927 instrumento que existe, é esse desafio. Volto só ao comentário da indústria, é um  
3928 desafio da indústria trabalhar com o comercial, vi aqui o Gilberto apresentar, eu  
3929 comecei essa discussão no Ibama e aqui no Conama sobre pneus, eu dizia para o  
3930 pessoal de pneus: então, vamos construir uma cadeia de devolução de pneus por  
3931 meio dos vendedores de bandeira, aqueles que vendem as bandeiras dos  
3932 fabricantes. Não, mas nós só temos uma relação comercial com eles, muitas  
3933 vezes eles compram nem direto da fábrica, é por meio dos distribuidores. Então,  
3934 tem uma dificuldade da indústria conversar com o comércio, tem uma dificuldade  
3935 da indústria e o comércio conversarem com o importador, tem uma dificuldade de  
3936 todos eles conversarem com o distribuidor, e tem ainda o desafio de conversar  
3937 com o cidadão, para que o cidadão compre meu produto, mas de maneira  
3938 consciente, não gere resíduos desnecessariamente. Então, acho que você foi feliz,  
3939 agradeço a essa oportunidade, é uma pena que muitos já tenham saído, não  
3940 tenham podido ouvir, mas fica registrado e a apresentação fica disponibilizada.  
3941 Agradeço ao Tadeu pela oportunidade, ele já tinha falado do seu trabalho, e eu  
3942 acho que é mais uma informação que colocamos como um desafio a ser  
3943 percebido ao longo dessas discussões da Política de Resíduos Sólidos. Obrigada.

3944

3945

3946 *(Palmas!)*.

3947

3948

3949 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Na verdade era isso, a  
3950 proposta do encontro ou um seminário, era um Francisco falando representando a  
3951 empresa de reciclagem, você do governo, o Wanderley da CNI, o Evandro da  
3952 CNC, os catadores, e, enfim, colocar aqui na mesa o Brasil que está ligado na Lei,  
3953 que tem responsabilidades na Lei de Resíduos Sólidos. Eu conto que no ano que  
3954 vem, essa agenda positiva seja realizada. Para encerrar, eu quero parabenizar o  
3955 ambientalista, aquele senhor de cabelo branco ali, que é o dono da indústria,  
3956 ambientalista Gilberto Zanetti, se não for ele que está fazendo isso, claro ele tem

3957 uma empresa, mas o que ele, o favor que está fazendo para a natureza, ele está  
3958 evitando que no mar, no oceano do sul de Santa Catarina, plásticos e isopor  
3959 caiam no oceano, e enganem a vida marinha que pensa que é alimento. Então, eu  
3960 parabeno novamente ao ambientalista e empresário. Obrigado.

3961

3962

3963 *(Palmas!)*.

3964

3965

3966 **A SR<sup>a</sup>. ANA LUCIA DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – Obrigada. Então,  
3967 agradeço aos guerreiros que ficaram até o final. Agradeço as palestras que foram  
3968 feitas, e até março, na nossa próxima reunião.

3969